

VIII SEMINÁRIO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - UFF

**EDUCAÇÃO E
DEMOCRÁCIA**

**MOVIMENTOS SOCIAIS E
TERRITÓRIOS DE LUTA**

Anais

28 a 30 . nov . 2023 | Híbrido
Universidade Federal Fluminense
Niterói - RJ



**VIII SEMINÁRIO
DISCENTE PPGEDU/UFF**
EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA
MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITÓRIOS DE LUTA

ANAIS

Niterói, 28 a 30 de novembro de 2023

O CONTEÚDO PUBLICADO NESTES ANAIS É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES.
QUALQUER PARTE DESTA PUBLICAÇÃO PODERÁ SER REPRODUZIDA DESDE QUE CITADA A FONTE.

EDIÇÃO

Livia de Lima Miranda
Valéria Pereira Silva

<https://ppgeduffrd.wixsite.com/discente2023>

Niterói - Rio de Janeiro
2023

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S471 Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF (8. : 2023 : Niterói, RJ)

Anais [do] VIII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF : educação e democracia : movimentos sociais e territórios de luta, 28 - 30 de novembro de 2023, Niterói, RJ [recurso eletrônico] / edição Livia de Lima Miranda, Valéria Pereira Silva. – Niterói: UFF, 2023.

124 p.

Disponível em: <https://seminariodiscenteeducacao.uff.br/>

ISSN: 2965 – 0119

Inclui bibliografia.

1. Educação. 2. Democracia. 3. Políticas Educacionais. 4. Seminário. I. Miranda, Livia de Lima. II. Silva, Valéria Pereira. III. Título.

CDD 370.115

Bibliotecária: Camila Evelin Roque CRB7 7263

COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL

Bruna Siqueira Dos Santos Señorans
Daniel Zürcher
Ingrid Lourenço de Amorim Corrêa
Juliana Gonçalves Moreira Rezende
Livia de Lima Miranda
Luísa Valença Reis
Ravelly Machado Soares Güntensperger
Rogério Tauã Mello Machado
Valéria Pereira Silva

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Bruno Venâncio Doutorado
Cristiane Kozlowsky Neves
Daniel Zürcher
Hosana do Nascimento Ramôa
Julia Flecher
Valéria Pereira Silva

COMISSÃO DE LOGÍSTICA

Arlete Gomes dos Santos
Bruna Siqueira Dos Santos Señorans
Nathália Fonseca da Silva Barboza

COMISSÃO DE PROGRAMAÇÃO

Juliana Gonçalves Moreira Rezende
Márcia Lucas de Oliveira
Rogério Tauã Mello Machado

COMISSÃO CULTURAL

Daniel Zürcher
Julia Flecher
Luísa Valença Reis
Monique Marçal Grossi
Thayane de Araujo Rodrigues
Nivia Maria da Silva Andrade

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alexandre Ramos de Azevedo
Ana Carolina Costa Resende
Ana Paula Massadar Morel
Arlete Gomes dos Santos
Bruna Siqueira Dos Santos Señorans
Bruno Almeida Regis dos Santos
Bruno Venâncio de Oliveira
Carla Andrea Corrêa
Carmen Lúcia Vidal Pérez
Claudia Maria Costa Alves de Oliveira
Daiane Francisco de Medeiros
Daniel Zürcher
Eda Maria de Oliveira Henriques
Emília Naura Santos Bouzada
Francisco Josimar Ricardo Xavier
Iduína Mont'Alverne Chaves
Ingrid Lourenço de Amorim Corrêa
Jéssica Gomes das Mercês Costa
Joice Carvalho Coutinho
Julia Dionísio Cavalcante da Silva
Julia Flecher de Andrade
Juliana Gonçalves Moreira Rezende
Kylderli Lima dos Santos Domingos
Kyrleys Pereira Vasconcelos
Lilian Regina Araujo dos Santos
Livia de Lima Miranda
Luísa Valença Reis
Márcia Lucas de Oliveira
Margareth Martins de Araújo
Maria Cecilia Fantinato
Maria Jacqueline Girão Soares de Lima
Maria Martinha Barbosa Mendonca
Marina Muniz de Lourenço
Mateus Thaler Beck
Miriam Nogueira de Maltos
Miriam Nogueira Duque Villar
Mônica Vasconcellos
Monique Marçal Grossi
Pedro Dumont de Carvalho Silva
Ravelly Machado Soares Güntensperger
Rodrigo Lima Ribeiro Gomes
Rogerio Tauã Mello Machado
Thainá Maria da Silva Quitete
Thayane de Araujo Rodrigues
Valéria Pereira Silva
Verônica Fabiola Neves Rodrigues
Zoia Ribeiro Prestes
Zuleide Simas da Silveira

NORMAS

A) Para submissão de trabalho é necessário cadastrar-se através de formulário próprio, que estará disponível no site do evento (<https://ppgeduffrd.wixsite.com/discente2023>) e através do link <https://linktr.ee/rdppgeduff> (disponível no Instagram da Representação Discente).

B) Poderão submeter resumos discentes de qualquer programa de pós-graduação stricto sensu do país, e egressos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF.

C) O período de submissão dos trabalhos é de 16/10/2023 a 03/11/2023, e o prazo de divulgação dos trabalhos aceitos é 17/11/2023.

D) Somente os trabalhos aprovados e direcionados conforme prazos definidos no cronograma deste edital serão inseridos na programação.

E) É responsabilidade da própria autoria realizar a revisão ortográfica antes do envio.

F) É necessário utilizar o modelo de resumo expandido disponibilizado pela organização, também no site do evento e na página da Representação Discente no Instagram

G) Discentes do PPG Educação/UFF deverão informar número de matrícula no ato da submissão do resumo expandido.

H) Serão aceitos no máximo 3 autores por trabalho inscrito e, para docentes, no máximo 10 co-autorias Normas para submissão de trabalhos

D) A formatação dos resumos deverá seguir as seguintes normas:

Fonte: Arial, tamanho 10.

Espaçamento entre as linhas: simples.

Caracteres: deve conter de 1200 a 2000 caracteres (com espaço), não contabilizando as referências bibliográficas, nem as palavras-chave.

Tamanho e configuração do documento: A4 (210 x 297 mm) em modo retrato.

Margens do texto: 2,5 cm nas margens superior, inferior e esquerda e 2,0 na direita.

Formato da página: todo o texto deve ser justificado à direita e à esquerda.

Deve conter no mínimo: introdução, problemática, contextualização do tema, objetivo, metodologia, síntese dos resultados (finais ou parciais), palavras-chave (até 3, separadas por pontos. Ex.: Resumo. Seminário. Discente) e referências.

As referências são elementos obrigatórios e devem ser elaboradas de acordo com as normas da ABNT, incluindo apenas obras citadas ao longo do texto

TRABALHOS APRESENTADOS

Ficha catalográfica:

SOBRENOME, Nome do autor do trabalho; SOBRENOME, Nome de coautor. Título do artigo.
In: Anais [do] VIII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF : educação e democracia : movimentos sociais e territórios de luta, 28 - 30 de novembro de 2023, Niterói, RJ [recurso eletrônico] / edição Lívia de Lima Miranda, Valéria Pereira Silva. – Niterói: UFF, 2023. p. **nº da página**. Disponível em: <https://seminariodiscenteeducacao.uff.br/>. Acesso em: **dia, mês e ano**. ISSN: 2965 – 0119

EIXOS TEMÁTICOS

Eixo 1 – Conhecimento, Subjetividade e Práticas Educacionais

Ensino e Aprendizagem; Linguagem e currículo, Tecnologias, Práticas Educativas; Processos de Escolarização.

Eixo 2 – Políticas, Gestão da Educação, Formação e Trabalho

História, memória, cultura e humanidades; Estudos sobre infâncias; Educação no campo; Saúde e processos inclusivos; Trabalho, movimentos sociais e educação.

Eixo 3 – Cultura, Currículo e Sociedade

Educação, sexualidade e relações de gênero; Relações étnico-raciais; Movimentos sociais e populações tradicionais; Educação popular; Educação Inclusiva; Direitos Humanos; Educação Ambiental.

PROGRAMAÇÃO

As mesas foram compostas por docentes, pesquisadores e discentes de mestrado e doutorado que discutiram sobre temáticas relativas à Democracia, Educação, movimentos sociais em luta por dignidade, vida e autonomia em seus modos de ser e em suas pedagogias por libertação, a partir da seguinte programação:

28.11.2023

10h - Mesa de Abertura (Auditório Paulo Freire - FEUFF)
Bruna Señorans, Fernando Penna, Natalia Trindade e Paulo Carrano
Mediação: Valéria Silva

10h30 às 13h - Mesa 1: Educação e Democracia: movimentos sociais e territórios de luta
Palestra com Domingos Leite Lima Filho
Mediação: Bruna Señorans
(Auditório Paulo Freire FEUFF)

14h00 - Atividade Cultural (Hall do Bloco D)
Vivência mindfulness e natureza, com Mônica de Oliveira (Conexão Natureza)

15h às 18h | 19h às 21h - Sessões de apresentação de Trabalhos

29.11.2023

9h às 12h - Mesa 2: Trabalho, Formação e Emancipação Humana: o papel da educação na reconstrução democrática
Palestrantes: Amanda Moreira da Silva e Giovanni Semeraro
Mediação: Ravelly Machado
(Auditório da Faculdade de Letras UFF)

14h às 17h | 18h às 20h - Sessões de apresentação de Trabalhos

30.11.2023

9h às 12h - Sessões de apresentação de Trabalhos

14h às 17h - Mesa 3: Interseccionalidade e Educação: desterritorializando paradigmas - reterritorializando compromissos éticos
Palestrantes: Lissa dos Passos Silva e Ynaê Lopes dos Santos
Mediação: Rogério Tauã
(Auditório Paulo Freire FEUFF)

17h - Atividade Cultural (Auditório Paulo Freire FEUFF)
Aulão de Forró Pé de Serra, Com Caio Lopes e Felipe Pães (Dança UFF)

17h40 - Atividade Cultural (Auditório Paulo Freire FEUFF)
Aulão de Lambada, com Thay Araújo (Dança UFF)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	16
EIXO 1 - Conhecimento, Subjetividade e Práticas Educacionais.....	17
PARA ALÉM DOS MAPAS TRADICIONAIS: ESPACIALIDADES INFANTIS E SUAS POSSIBILIDADES ANUNCIATIVAS	
Vinicius de Luna Chagas Costa.....	17
QUE HORAS VAMOS BRINCAR LÁ FORA? AS CRIANÇAS PELOS QUINTAIS DA CIDADE E DA ESCOLA E SEUS ENSINAMENTOS	
Joice Carvalho Coutinho.....	18
REDES DE APOIO ENTRE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO: EXPERIÊNCIAS NARRADAS DE DUAS DOUTORANDAS DO PPGE	
Hosana do Nascimento Ramôa e Júlia Dionísio Cavalcante da Silva.....	19
SILÊNCIOS E SENTIDOS NA CRIANÇA BEM PEQUENA: MOVIMENTO CORPORAL E SUAS LINGUAGENS	
Dayane Cabral Leite e Maria Angélica Augusto de Mello Pisetta.....	20
EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DO MULTILETRAMENTO	
Marina Muniz de Lourenço e Dagmar Mello e Silva.....	21
O ENSINO COLETIVO DE CONTRABAIXO ACÚSTICO COM ADOLESCENTES NA CIDADE DE LUIS GOMES- RIO GRANDE DO NORTE	
Andre da Silva Borges.....	22
A PRÁXIS PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM TERRITÓRIOS EM CONFLITOS	
Elaine de Oliveira Ferreira.....	23
MUDANÇAS CURRICULARES SOBRE A TEMÁTICA ALIMENTAÇÃO: ESTUDO GERACIONAL COM PROFESSORES DE CIÊNCIAS (1990-2010)	
Anna Gibson Almeida D'Oliveira e Sandra Lucia Escovedo Selles.....	24
INVESTIGANDO A DISCIPLINA ESCOLAR INTEGRAÇÃO DAS MÍDIAS E NOVAS TECNOLOGIAS (IMNT) NO CURSO NORMAL DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO	
Francisco Pedro Bahia Becerra Velasquez.....	25
O DRAMA E SUA REPERCUSSÃO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO	
Bety Ribeiro Corrêa.....	26
LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE	
Marlúcia Corrêa Soares.....	27
DESAFIOS NO PERÍODO PANDÊMICO DE 2020: DOCENTES DE FILOSOFIA DA SEEDUC RJ	
Brunno Amâncio Marcos.....	28
PROFESSORAS NEGRAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS	
Alessandra Lopes dos Santos e Marília Etienne Arreguy.....	29
O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL A PARTIR DE PRÁTICAS EDUCATIVAS NÃO-FORMAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS EXPOSIÇÕES DA CASA DE CULTURA NEY ALBERTO	
Natália Oliveira de Assis.....	30

CRIANÇAS NEGRAS: EM BUSCA DE UM SER DESEJANTE ENTRE A CLÍNICA E A COMUNIDADE ESCOLAR	
Maria Solineide Oliveira Alencar e Marcelli dos Santos Borges Silva	31
OS EFEITOS DA PANDEMIA NA SUBJETIVIDADE DE JOVENS EM ESCOLAS PÚBLICAS NO ENSINO MÉDIO	
Emília Naura Santos Bouzada e Marília Etienne Arreguy	32
O OLHAR DAS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE AS PRÁTICAS COM LINGUAGEM ORAL, LEITURA E ESCRITA	
Marlúcia Corrêa Soares	33
UM VALE DE ENCONTROS E DESAFIOS: A IMPLEMENTAÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL EDUCAÇÃO DE NITERÓI NA UMEI VALE FELIZ	
Tainara Navas Santos Costa	34
“PEDAGOGIA COM BEBÊS: COMO PENSAR E FAZER UMA PEDAGOGIA COM BEBÊS EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS”	
Ana Patricia Bastos	35
A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM: AVALIAÇÃO COMPARTILHADA COM AS CRIANÇAS NAS AULAS DE MATEMÁTICA	
Luana Armaroli Queiroz	36
EIXO 2 - Políticas, Gestão da Educação, Formação e Trabalho	37
O PROEJA E A SUA IMPORTÂNCIA NOS CÂMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ) LOCALIZADOS NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO	
Diones Bernardes dos Santos Motta e Juliana Rodrigues de Souza	37
A EMPATIA EM ESPINOSA E GRAMSCI À LUZ DA FILOSOFIA FREIREANA	
Gisele Duarte Teixeira	38
VOZES SILENCIADAS, LUTAS RENOVADAS: EDUCAÇÃO E ATIVISMO EM JARDIM PRIMAVERA ENTRE 1970 E 1980	
Lisa Ferreira de Souza Andrade	39
REFLEXÕES SOBRE A RESISTÊNCIA INTELLECTUAL E DOS INTELLECTUAIS FRENTE O AUTORITARISMO	
Reinaldo Nicolai Filho	40
EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E SEBRAE: APONTAMENTOS E CRÍTICAS AO CAMPO HEGEMÔNICO DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	
Bruna Siqueira dos Santos Señorans	42
AS CONTRARREFORMAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA: SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	
Rogério Tauã Mello Machado	43
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS A PARTIR DOS IDEAIS DE CIÊNCIA INTEGRADA E INTERDISCIPLINAR	
Bruno Venancio de Oliveira e Sandra Escovedo Selles	44
LEV VIGOTSKI NAS MONOGRAFIAS (2012–2021) DE CONCLUSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - NITERÓI	
Mateus Thaler Beck	45

OSCAR PRZEWODOWSKI: O INTELLECTUAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA UM PROJETO REPUBLICANO NOS CAMPOS POLÍTICO E EDUCACIONAL (1920-1950)	
Bruno Almeida Regis dos Santos e Claudia Alves	46
ENUNCIÇÕES ENTRE VIVÊNCIA ESPACIAL E LITERATURA INFANTIL NA PRIMEIRA INFÂNCIA	
Miriam Nogueira Duque Villar e Jader Janer Moreira Lopes	47
A DEFECTOLOGIA DE LEV S. VIGOTSKI E O ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	
Natália Capristo Navarro	48
EDUCAÇÃO FÍSICA E CULTURA CORPORAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA	
Giovanna Mozart de Souza Silva e Elizandra Garcia da Silva	49
AS DIMENSÕES PEDAGÓGICAS DOS MOVIMENTOS DE MULHERES NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA	
Arlete Gomes dos Santos e Inny Bello Accioly	50
A PAUTA ANTICAPACITISTA NO DEBATE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Ana Souza Pereira	51
A VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA (2014-2023)	
Lohane Cristina de Castro Dantas	52
A CATEGORIA DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA PEDAGOGIA DO CENTRO ESTADUAL INTEGRADO DE EDUCAÇÃO RURAL DE VILA PAVÃO – ES	
Guilherme Alves Pereira e Luciana Garrido Leite	53
EDUCAÇÃO COMO LIBERDADE: REFLEXÕES SOBRE A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO DE PAULO FREIRE EM DUAS ESCOLAS DO SUDESTE DO BRASIL	
Luciana Garrido Leite e Guilherme Alves Pereira	54
A ÉTICA E O AFETO NA PESQUISA QUALITATIVA	
Gabriela Rodrigues de Castro e Leon de Alcântara Fernandes	55
UMA PROFESSORA E O MEMORIAL ESCRITO POR MULHERES: RESISTÊNCIAS POLÍTICAS EM IGUAÇU (1930)	
Isabela Bolorini Jara	56
CURRÍCULO EM DISPUTA: CONTEXTOS DE PRODUÇÃO DE TEXTO DA BNCC	
Jéssica Gomes das Mercês, Edinaldo Medeiros Carmo e Sandra Escovedo Selles	57
O ENSINO MÉDIO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO: SENTIDOS PRODUZIDOS PELAS REFORMAS EM CURSO	
Hyago Marinho da Silva e Jaqueline Pereira Ventura	58
BREVE ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR DO NOVO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ	
Rachel Regina Bolgar dos Santos Pimentel	59
A TRAJETÓRIA DO IDEB EM CAMPOS DOS GOYTACAZES ENTRE 2017 E 2022: O QUE LEVOU AO AUMENTO DOS ÍNDICES DURANTE A PANDEMIA?	
Charles Gonçalves Ferreira	60
FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM COLABORAÇÃO: TRAJETÓRIAS DE UM GRUPO DE PESQUISA	
Monica dos Santos Toledo e Mônica Vasconcellos	61

GRUPOS DE PESQUISA: O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E PROJETOS DE PESQUISA COM A CATEGORIA DOCENTE	
Amanda Bersacula	62
EXPANSÃO-INTERIORIZAÇÃO-DEMOCRATIZAÇÃO: O DESAFIO DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES TERRITORIAIS E SOCIOECONÔMICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (2003-2015)	
Alexandre Ramos de Azevedo e Hustana Maria Vargas	63
SAÚDE E EDUCAÇÃO, UMA RELAÇÃO CONFLITUOSA? IMPACTOS DA CONTRARREFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO NA DISCUSSÃO DE SAÚDE NA ESCOLA	
Monique Marçal Grossi, Elizandra Garcia da Silva e Giovanni Semeraro	64
CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO NOVO ENSINO MÉDIO	
Marcelo Werneck Guimarães	65
O REFERENCIAL CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	
Ana Carolina Costa Resende e Sandra Selles	66
INFÂNCIA EM LUTA POR MORADIA: OCUPAÇÃO ECOVILA MARICÁ	
Ranulfo Cavalari Neto	67
(DES) VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM SÃO GONÇALO-RJ	
Graciane de Souza Rocha Volotão	68
POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Ianacilda de Lima Carvalho e Valdelúcia Alves da Costa	69
EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EJA: EXPERIÊNCIA PILOTO NA REDE DE ENSINO DE DIADEMA – SP	
Rafael Sammarco Martins	70
A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA NA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: O QUE DEMANDA O SETOR PARA A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR COLETIVO INDUSTRIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Livia Mouriño de Mello	71
COSTURAS NARRATIVAS NA FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO NA BAIXADA FLUMINENSE	
Cássia Barbosa da Costa	72
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	
Gisele Coelho de Oliveira	73
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGOS ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO COTIDIANO DOCENTE	
Verônica Fabiola Neves Rodrigues e Eda Maria de Oliveira Henriques	74
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO PARA POVOS TRADICIONAIS E DO CAMPO	
Iaci Sagnori de Mattos e Roberta Lopo Bezerra	75
E COMO ANDA A DEMOCRACIA NAS ESCOLAS DAS CLASSES POPULARES? CONVERSA SOBRE OS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS A PARTIR DOS CECS (CONSELHOS ESCOLA COMUNIDADE)	
Elcio Arian do Carmo Cunha	76

POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: DIMENSÕES DO CURRÍCULO E A NOVA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO	
Adriana Batista Afonso e Sandra Escovedo Selles	77
O ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA NORMAL DE NITERÓI (1900-1911)	
Cristiane Kozlowsky Neves	78
EDUCAÇÃO NA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA: NOTAS E APONTAMENTOS DE PESQUISA	
Adair Jose de Aguiar da Silva	79
EIXO 3 - Cultura, Currículo e Sociedade	80
“EU JÁ PASSEI POR AÍ!” — REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA COMO FIO QUE CONECTA AS TRAMAS DO ENSINO COLABORATIVO	
Luiza Basílio Ricardo, Dagmar de Mello e Silva e Erika Souza Leme	80
“VIDAS NEGRAS IMPORTAM”: IMAGENS E CORPOREIDADES NA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Andreza Cristina Rangel Prevot	81
A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA HORTA PEDAGÓGICA E AGROECOLÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL CARIOCA	
Yayenca Yllas Frachia, Heloisa Tozato, Heloisa Firmo e Ana Lúcia Vendramini	82
A PRÁXIS EM PAULO FREIRE E BELL HOOKS: REFLEXÕES PARA PENSAR UM FEMINISMO DECOLONIAL	
Maira Rocha Figueira	83
ACESSIBILIDADE DIGITAL: PODERIA A ÉTICA HACKER PRODUZIR ESPAÇOS/TEMPOS SENSÍVEIS A INCLUSÃO?	
Maria Paula Magalhães, Dagmar de Mello e Silva e Helen Ferreira	84
ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE MATEMÁTICA PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS E SUA EFETIVAÇÃO NO COTIDIANO ESCOLAR	
Márcia Lucas de Oliveira e Adriano Vargas Freitas	85
APONTAMENTOS SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA OBRA DE PAULO FREIRE	
Valéria Pereira Silva e Claudia Maria Costa Alves de Oliveira	86
ARANDU MIRIM: A SABEDORIA DAS CRIANÇAS TECENDO PRÁTICAS INSTITUINTES NA EDUCAÇÃO GUARANI MBYA EM MARICÁ	
Maria Martinha Barbosa Mendonca e Ana Paula Massadar Morel	87
AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA EMANCIPAR MULHERES DA EJA EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS	
Lilian Regina Araujo dos Santos e Adriano Vargas Freitas	88
AS VOZES NA PESQUISA: REFLEXÕES ACERCA DOS SABERES TRADICIONAIS DO CARIMBÓ	
Jully Anne Almeida Lima e Zuleide Simas da Silveira	89
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FAVELA: CAMINHOS PARA UMA PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA	
Vitória Santos de Oliveira	90
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PRECONCEITO: EXPERIÊNCIAS NA ESCOLA PÚBLICA	
Rita de Cássia Galvão Pavan e Valdelúcia Alves da Costa	91

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ARACAJU	
Michele Morgane de Melo Mattos e Valdelúcia Alves da Costa	92
EDUFILBRAS: O ESPORTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM LIBRAS	
Ingrid Lourenço de Amorim Corrêa, Tathianna Prado Dawes e Elizandra Garcia da Silva	93
ENCONTROS MULTIESPÉCIES: (RE)IMAGINANDO UMA EDUCAÇÃO MAIS QUE HUMANA NAS CIÊNCIAS	
Mayra Velloso Correa e Luiza Dantas Benttenmüller Amorim	94
ENTRELAÇAMENTOS ENTRE O ANTROPOCENO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: É POSSÍVEL A CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA MULTIESPÉCIE?	
Ana Paula Valle Pereira	95
ENTRELAÇANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM A EDUCAÇÃO POPULAR: QUE PARADIGMAS PODEM SUSTENTAR UMA PERSPECTIVA CRÍTICA QUE DIALOGA COM A DECOLONIALIDADE?	
Juliana Gonçalves Moreira Rezende	96
ESTUDO DA ARTE: INTERSECCIONALIDADE EM LÉLIA GONZALEZ E PATRÍCIA HILL COLLINS	
Neuza Maria Sant Anna de Oliviera	97
FAZERES E SABERES DE ARTESÃS COM O CAPIM DOURADO DO QUILOMBO DE RAIZ – PRESIDENTE KUBITSCHK/MG	
Kyrleys Pereira Vasconcelos e Maria Cecilia de Castello Branco Fantinato	98
FORMAÇÃO DOCENTE, GÊNERO E SEXUALIDADES: CARTOGRAFANDO AS LICENCIATURAS NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE FEBF UERJ	
Carolina Romanazzi Freire	100
HISTÓRIA ORAL E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COM PROFESSORES DE HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO LIMITE ENTRE RIO E MINAS	
Ivan Luís Marques Maia	101
IDENTIDADE DOCENTE E UMA TRAJETÓRIA MARCADA PELO RACISMO ESCOLAR	
Elizabeth de Souza Corrêa	102
LITERATURA DE AUTORES INDÍGENAS NAS ESCOLAS CARIOCAS: REPRESENTATIVIDADE (E RESISTÊNCIA) DA CULTURA DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE	
Roberta Kerr dos Santos	103
MEU BAIRRO, MINHA ÁFRICA: PEDAGOGIA DECOLONIAL, EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E RESSIGNIFICAÇÃO DA HISTÓRIA	
Marcus Vinicius Rocha Vieira	104
MULHERES NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA: PELO DIREITO DAS MULHERES OCUPAREM OS ESPAÇOS QUE QUISEREM NA UNIVERSIDADE	
Juliana Silvestre Louven Ferreira	105
O CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO E A EDUCAÇÃO POPULAR: DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES	
Pedro Dumont de Carvalho Silva	106
O TEATRO E O AUDIOVISUAL NA EDUCAÇÃO	
Ravelly Machado Soares Güntensperger, Luísa Reis e Nivia Maria da Silva Andrade	107
OS MODOS DE LUTA DAS CULTURAS AFRODIASPÓRICAS	
Miza Carvalho dos Santos	108

PEGUE DE VOLTA O QUE TOMARAM DA TUA CRIANÇA QUEER: PROFESSORES REVISITANDO SUA INFÂNCIAS	
Danielle Ferreira Bastos e Marília Etienne Arreguy	109
REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	
Tatiane Rezende Nunes de Souza e Valdelúcia Alves da Costa	110
REFLEXÕES SOBRE CONSCIENTIZAÇÃO E RACISMO: A EXPERIÊNCIA DO RAPLAB COM ESTUDANTES DO QUINTO ANO	
Dudu de Morro Agudo	112
REPRESENTATIVIDADE E FORTALECIMENTO DA CULTURA NEGRA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL CARIOCA	
Carla Vidal Oliveira de Lima, Helena Ferreira de Araújo Langoni e Roberta Kerr dos Santos ..	113
RESPOSTAS INDÍGENAS AO ANTROPOCENO: APREENSÕES A PARTIR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ALDEIA VERTICAL, UM ALDEAMENTO EM CONTEXTO URBANO NO RIO DE JANEIRO	
Diego Nogueira Xavier	115
TEMAS SENSÍVEIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA: DISPUTAS ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A COALIZÃO CONSERVADORA	
Carine Valiente Costa Viannay e Sandra Selles	116
TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: A CRISE DO TRABALHO REPRODUTIVO EDUCATIVO NO CONTEXTO NEOLIBERAL NO BRASIL	
Danielle Sampaio Albuquerque	117
UM OLHAR PARA A AUSÊNCIA: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DE HISTÓRIA DA BNCC	
Emanuelle Tavares Barreto dos Reis	118
UMA PESQUISA COM: DA POÉTICA TRIVIAL ÀS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS DAS CLASSES POPULARES	
Fabiano Soares da Silva	119
VIOLÊNCIA ESCOLAR E FORMAÇÃO DOCENTE: CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	
Lívia de Lima Miranda e Valdelúcia Alves da Costa	120
VISUALIDADES E CONTRAVISUALIDADES SOBRE CORPOS DIVERGENTES EM CONTEÚDOS DE PLATAFORMAS STREAMING	
Daniel Zürcher e Dagmar da Silva e Melo	122

APRESENTAÇÃO

Entre os dias 28 e 30 de novembro de 2023 foi realizado o VIII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Há mais de uma década os seminários discentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF (PPG Educação UFF) são realizados periodicamente, de forma anual desde 2021, organizados por mestrandos e doutorandos, tendo como objetivo incentivar debates, apresentações e divulgação de atividades científicas, filosóficas, artísticas e culturais no campo da educação.

Em tempos de restabelecimento do campo democrático, o seminário discente de 2023, com o tema **“Educação e Democracia: movimentos sociais e territórios de luta”**, buscou refletir sobre o momento histórico de lutas e o compromisso com uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Ao nos reunirmos enquanto classe, discentes e servidores docentes e técnicos, rememoramos as lutas travadas por trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições de vida e, apesar da retomada do Estado por setores progressistas, enxergamos no horizonte a necessidade de lutar pela emancipação dos sujeitos.

Sob coordenação da Representação Discente **“É tudo pra ontem”** - Gestão 2023/2024, o VIII Seminário Discente do PPG Educação UFF foi realizado com apresentações presenciais e remotas, com o propósito de promover espaços de discussão e de reflexão a partir de pesquisas e oportunizar momentos de troca de saberes entre pesquisadores da área da Educação e correlatas. Foram três dias de atividades, com uma mesa de debates a cada dia, apresentações culturais, 14 sessões de apresentação de trabalhos presenciais e 3 sessões remotas. No total tivemos 101 trabalhos apresentados (de 109 aprovados pela Comissão Científica), distribuídos pelos seguintes eixos temáticos: Eixo 1 – Conhecimento, Subjetividade e Práticas Educacionais; Eixo 2 – Política de Formação, Políticas, Gestão da Educação e Trabalho e; Eixo 3 – Cultura, Currículo e Sociedade. Nesta edição ampliamos as possibilidades de inscrição para apresentação e pudemos contar com trabalhos de discentes de outros 13 programas de pós-graduação¹, porém mantendo a predominância de trabalhos de discentes do próprio PPG Educação UFF (82%). Dentre participantes, tivemos autores de 9 diferentes estados do Brasil e, no caso do Rio de Janeiro, moradores de 20 diferentes municípios.

A despeito dos desafios de realizar um seminário discente sem aporte financeiro (contando com doação de pessoas que se solidarizaram e compreenderam a importância do evento), com inscrições gratuitas para todas, todos e todes; diante de um contexto de desmonte da educação pública que contribui cada vez mais com o sucateamento das instituições e precarização das relações de trabalho e das atividades ensino, extensão e pesquisa, acreditamos que este seminário evidencia os desafios presentes no campo da educação, apontando para perspectivas de enfrentamento coletivo para superação do quadro atual. Por isso, agradecemos todas as pessoas que tornaram possível o VIII Seminário Discente do PPG Educação UFF 2023, desde o planejamento, passando pelo apoio de servidores da UFF e pela contribuição voluntária, até a realização do evento e tarefas posteriores.

Representação Discente “É tudo pra ontem” - Gestão 2023/2024
Comissão Organizadora do VIII Seminário Discente do PPG Educação UFF - 2023

¹ UERJ (PPGECC - FEBFe PPGSS), UFF (PPG Educação, PPGDAP, PPGSSDR e Profhistória), UFJF (PPGE), UFRJ (NIDES, PPGE, PPGLN e PPGM), UFRRJ (PPGEA), UNIRIO (PPGEDU) E USP (PPGE).

PARA ALÉM DOS MAPAS TRADICIONAIS: ESPACIALIDADES INFANTIS E SUAS POSSIBILIDADES ANUNCIATIVAS

Vinícius de Luna Chagas Costa ^[1]

Esse texto trata de um recorte da pesquisa em andamento de doutorado sobre as narrativas de crianças pertencentes a uma turma de quinto ano do Ensino Fundamental que circulam pela cidade do Rio de Janeiro e chegam ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). É importante ressaltar que o contexto geográfico do CAp-UERJ não é de uma instituição de ensino regionalizada no bairro. Isso significa considerar os deslocamentos de seus estudantes, moradores de diversas regiões da região metropolitana, e as relações que estabelecem com os espaços. Na tentativa de compreender as formas infantis de vivenciar o modelo espacial urbano e suas singularidades, ganha relevo estudos sobre os caminhos cotidianos, territórios e paisagens cidadinas. A ideia da pesquisa com crianças implica afirmar uma opção política mais horizontal, a partir da espacialização da vida dos estudantes, refletidas por seus mapas. Lev Vigotski (2018) e Alexander Luria (1992), teóricos da perspectiva histórico-cultural, foram os interlocutores no cotejo acerca da compreensão das crianças como seres de linguagem, estabelecendo um elo com a geografia da infância no que diz respeito a pensar a condição humana situada no espaço e no tempo, uma unidade. Como metodologia, trabalhei a pesquisa qualitativa a partir da observação e registro das vivências espaciais infantis por meio de cartografias, notas de campo e rodas de conversa produzidas pelos estudantes. Marca-se, portanto, a condição de autoria das crianças através dos mapas e suas múltiplas linguagens. A investigação permitiu identificar quais são os lugares infantis que se constituem na cidade e suas demandas por justiça existencial. Ao relatar as vivências com crianças dos anos iniciais, ganha relevo uma reflexão que contribua com os debates em torno da cultura cartográfica, ao romper com o topoadultocentrismo.

Palavras-chave: Geografia da Infância. Mapas vivenciais. Pesquisa com crianças.

Referências Bibliográficas

LURIA, A.R. A construção da mente. São Paulo: Ícone, 1992.
VIGOTSKI, L. S. Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedagogia. Organização e tradução: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes; tradução: Cláudia da Costa Guimarães Santana. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

[1] Doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professor Assistente do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira — CAp-UERJ. E-mail: viniciusgeografo@gmail.com.

QUE HORAS VAMOS BRINCAR LÁ FORA? AS CRIANÇAS PELOS QUINTAIS DA CIDADE E DA ESCOLA E SEUS ENSINAMENTOS

Joice Carvalho Coutinho ^[1]

Enquanto educadora das infâncias, a temática que me impulsiona à pesquisa vem de um menino de 5 anos que, já cansado das atividades em sala, me indagou: “*Que horas vamos brincar lá fora?*”. Possivelmente essa pergunta já havia sido feita inúmeras vezes entre eles e dentro deles. Essa pergunta é uma denúncia ao *emparedamento* (TIRIBA, 2005) e o anúncio de um corpo que é livre em sua origem, mas que está aprisionado pelo é imposto em nossa sociedade à escola/ à vida. O projeto de tese de Doutorado tem como horizonte investigar como as crianças constroem suas espacialidades pelos quintais da escola e da cidade, o que pensam e dizem sobre a cidade e a escola, os territórios e os mapas que criam. Uma andança pelos caminhos que as crianças guiam, com a colaboração dos estudos da Geografia da Infância (LOPES e VASCONCELLOS, 2005; LOPES, 2021) um mergulho no inesperado, com os sentidos ampliados para a percepção, uma pesquisa *andariha, dialogante e brincante* (COUTINHO, 2023) pelos espaços da escola e da cidade com as crianças, visando a construção de mapas vivos com a seguinte pergunta em mente: o que as crianças têm a ensinar para as escolas e cidades?

Palavras-chave: Crianças. Geografia da Infância. Desemparedamento.

Referências Bibliográficas

- COUTINHO, Joice Carvalho. À sombra das árvores: andanças, brincanças e sabenças com as crianças de Rio Bonito-RJ. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2023.
- LOPES, Jader Janer. Terreno Baldio: um livro sobre balbuciar e criar os espaços para desacostumar geografias. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021.
- LOPES, Jader Janer; M. VASCONCELLOS, Tânia de. Geografia da infância. Reflexões sobre uma área de pesquisa. FEME, Juiz de Fora, FEME, 2005.
- TIRIBA, Lea. Infância, escola e natureza. 2005. Tese de Doutorado (Pós-graduação). Departamento de Educação, PUC-Rio. Rio de Janeiro: 2005.

^[1] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense- UFF. E-mail: joicecarvalho@id.uff.br

REDES DE APOIO ENTRE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO: EXPERIÊNCIAS NARRADAS DE DUAS DOUTORANDAS DO PPGE

Hosana do Nascimento Ramôa ^[1]
Julia Dionisio Cavalcante da Silva ^[2]

Este trabalho surgiu do diálogo e compartilhamento de nossas experiências como doutorandas do PPGE/UFF. Ao vivenciarmos a dinâmica da pós-graduação, percebemos que nos encontrávamos num terreno comum acerca dos sentimentos que atravessam a construção de nossas investigações. Desse modo, este texto se ancora em dois eixos de reflexão: na continuidade de observações iniciadas durante a inserção no curso de mestrado em Educação e no seguimento imediato ao processo de doutoramento na mesma área. Durante o mestrado, em um outro momento do Seminário Discente, nos deparamos com a problemática da saúde mental dos alunos durante a pós-graduação. Próximas de concluir o doutorado, retornamos a esta discussão, agora pensando em outras questões: o trabalho intelectual tende a ser muito solitário, as incertezas e anseios que nos acompanham vão além da obtenção de um título e atravessam esse contexto formativo, bem como, os caminhos que pavimentamos para lidar com este turbilhão. Vasculhando nossas experiências, identificamos que, ao tirarmos do espaço pessoal acontecimentos singulares de nossas trajetórias de pesquisadoras em formação, atenuamos muitas de nossas angústias individuais. Ao visibilizá-las em nossas conversas, percebemos a possibilidade de elaborarmos narrativas coletivas como formas de aprendizagem dentro de uma comunidade específica, de quem se propõe ao trabalho acadêmico científico. Diante destes aspectos, nosso objetivo é compreender como a abertura à uma rede de diálogo e apoio entre estudantes de pós-graduação pode ser benéfico e fecundo para o andamento do curso. Assim, consideramos que narrar nossas experiências, na construção dessa rede de apoio voltada ao espaço acadêmico, possibilita perceber as potências, desafios e limites de nossas jornadas. Portanto, entendemos que a produção de conhecimentos nestes termos não se limita à concatenação de informações, mas também diz respeito ao que é sofrido, vivido e sentido cotidianamente na vida acadêmica.

Palavras-chave: Narrativas. Experiências. Redes de apoio.

Referências Bibliográficas

- DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. *Revista Brasileira de Educação*. ANPED, Rio de Janeiro/RJ, v. 17, n. 1, 2012.
- GOODSON, Ivor F. *Aprendizagem, currículo e política de vida: obras selecionadas de Ivor F. Goodson*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- HOOKS, bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. São Paulo: Elefante, 2021.

^[1]Doutoranda e mestre pelo PPG-Educação da Universidade Federal Fluminense, hosana.nramoa@gmail.com.

^[2]Doutoranda e mestre pelo PPG-Educação da Universidade Federal Fluminense, julia.dcsilva@gmail.com.

SILÊNCIOS E SENTIDOS NA CRIANÇA BEM PEQUENA: MOVIMENTO CORPORAL E SUAS LINGUAGENS

Dayane Cabral Leite ^[1]

Maria Angélica Augusto de Mello Pisetta ^[2]

Esta pesquisa tem como objetivo investigar como a professora de educação infantil percebe o processo de comunicação de crianças bem pequenas que ainda não conseguem expressar suas demandas através da fala verbal. Para isto, partimos do princípio que existe linguagem desde o nascimento, seja através de movimentos corporais, choro, sorrisos, olhares, estabelecendo relação com o mundo e interagindo com ele. Assim, indicamos como objeto de pesquisa a comunicação da criança bem pequena na instituição escolar. As estratégias metodológicas de pesquisa consistem em entrevistas semi-estruturadas com professoras de educação infantil e análise das entrevistas. Adotamos a nomenclatura criança bem pequena conforme o documento Práticas cotidianas na Educação Infantil - bases para a reflexão sobre as orientações curriculares (BRASIL, 2009). Os estudos de Lasnik (2000; 2013) e Bruner (1986) nos ajudam a refletir nas formas de comunicação da criança associada às formas culturais de expressão. Com Saussure (1970) pensamos a linguagem e suas múltiplas formas. Levin (2005; 2007) discute sobre o corpo da criança e como seus movimentos ocupam as frestas deixadas na comunicação oral. Interessa, portanto discutir a linguagem e a comunicação de crianças bem pequenas na instituição escolar como um campo de pesquisa com potencialidade e riqueza pouco explorado.

Palavras-chave: linguagem; comunicação; educação infantil.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Práticas cotidianas na educação infantil – bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Consultora Maria Carmen Silveira Barbosa. Ministério da Educação, Brasília, 2009.
- BRUNER, Jerome Seymour. El habla del niño: aprendiendo a usar el lenguaje. Barcelona: Paidós, 1986.
- LAZNIK, Marie Christine. A hora e a vez do bebê. Org. Erica Parlato-Oliveira: traduzido do francês, inglês e italiano - 1ª ed. São Paulo: Instituto Alange, 2013.
- LEVIN, Esteban. Clínica e educação com as crianças do outro espelho. Tradução de Ricardo Rosenbusch. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2005.
- _____. Rumo a uma infância virtual?: a imagem corporal sem corpo. Tradução de Ricardo Rosenbusch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- SAUSSURE, Ferdinand. [1916]. Curso de linguística geral. Tradução brasileira de A. Chelini; J. P. Paes e I. Blinkstein. 2ª edição. São Paulo: Cultrix, 1970. Cours de Linguistique general. Charles Bally e Albert Seschhaye (orgs.) com colaboração de Albert Riedlinger.

[1] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em Literatura Infantojuvenil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Maricá. Integrante do Grupo de Pesquisa Psicanálise, Educação e Inclusão (UFF).

[2] Pós-doutorado em Educação (USP). Doutora e mestra em psicologia (UFRJ). Especialista em Psicologia Clínico-Institucional pela UERJ (modalidade Residência). Graduada em psicologia. Professora associada na Faculdade de Educação da UFF e no Programa de Pós-graduação em Educação da UFF.

EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DO MULTILETRAMENTO

Marina Muniz de Lourenço ^[1]
Dagmar Mello e Silva ^[2]

Na contemporaneidade a atenção e a percepção requerem uma nova configuração devido às experiências sensoriais múltiplas que nos forçam a acompanhar o ritmo acelerado das mídias que circulam via internet a partir das tecnologias digitais. É partindo dessa observação que Hoffman *et al.* (2021) propõem a Pedagogia de Multiletramentos como emancipação de crianças e jovens estudantes frente a emergência da multiplicidade de linguagens que a contemporaneidade carrega em si. Nesse contexto, somos forçados a pensar nas imagens que circulam incessantemente diante de nossos olhos. Para pensar na educação como prática emancipadora na contemporaneidade faz-se necessário considerar que as imagens não são neutras e criam visualidades que compõem a forma como nos relacionamos com os outros e com o mundo. O filósofo e historiador da arte Didi-Huberman (2017) chama atenção para a cultura imagética em que consome-se imagens como clichês, ou seja, há uma falta de atitude, uma passividade frente a imagem, sustentando um senso comum. A partir do que trazem os autores Huberman (2017) e Hoffman *et al.* buscou-se neste trabalho levantar o debate acerca da utilização de práticas multiletradas a partir do audiovisual como possibilitadoras de contravisoriedades que deslocam para a problematização das imagens/clichês. Assim, compreende-se que experimentar formas de ver o mundo através das imagens pressupõe reafirmar a importância de se criar contextos de aprendizagens em uma perspectiva da Pedagogia de Multiletramentos tendo em vista as diversidades nas formas de narrar, para além da palavra, buscando o direito ao olhar frente a cultura imagética contemporânea

Palavras-chave: Imagem. Educação. Multiletramento.

Referências Bibliográficas

- DIDI-HUBERMAN, Georges. “As imagens não são apenas coisas para representar”. Entrevista com Georges Didi-Huberman. [Entrevista concedida a Verónica Engler]. Instituto Humanitas Unisinos, 2017. p.12.
- FRESQUET, Adriana. Cinema, Infância e Educação. *In: Reunião Anual da ANPed*, 30., 2007, Caxambu. Educação e arte. Caxambu, 2007, p.1-16. Disponível em: http://30reuniao.anped.org.br/grupo_estudos/GE01-3495--Int.pdf. Acesso em: 03 jun, 2023.
- HOFFMAN, Adriana; MONTEIRO, Aline; SANTI, Ângela; SILVA, Dagmar Mello e. Multiletramentos pelas visualidades a experiência da rede ria40tena e o curso de extensão visualidades, tempo e educação. *In: HOFFMAN, Adriana; BARROS, Raquel Silva; DOURADO, Rosiane de Jesus. Visualidades, educação e mudanças culturais*. Rio de Janeiro: Ayvu, 2021. p. 1-215.
- MIRZOEFF, Nicholas. O direito a olhar. *ETD - Educação Temática Digital, [S. l.]*, v. 18, n. 4, 2016, p. 745–768. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646472>. Acesso em: 3 jun. 2023.

[1] Licenciada em História pela UFF, mestre em Diversidade e Inclusão (CMPDI-UFF), doutoranda em Educação (UFF) e Professora de Apoio Educacional Especializado na Rede Municipal de Educação de Niterói, RJ. E-mail: mlourenco@id.uff.br.

[2] Graduada em Psicologia pela Universidade Gama Filho (1985), Mestrado em Educação pela Uerj (2002), Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009) e Pós-Doutorado em Filosofia da Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). Professora Associada da UFF - Faculdade de Educação. Professora permanente dos Programas de Pós-Graduação - Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão e PPGE da UFF e Programa da Pós-Graduação em Educação da UFF. E-mail: dagmelloosilva@gmail.com.

O ENSINO COLETIVO DE CONTRABAIXO ACÚSTICO COM ADOLESCENTES NA CIDADE DE LUIS GOMES- RIO GRANDE DO NORTE

Andre da Silva Borges ^[1]

Neste presente resumo, abordaremos o ensino coletivo de contrabaixo Acústico em adolescentes da cidade de Luís Gomes-RN. Consideramos a história da prática e seu desenvolvimento em dois Projetos Sociais, Camerata Jovem de Luis Gomes, projeto independente e Camerata FUNFFEC de Cordas na Fundação Francisca Fernandes Claudino. O desenvolvimento do ensino de contrabaixo na cidade começa a partir do ensino coletivo de cordas no ano de 2009 com a camerata de Luis gomes com o professor e regente Leandro Oliveira, a partir desse trabalho o contrabaixista André Borges (eu), sai para concluir sua formação acadêmica. Não tem como falar do ensino de contrabaixo da cidade sem mencionar a Camerata FUNFFEC de Cordas que também teve como professor e formador Leandro Oliveira. Pensando sobre aprendizagem musical desse instrumento com adolescentes numa cidade distante da capital, me perguntei: Quais ferramentas educacionais poderei utilizar para obter resultados significativos para o desenvolvimento do grupo? Essa pergunta norteou toda o desenvolvimento do trabalho prático, procurando maneiras e discussões sobre o tema para poder oferecer um ambiente propício para o ensino. Utilizei referências voltados para ensino coletivo, praticas e de educação musical: (PAZIANI,2016), (TOURINHO,2003) e (FONTERRADA,2008), esses trabalhos nortearam para a construção de uma reflexão sobre como desenvolver essa pratica que proporciona o aprimoramento do senso de prática em conjunto de adolescentes no contrabaixo acústico. Contamos com três alunos de contrabaixo na época do trabalho desenvolvido, um número significativo para uma cidade que tem em média 10 mil habitantes. O objetivo principal era o uso de ferramentas não convencionais de ensino para o desenvolvimento artístico de adolescentes e sua prática coletiva no aprendizado do contrabaixo acústico. Ao longo da trajetória do ensino, obtivemos a inserção dos três aluno no curso técnico de música na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e posteriormente, dois entraram no curso de Bacharelado em contrabaixo na mesma instituição. A partir da utilização desses métodos, observamos um desenvolvimento técnico-artístico mais natural por parte dos alunos e seus resultado foram satisfatórios para a concretização das atividades no município.

Palavras Chaves: Ensino coletivo, educação musical, educação e aprendizagem.

Referências Bibliográficas

- FONTERRADA, M, T. O. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. 2º ed. São Paulo. Editora UNESP; Rio de Janeiro: Funarte, 2008.
- PAZIANI, Danilo Ribeiro. O ensino coletivo de instrumentos musicais: reflexões acerca do modelo na perspectiva da experiência com a criação musical. Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós graduação em Música, 2016.
- SWANWICK, Keith. Ensino instrumental enquanto ensino de música. Tradução de Fausto Borém de Oliveira e Revisão de Maria Betânia Parizzi. In: Cadernos de Estudo: Educação musical 4/5. São Paulo: Atravez. 1994
- TOURINHO, Ana Cristina G. dos Santos. A formação de professores para o ensino coletivo de instrumentos. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 12, Florianópolis. Anais... p. 51 – 57, 2003.

[1] Discente de Mestrado em Práticas interpretativas-UFRJ - andreborges.borges09@gmail.com.

A PRÁXIS PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM TERRITÓRIOS EM CONFLITOS

Elaine de Oliveira Ferreira ^[1]

Este resumo é resultado parcial da tese de Doutorado intitulada 'Formação, resistências e autonomia docente: Desafios da práxis pedagógica de Educação Física em territórios dominados por poderes paralelos' que tem como objetivo pesquisar as dimensões político-territoriais das interferências coercitivas de grupos paralelos de poder na práxis pedagógica de Educação Física em escolas do Município de Niterói/RJ localizadas em favelas, considerando o risco à vida, o enfrentamento das violências e vulnerabilidade no uso dos espaços e equipamentos destinados às aulas práticas nessas escolas. Enquanto metodologia de análise, o estudo realizou entrevistas semi-estruturadas durante o período da coleta de dados na busca e compreensão de categorias de análise como, por exemplo, dimensões político-territoriais; grupos paralelos de poder; práxis pedagógica de Educação Física; favelas; violências; vulnerabilidade; ações pedagógicas interdisciplinares; políticas públicas; dialogia; comunicação não violenta; disciplinarização; ordenamento social; imposição ideológica; identidade; linguagem; formação; narrativas; prática libertadora; resistência; e diferenças humanas. O estudo fundamenta-se principalmente nas obras de Gramsci (2012; 2005; 1994; 1978), Freire (2004; 1997; 1981; 1975) e os resultados apontam inúmeros impactos das violências no cotidiano escolar, não possibilitando o exercício livre das atividades dos professores de Educação Física, apesar de formas de resistências que possibilitam reflexões sobre o papel de uma educação que se volta ao esclarecimento político-intelectual e autonomia humana.

Palavras-chave: Educação Física. Poderes Paralelos. Violências.

Referências Bibliográficas:

- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo : Editora Paz e Terra, 2004. _____.
Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo : Editora Unesp, 1997.
_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra, 1981.
_____. Pedagogia do Oprimido (2ª ed.). Porto: Afrontamento, 1975.
GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002 . v. 5.

[1] Doutoranda e Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense-UFF. Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UNIRIO 2023 e Graduada em Educação física (Licenciatura plena) pela Universidade Salgado de Oliveira (2008). Atua como Orientadora Educacional na SME da Prefeitura Municipal de São Gonçalo-RJ. elaineof19@hotmail.com

MUDANÇAS CURRICULARES SOBRE A TEMÁTICA ALIMENTAÇÃO: ESTUDO GERACIONAL COM PROFESSORES DE CIÊNCIAS (1990-2010)

Anna Gibson Almeida D'Oliveira ^[1]

Sandra Lucia Escovedo Selles ^[2]

Ao longo das últimas décadas, o currículo de Ciências testemunha as tentativas de responder e atuar sobre demandas socioculturais e políticas e pelas relações entre o poder público com a escola. Para compreender algumas dessas mudanças e permanências curriculares, escolhemos examinar o ensino da alimentação na disciplina escolar Ciências como referência para análise. A pesquisa conjugou análise documental com narrativas docentes, envolvendo gerações de professores(as) graduados(as) entre os anos 1990 a 2010, considerando alimentação um tema sensível para o estudo da pesquisa. Quando investigamos transformações político-sociais, a periodização histórica “nos conta importantes fatos sobre mudanças na educação” (GOODSON, 2019, p. 75). Por um lado, na análise documental, propostas curriculares e livros didáticos (currículo prescrito) foram analisados; por outro, empregamos entrevistas para construir narrativas temáticas com seis professores(as) de Ciências e Biologia, desse período. Nas narrativas construídas, algumas mudanças e permanências identificáveis nos documentos foram trianguladas com os contextos vividos pelos docentes. Ao resgatar suas memórias, os(as) professores(as) compartilharam as influências e experiências vividas ao longo de sua jornada profissional e formaram a dimensão analítica para entender o ensino de alimentação. Nos primeiros anos de docência, alguns se preocupavam em abordar o currículo prescrito, mas no decorrer da experiência docente passaram a negociar o cumprimento dos programas com as demandas dos(as) alunos(as), enquanto outros(as), desde o início já conseguiam ajustá-las com certa autonomia pedagógica. O diálogo entre as duas fontes de investigação reforça que o ensino da alimentação humana é atravessado por essas contingências profissionais, pois as narrativas docentes registram maneiras criativas que se abrem às necessidades da sua turma, proporcionando aprendizagens narrativas que superam o pragmatismo de normativas curriculares.

Palavras- chave: Currículo de Ciências. Alimentação Humana. Narrativas temáticas.

Referências Bibliográficas

GOODSON, I. F. Currículo, narrativa pessoal e futuro social. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

^[1] Mestra em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGEdu). agibson@id.uff.br.

^[2] Professora Titular na Universidade Federal Fluminense. sandraselles@id.uff.br.

INVESTIGANDO A DISCIPLINA ESCOLAR INTEGRAÇÃO DAS MÍDIAS E NOVAS TECNOLOGIAS (IMNT) NO CURSO NORMAL DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

Francisco Pedro Bahia Becerra Velasquez ^[1]

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado defendida pelo autor que teve como objetivo analisar a disciplina Integração das Mídias e Novas Tecnologias (IMNT) no curso de formação de professores em nível médio, o antigo curso normal (CN), em uma escola pública do estado do Rio de Janeiro. O contexto da pesquisa inseriu-se quando a educação, em especial, as redes públicas educacionais, sofreram grandes impactos na forma de organização do trabalho docente e dos currículos em virtude de uma crise pandêmica. Nesta pesquisa qualitativa, caracterizada como um estudo de caso, mobilizamos os estudos de currículo (GOODSON,1992,1995,1997,2007), as noções de táticas (CERTEAU,1994), de resistência (GIROUX,1997) e saberes docentes (TARDIF, 2008) e do neotecnismo (FREITAS, 1992; 1995) para investigar os potenciais impactos nas práticas docentes. Para isso, realizamos uma análise documental da política pública curricular atual, orientada pelo Currículo Mínimo (CM) do estado do Rio de Janeiro. O documento curricular analisado foi produzido dentro de um contexto maior de rearranjos das políticas neoliberais na educação pública (LAVAL,2016). Assim, espera-se compreender a relação entre o currículo prescrito, sob a ótica da lógica empresarial, e os seus possíveis desdobramentos nas práticas pedagógicas dos docentes na constituição de uma disciplina de formação profissional de caráter tecnológico. Nossa pesquisa buscou contribuir para o campo do estudo do currículo, dos usos das TDIC 's na educação e da formação docente em nível médio.

Palavras-chave. Saberes docentes. TDIC. Currículo. Currículo mínimo. IMNT.

Referências Bibliográficas

- CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano: 1, Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FREITAS, Luís. Neotecnismo digital. Avaliação Educacional. Blog do Freitas. Campinas. 11 jul. 2021. Disponível em <https://avaliacaoeducacional.com/2021/07/11/neotecnismo-digital/>. Acesso em 12 ago. 2022
- GIROUX, Henry. Os professores como intelectuais – Rumo a uma pedagogia crítica da Aprendizagem. Trad.: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GOODSON, Ivor. Currículo: Teoria e História. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. A construção social do currículo. Lisboa: EDUCA, 1997.
- _____. Currículo, narrativa e o futuro social. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 35, p.241-252, maio/ago. 2007
- _____. As políticas de currículo e de escolarização - Abordagens históricas. Tradução de Vera Joscelyn. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LAVAL, C. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.
- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 9º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

[1] Mestre em Educação pelo PPGEDU da UFF, professor de História da SME -RJ e SEEDUC-RJ, franciscopetro@gmail.com.

O DRAMA E SUA REPERCUSSÃO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Bety Ribeiro Corrêa ^[1]

Na presente pesquisa, com base na teoria histórico-cultural de Vigotski, busca-se investigar relações entre drama e desenvolvimento humano, identificando a possibilidade de a vivência do teatro contribuir para o desenvolvimento de crianças, em especial, no que tange à fala escrita e à leitura. Num contexto educacional em que muitas crianças apresentam dificuldades nesse processo, o teatro e seus elementos de jogo e linguagem (escrita, oral e corporal) pode se apresentar como uma atividade impulsionadora do desenvolvimento. O texto teatral traz o convite para o jogo, para a interpretação de papéis e, por isso, se torna atraente, além de alguns elementos do teatro se fazerem presentes na brincadeira de faz de conta: no ato de imaginar-se outro, imaginar situações e cenários para a brincadeira e no jogo com os outros. Para Vigotski (2021), a brincadeira de faz de conta desempenha um papel primordial no desenvolvimento da criança, principalmente para os processos imaginativos, que vão repercutir no desenvolvimento do pensamento abstrato que, por sua vez, é importante para a passagem da fala oral para a fala escrita. Essa passagem envolve um processo complexo e representa um desafio para a criança, pois a fala escrita é mais abstrata que a oral e exige a tomada de consciência dos processos do falar. O texto teatral é um texto escrito que reproduz a fala oral. Nasce escrito, mas ao ser encenado volta a ser oral. Por isso pode atrair e interessar às crianças em processo de alfabetização, que já têm familiaridade e domínio da fala oral. A pesquisa encontra-se na fase de revisão bibliográfica para investigar o conceito de drama na obra de Vigotski (2006, 2021), em seus trabalhos sobre desenvolvimento humano, arte e teatro. A segunda etapa da pesquisa consistirá na realização de oficinas de criação teatral, com duração de um ano, com crianças nos anos iniciais do ensino fundamental, utilizando jogos teatrais, criação oral e escrita, e dramatização de cenas e estórias.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Drama. Teatro.

Referências Bibliográficas

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Psicologia, educação e desenvolvimento: escritos de L. S. Vigotski; organização e tradução de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
_____. El problema de la edad. In: Obras Escogidas, tomo IV. Madrid: A. Machado Libros, S.A., 2006.

[1] Mestre em Educação e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF/Niterói/RJ), betycorreia@id.uff.br.

LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE

Marlúcia Correa Soares ^[1]
Natalia Leonel de Oliveira ^[2]
Grace Kelly dos Santos Candido ^[3]

Este trabalho tem o objetivo de discutir e analisar a formação continuada de professoras da Educação Infantil (EI) do município de Juiz de Fora (JF), promovida pela Secretaria de Educação (SE) a partir do material “Leitura e Escrita na Educação Infantil” (BRASIL, 2016) em modalidade híbrida. O estudo está ancorado nos pressupostos da Teoria Histórico-cultural de Vigotski (2010) e na perspectiva dialógico-discursiva de Mikhail Bakhtin (1981) sobre o papel da linguagem na constituição dos sujeitos. A questão que orienta essa investigação é “Como vem ocorrendo a implementação do curso Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI 2022-23) em JF?”. Essa edição do LEEI se constitui como uma política de formação da rede municipal voltada às professoras de EI e vai ao encontro da proposta curricular e pedagógica da SE de JF para essa etapa da educação básica. O objetivo do curso é oferecer subsídios teórico-práticos para qualificar o trabalho com a oralidade, a leitura e a escrita em creches e pré-escolas. Trata-se de uma ação que integra a política de formação da SE de JF, realizada em parceria com a UFMG e a UFJF. A edição está em andamento e já ocorreram 14 encontros, entre estudos dos cadernos, oficinas e tertúlias, buscando articular ciência, arte e vida (Bakhtin, 2011). A partir do diálogo com relatos produzidos pela equipe do curso, nos colocamos a pensar os desafios e possibilidades para a formação de professoras da EI, tanto nessa articulação, quanto no âmbito das tecnologias.

Palavras-chave: Leitura e Escrita. Educação Infantil. Formação docente.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.
BRASIL. Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil, Brasília: MEC/SEB, 2016.
VIGOTSKY, Lev. S. Quarta aula: a questão do meio na pedagogia. Psicologia USP, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 681–701, 2010 a. Tradução de M. Pileggi.

[1] Mestra em Educação- Universidade Federal Juiz de Fora. Professora da Educação Infantil da rede municipal de Juiz de Fora. E-mail: marluciacorreasoares7@gmail.com.

[2] Mestranda em Educação- Universidade Federal Juiz de Fora. Professora da Educação Infantil. E-mail: natileonel@gmail.com.

[3] Mestranda em Educação- Universidade Federal Juiz de Fora. Licenciada em Letras-Português e suas respectivas literaturas. E-mail: grace.candido@letras.uff.br.

DESAFIOS NO PERÍODO PANDÊMICO DE 2020: DOCENTES DE FILOSOFIA DA SEEDUC RJ

Brunno Amâncio Marcos ^[1]

O trabalho é um desdobramento da nossa pesquisa de mestrado realizada através do PPGEDU UFF, pela linha Filosofia, Estética e Sociedade. Realizamos conversas com docentes de Filosofia da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Nossos referenciais teóricos, Paulo Freire e Antonio Gramsci, também contribuem nesta empreitada. A prática docente na Filosofia durante o período pandêmico, no ano de 2020, na rede pública de educação básica do estado do Rio de Janeiro, nos propõe a pensar as seguintes questões: Como se desvelou a atuação docente por meio do ensino remoto? Quais foram às peculiaridades da atuação remota do ensino de Filosofia? O docente de Filosofia na educação básica coaduna com a possibilidade de contribuir em conjunto com outras áreas do conhecimento, com contínua construção do educando, pondo-o enquanto protagonista a investigar a complexidade das diversas visões de mundo que compõem a descrição do real, significá-lo e/ou ressignificá-lo. A docência em filosofia no ensino médio possibilita uma reflexão e intervenção sobre os problemas que se dão na realidade concreta. Reflexão que requer algumas exigências que não são possíveis de serem apreendidas de forma diluída. A reflexão filosófica deve ser radical, rigorosa e de conjunto (SAVIANI, 1996). Filosofia não é qualquer atividade proposta aos educandos, que poderá ser considerada uma atividade prática de caráter filosófico. Pois, deverá conter sua principal definição, segundo Saviani (1996), reflexão composta de radicalidade, rigor e conjunto que abarque os problemas que a realidade apresenta. Identificar, com esta pesquisa, quais desdobramentos foram disseminados na condução docente no âmbito da escola pública, atentando as peculiaridades que compõem tanto o quadro docente, quanto discente. Nosso objetivo é investigar as atuações dos docentes Filosofia da rede estadual de educação durante o período pandêmico. Analisar como as e os docentes de filosofia da rede pública do Estado do Rio de Janeiro atuaram durante a pandemia da Covid-19. Apoiados pelo pensamento de Paulo Freire e Antônio Gramsci, ponderamos que a atividade docente em Filosofia tende a se cristalizar na realidade concreta através do sujeito e dos elementos constitutivos do real. Metodologicamente realizamos conversas porque os diálogos tecidos entre pesquisador e os demais sujeitos da pesquisa se apresenta numa perspectiva não hierárquica e se propõe refletir sobre fortalecimento dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Palavras-chave: Pandemia. Docência. Filosofia. Paulo Frere. Antonio Gramsci.

Referências Bibliográficas

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003;
GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Introdução ao Estudo da Filosofia; A Filosofia de Benedetto Croce. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001;
GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Os Intelectuais, O Princípio Educativo, Jornalismo. Volume 2. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001;
SAVIANI, Demerval. Educação: Do senso comum à consciência filosófica. 11ª Edição. Campinas: Autores Associados, 1996;

[1] Mestrando em Educação PPGEDU UFF - brunnofilo@gmail.com.

PROFESSORAS NEGRAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: TRAJETÓRIAS E DESAFIOS

Alessandra Lopes dos Santos ^[1]

Marília Etienne Arreguy ^[2]

O presente trabalho se propõe a analisar trajetórias e desafios de professoras negras, que trabalham na educação básica de escolas públicas, observando se desenvolvem ou não uma educação antirracista. A partir desta perspectiva antirracista analisaremos se este trabalho tem um engajamento militante, político, social e caso não trabalhe com a temática, analisar se há possíveis traumas vivenciados pela educadora em sua trajetória de vida e profissional. Entendendo que as vivências da negritude possibilitam identificar questões coletivas das mulheres negras, questões relacionadas às suas experiências de vida, trabalho, memória, racismo e resiliência. O objetivo é observar práticas e saberes docentes antirracistas, através da narrativa de professoras negras que têm suas trajetórias entrelaçadas com a educação básica, nos permitindo compreender o trabalho realizado nesta etapa de ensino, destacando o protagonismo das professoras negras e suas vivências. A metodologia proposta são as escrituras de Conceição Evaristo, pois esta abordagem carrega uma dimensão coletiva de histórias e experiências de vida. O conceito usado sobre raça neste trabalho vem das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais que considera raça uma construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros. Este estudo é muito significativo, pois comprova o lugar do negro na educação, Teixeira (2006) fez um estudo sobre o censo de 2000 e constatou que ao analisar sexo e cor dos professores brasileiros, destacou que 81,2% são mulheres e 64,2% são brancas, portanto, a maioria são professoras brancas. Outro fator apontado por Teixeira é que pretos e pardos ocupam a educação infantil e educação básica sendo a maioria mulheres, enquanto na educação superior a maioria são homens brancos. As diferenças por cor e sexo apresentam dados que demonstram o lugar dos professores negros na composição escolar.

Palavras chaves: Educação antirracista. Raça. Gênero.

Referências Bibliográficas

_____. Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o ensino da história afro-brasileira e africana. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

SOARES, Lissandra Vieira e MACHADO, Paula Sandrine. Escrivência como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. Rev. psicol. polít. [online]. 2017, vol.17, n.39, pp. 203-219. ISSN 1519-549X.

OLIVEIRA, Iolanda. Espaço docente, representações e trajetórias. In: OLIVEIRA, Iolanda. Cor e Magistério. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUFF,2006.

TEIXEIRA, Moema de Poli. A presença Negra no Magistério: aspectos quantitativos. In: OLIVEIRA, Iolanda. Cor e Magistério. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUFF,2006.

^[1] Mestranda-UFF, professora do Colégio Universitário Geraldo Reis (Coluni-UFF) e-mail: aleuff1431@gmail.com.

^[2] Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. mariliaetienne@id.uff.br.

O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL A PARTIR DE PRÁTICAS EDUCATIVAS NÃO-FORMAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS EXPOSIÇÕES DA CASA DE CULTURA NEY ALBERTO

Natália Oliveira de Assis ^[1]

A comunicação proposta se insere em uma pesquisa em andamento sobre a formação e a preservação de uma memória coletiva sobre a história e a cultura de Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense. Tenho como campo e objeto de pesquisa a Casa de Cultura Ney Alberto e as exposições realizadas na Casa de Cultura entre os anos de 2019 e 2022 que versavam sobre a história e a cultura local. As exposições “A cultura Tupi nas Terras do Guaguassú – Fragmentos da História Iguaçua da Pré-História ao Século XVI”, “Olhares sobre os Lares – A vida doméstica na “Velha” Iguassú – Séculos XVII, XVIII e XIX” e “A Estrada Real do Comércio. Iguassú – Vale do Paraíba – Minas: 1822 – 2022”, são algumas das que passaram pela Casa de Cultura no período em questão. Partindo das discussões sobre práticas educativas não-formais em espaços museais e o ensino de história (CAMPOS, 2021. ARAÚJO, 2007), a comunicação tem por objetivo a reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem sobre a história local mediado pelos objetos expostos nas exposições da Casa de Cultura, abordando o seguinte problema de pesquisa: como as exposições se configuram enquanto espaço de ensino-aprendizagem sobre a história local? Utilizo como recurso metodológico uma análise documental, trazendo os catálogos das exposições enquanto fonte de pesquisa. Os resultados apresentados aqui são de caráter preliminar. A partir das discussões do campo da expologia, compreende-se as exposições em seus princípios museológicos, comunicacionais e educacionais (CURY, 2005), implicando a interação entre o público e os objetos musealizados que, a partir da sua documentalidade (GUARNIERI, 1990), se tornam meio de ensinar algo a alguém. Um processo de ensino-aprendizagem mediado pelas exposições da Casa de Cultura possibilita aos visitantes o aprendizado sobre a história local, seus aspectos sociais, econômicos e culturais, a partir da documentalidade dos objetos expostos, apropriados por eles nas relações estabelecidas com a exposição.

Palavras-chaves: Casa de Cultura Ney Alberto. Práticas educativas não-formais. Ensino da História Local.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Helena Maria Marques. Memória e produção de saberes em espaços educativos não-formais. Revista Cadernos do Ceom, v. 20, n. 26, p. 257-266, 2007.
- CAMPOS, Carlos. Território a ser explorado: uma proposta para um guia para os museus da Baixada Fluminense. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- CURY, Marília Xavier. Exposição-Concepção, montagem e avaliação. Annablume, 2006.
- GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. Cadernos museológicos, v. 3, p. 7-12, 1990.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF-UERJ) - natalia.assis@edu.unirio.br.

CRIANÇAS NEGRAS: EM BUSCA DE UM SER DESEJANTE ENTRE A CLÍNICA E A COMUNIDADE ESCOLAR

Maria Solineide Oliveira Alencar ^[1]
Marcelli dos Santos Borges Silva ^[2]

Historicamente as pessoas negras, foram escravizadas e obrigadas a viver em ambientes com múltiplas culturas, tradições, credos e linguagens, quando descoladas de seus territórios, o que dificultava muito a comunicação e suas relações. Também eram vistas como indolentes, incultas, desprovidas de atributos físicos, estéticos e cognição (Fanon, 2020; Souza, 2021). Um total rebaixamento dos povos colonizados. Diante deste cenário, pensando nos ensinamentos de Freud (2001), quais crianças são motivadas a se assemelhar com tamanha insignificância e angústia? Segundo Lacan (2005), como se constituir enquanto sujeito de desejo (causa de desejo)? Para Freire (2001) a educação é um ato político e social e não está restrita aos muros da escola. Vale ressaltar que emerge daí socializar conhecimentos que foram tecidos no curso da história. Desse modo está intimamente ligada a humanização tanto no desenvolvimento psíquico como na socialização. Através dos diversos métodos educacionais, nos apropriamos das manifestações humanas de diversas maneiras. Desse modo, tanto o mundo contribui para a construção da educação, ao mesmo tempo em que é influenciado por ela. Nos apropriamos dos mais distintos saberes em diferentes lugares e comunidades: teatro, museu, cinema, parques, rua, amigos, família, livros, mídias, músicas, templos, aldeias, quilombos...tatuando marcas culturais geracionais, assim como no plano subjetivo vamos nos tornando mais gente. Entretanto, ao se pensar no ato pedagógico, que não é sem intenção, podemos vislumbrar a forma ou modelo da sociedade a qual se almeja (Pinheiro, 2023). Mesmo que a escola ainda seja reprodutora de mitos eurocêtricos, com um currículo colonial, aliado a uma sociedade que reproduz desigualdades, cabe aos profissionais que acreditam no dinamismo e acréscimo no contínuo da vida dar continuidade ao legado historicamente construído no coletivo, o saber ontológico. É nesse lugar que as crianças vão se constituir como sujeitos.

Palavras-chave: Psicanálise. Educação. Decolonialidade.

Referências Bibliográficas

- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. São Paulo: Ubu, 2020.
FREIRE, Paulo. A Educação na Cidade. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
FREUD, Sigmund. Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
LACAN, Jacques. O Seminário, livro 10: a angústia. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. SOUZA, Neuza. Tornar-se Negro. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
PINHEIRO, Barbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista. São Paulo, Planeta do Brasil, 2023.

[1] Doutoranda em Educação pela PUCPR, Mestre em Educação pela UFPR, sol.solyabr@gmail.com.

[2] Mestre em Educação pela UFF, marcelleborges@id.uff.br.

OS EFEITOS DA PANDEMIA NA SUBJETIVIDADE DE JOVENS EM ESCOLAS PÚBLICAS NO ENSINO MÉDIO

Emília Naura Santos Bouzada ^[1]
Marília Etienne Arreguy ^[2]

Este trabalho diz respeito à pesquisa de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFF, no estado do Rio de Janeiro. No decorrer desses três últimos anos, fomos afetadas(os) pela pandemia de Covid-19 (WIKIPÉDIA, 2023, on-line). Com isso, deparamo-nos com inúmeras questões, dentre elas, intriga o modo como educadoras(es) e educandas(os) retornaram à escola de forma presencial. Torna-se importante observar como se apresentam os jovens após o processo de isolamento social neste período “pós-pandemia”, e o que eles têm a nos dizer sobre a realidade que os circunda. Como nos apresenta Birman (2021), podemos citar situações de um acentuado trauma pós-pandêmico, resultado do período de “isolamento social”. Num contexto de extrema vulnerabilidade sanitária, somada a um contexto sociopolítico historicamente caótico, instalou-se um cenário de sofrimento psíquico alastrado. Recorremos ao conceito de Negação em Freud (1923 [2011]) para compreender tal fenômeno, postulando a seguinte problematização: haveria um certo silenciamento e/ou negação sobre as questões que envolvem os efeitos disruptivos da pandemia na vida dos jovens do ensino médio em escolas públicas? O que teriam os jovens a nos falar sobre os efeitos da pandemia em suas vidas? A pesquisa-intervenção (ROCHA; AGUIAR, 2023) se desenvolverá a partir dos círculos de culturas (FREIRE, 2019) com a juventude, sujeitos da pesquisa, em espaços dialógicos que acolham diferenças e que possibilitem a circulação da palavra.

Palavras-chave: Subjetividade. Sofrimento psíquico. Pós-pandemia.

Referências bibliográficas

- BIRMAN, Joel. O trauma na pandemia do Coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 67. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- FREUD, Sigmund. Obras completas. Vol. 16. O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PANDEMIA DE COVID-19. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pandemia_de_COVID-19&oldid=66903028>. Acesso em: 15 Nov. 2023.
- ROCHA, Maria Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. Psicologia: Ciência e Profissão. 2003, v. 23, n. 4, pp. 64-73. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v23n4/v23n4a10.pdf>>. Acesso em: 15 Nov. 2023.

[1] Doutoranda em Educação -Universidade Federal Fluminense. Pedagoga; Psicopedagoga Clínica e Institucional; Especialista em Saúde Mental na Infância e Adolescência. emiliab@id.uff.br.

[2] Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. mariliaetienne@id.uff.br.

O OLHAR DAS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE AS PRÁTICAS COM LINGUAGEM ORAL, LEITURA E ESCRITA

Marlúcia Corrêa Soares ^[1]

Este trabalho discute uma pesquisa cujo objetivo foi compreender as percepções das professoras da Educação que participaram da formação “Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) - 2021/2022”, no formato à distância, em Juiz de Fora/MG, sobre suas práticas com a linguagem oral, leitura e escrita e as condições institucionais em que se dão essas práticas. O estudo está ancorado na abordagem histórico cultural de Vigotski e na perspectiva dialógico-discursiva de Bakhtin. A formação abrangeu 148 horas. Os dados foram produzidos por meio de um questionário composto de trinta e seis itens, organizados em duas seções, sendo a segunda formada por itens elaborados no modelo de escala Likert. Das 220 professoras que participaram da formação, 142 responderam ao questionário, das quais 121 atuavam nas creches da rede parceira e 99 em escolas da rede pública. Analisaram-se 13 questões que estavam diretamente relacionadas com os dados sobre as professoras (formação e etapa de atuação), sobre as práticas de linguagem oral, leitura e escrita e sobre as condições institucionais. Os resultados revelaram que 85 das respostas ao questionário foram dadas pelas professoras de creche. Em relação à formação, verificou-se que 110 professoras possuíam Licenciatura em Pedagogia. As práticas de leitura e escrita estavam presentes nas creches e nas escolas nas formas de contação de histórias, leitura de livros de histórias e contato com situações de escrita. Durante a suspensão das atividades presenciais, as atividades impressas tiveram alta frequência na pré-escola. Já nas creches, as brincadeiras por meio de encontros remotos foram mais frequentes. No que diz respeito ao fato de as professoras considerarem ou não a pressão da escola/famílias em relação à alfabetização, as professoras responderam que a pressão maior aparece na pré-escola.

Palavras-chave: Formação de Professoras. Leitura e Escrita. Educação Infantil.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil. Brasília, 2016.
VIGOTSKY, Lev. S. A formação social da mente. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
VIGOTSKY, Lev. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

[1] Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora da Rede Municipal atuando no Departamento de Educação Infantil da Secretaria de Educação. marluciacorreasoares7@gmail.com.

UM VALE DE ENCONTROS E DESAFIOS: A IMPLEMENTAÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL EDUCAÇÃO DE NITERÓI NA UMEI VALE FELIZ

Tainara Navas ^[1]

Um Vale de encontros e desafios, projeto de inserção ao doutorado, pretende narrar encontros e desafios que acontecem no cotidiano da UMEI Vale Feliz, onde faço parte da Equipe de Articulação Pedagógica (EAP). O breve percurso de tempo percorrido por esta instituição, três anos desde a inauguração, não reduz as potencialidades de um ambiente escolar pulsante, longe dos consensos e imerso nas disputas sobre as diferentes concepções de infância que coexistem no cotidiano da Educação Infantil de uma UMEI que também atende a grupos dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), principalmente no que se refere ao currículo e aos sentidos que o compõe. É por esse viés, que apresento uma proposta de pesquisa que tem a intenção de investigar a implementação dos Referenciais Curriculares da Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Niterói (RCEI), publicado pelas portarias SME nº 018/2022 e SME nº 19/2022. Proponho um estudo com a seguinte questão problema: como as disputas tensionadas pela implementação de um documento curricular para a Educação Infantil, no contexto escolar da UMEI Vale Feliz, podem corroborar para ressonâncias nas práticas pedagógicas desta unidade de educação? Tendo em vista as memórias formativas-desse contexto, faço opção pela metodologia da pesquisa formação narrativa autobiográfica, entendendo o encontro dessas narrativas, minhas e dos sujeitos da pesquisa, como formativas da nossa prática educacional. Nesse ínterim, autores como Benjamin (1985), Ricoeur (2007), Passeggi (2018), Freire (1986), Macedo (2011) e Edwards (2016), me acompanharão nesse contexto de compreender os encontros e desafios, das narrativas, da Educação Infantil e do currículo.

Palavras-chave: Narrativa Autobiográfica. Currículo. Educação Infantil.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo, SP. Editora Brasiliense, 1985.
- EDWARDS, Carolyn. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na Educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2016.
- FREIRE, Madalena. A paixão de conhecer o mundo: relato de uma professora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- MACEDO, Elizabeth. Criar currículo no cotidiano. São Paulo: Cortez, 2011.
- PASSEGGI, Maria da Conceição; FURLANETTO, Ecleide Cunico; CONTI, Luciane de; CHAVES, Iduina Edite Mont'alverne Braun; GOMES, Marineide de Oliveira; GABRIEL, Gilvete Lima; ROCHA, Simone Maria da. Narrativas de crianças sobre as escolas da infância: cenários e desafios da pesquisa (auto)biográfica. IN: Educação/Santa Maria. V.39 n.1 p.85-104 jan./abr.2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644411345> . Acesso em 12 jun. 2023.
- PASSEGGI, Maria da Conceição; NASCIMENTO, Gilcilene Léia Souza do; OLIVEIRA, Roberta Ceres Antunes Medeiros de. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa. In: Revista Lusófona de Educação, v. 33, n. 33, 2016. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/reducacao/issue/view/688> Acesso em: 17 jun. 2018.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

[1] Tainara Navas – Pedagoga pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Educação pela UFF e Doutoranda em Educação na UFF. Professora da Rede Municipal de Niterói lotada na UMEI Vale Feliz. – tainaranavas@hotmail.com.

“PEDAGOGIA COM BEBÊS: COMO PENSAR E FAZER UMA PEDAGOGIA COM BEBÊS EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS”

Ana Patricia Gonçalves Bastos ^[1]

Durante muitos anos, os bebês foram descritos e definidos principalmente por suas fragilidades, suas incapacidades e sua imaturidade. Esse trabalho tem como objetivo, apresentar a pedagogia que realizamos com bebês num hospital municipal e pediátrico em Niterói. A partir da demanda real de um quantitativo expressivo de bebês internados em 2022, surgiu a necessidade de ampliarmos nossos olhares sobre esse tema. O estudo foi realizado pelo grupo de educadores que atua no Hospital Municipal Getúlio Vargas Filho em Niterói, em seus momentos de formação. Nossos principais referenciais teóricos foram os autores Maria Carmem Barbosa e Paulo Fochi. A partir das leituras e das nossas vivências no hospital, concluímos que os bebês são seres de linguagem, que se forjam a partir dela e que são produtores de cultura e, apresentamos nesse trabalho propostas pedagógicas, como o “Jogo Heurístico”, o “Cesto de tesouros” e a “Bandeja de experimentação”, que fazem parte da abordagem que desenvolvemos no hospital, propostas que favorecem o desenvolvimento da criatividade, curiosidade, espontaneidade, autonomia e inteligência da criança em desvendar o mundo a sua volta por meio da exploração e do livre brincar.

Palavras-chave: Pedagogia com bebês. Pedagogia Hospitalar. Jogo Heurístico.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.
FOCHI, Paulo.(org) O brincar Heurístico na Creche: Percursos Pedagógicos no Observatório da Cultura Infantil – OBECI. Porto Alegre: Paulo Fochi Estudos pedagógicos, 2018

[1] Professora do Programa Hospitalar de Niterói, mestranda da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense – anapatriciagbastos@hotmail.com.

A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM: AVALIAÇÃO COMPARTILHADA COM AS CRIANÇAS NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Luana Armaroli Queiroz ^[1]

O presente trabalho, originado de minha pesquisa de doutorado, em andamento, relata parte de uma busca por encontrar caminhos outros para questões localizadas em minha sala de aula, tecendo diálogos teóricos objetivando favorecer a construção de uma prática ressignificada e de um olhar ampliado para as múltiplas demandas que emergem na escola, como nos mostra Garcia (2001, p. 12): “[...] Assim, partimos da prática, vamos à teoria a fim de a compreendermos e à prática retornamos com a teoria ressignificada, atualizada, recriada, dela nos valem para melhor interferirmos na prática.” De maneira geral, as crianças são avaliadas nas escolas por um viés classificatório, que busca homogeneidade e hierarquiza saberes e as próprias crianças, como destaca Esteban (2001, p.93): “[...] A concepção de homogeneidade em que tanto a dinâmica de avaliação desenvolvida na sala de aula quanto a formação docente se constituem, conecta a ação pedagógica a um contexto social excludente.” Nestes cenários, os estudantes – em especial os das classes populares – tem seus saberes vistos como menores e a participação nas tomadas de decisão minimizada. Na contramão dessa concepção, as crianças são vistas nesta pesquisa como sujeitos sociais, históricos e culturais e serão convidadas a pensar a avaliação com sua professora, mas, especialmente com seus pares, como uma tentativa de reduzir a heteronomia tão presente nas relações adulto-criança em nossa sociedade. Dentro da perspectiva proposta, compreendemos que a criança tem direito de participação e isso inclui a participação no processo avaliativo. Uma avaliação que seja mais do que simplesmente preencher tabelas de autoavaliação elaboradas por suas professoras. Avaliação da aprendizagem, mas principalmente avaliação para favorecer a aprendizagem. A pesquisa de natureza qualitativa, está metodologicamente inserida no Campo de Estudos com o Cotidiano e se propõe a investigar como a participação das crianças, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no processo de avaliação pode contribuir para suas aprendizagens.

Palavras-chave: Avaliação. Classes Populares. Participação.

Referências Bibliográficas

ESTEBAN, Maria Teresa. O que sabe quem erra? Reflexões sobre a avaliação e o fracasso escolar. DP&A: Rio de Janeiro, 2001.
GARCIA, Regina Leite. Método: Pesquisa com o Cotidiano. DP&A: Rio de Janeiro, 2001.

[1] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF pela linha Estudos do Cotidiano da Educação Popular. Professora no Colégio Pedro II, luana.armaroli@gmail.com.

O PROEJA E A SUA IMPORTÂNCIA NOS CÂMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ) LOCALIZADOS NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO

Diones Bernardes dos Santos Motta ^[1]
Juliana Rodrigues de Souza ^[2]

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), instituído pelo Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), surge como uma porta de entrada para a educação profissional técnica de jovens e adultos que, por algum motivo, não tiveram acesso ou continuidade aos estudos. Neste sentido, busca-se oferecer cursos e programas por meio de formação inicial e continuada dos trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Segundo o Decreto, as Instituições Federais de Educação Profissional deveriam implantar os cursos e programas regulares do Proeja até o ano de 2007, contudo, ainda hoje, a oferta deste importante programa não ocorreu de forma efetiva nos câmpus avançados do IFRJ, com significativa expansão nas cidades do interior do Estado. Neste sentido, o objetivo deste trabalho parte da urgência em discutir com os servidores dos câmpus, bem como toda a sociedade civil e movimentos sociais, a urgência em oferecer educação profissional técnica para jovens e adultos desses municípios que, em sua maioria, carecem de oportunidades educacionais, onde é possível identificar um expressivo número de analfabetos e pouco profissionais qualificados para exercerem determinados cargos. Neste intento, esta pesquisa trabalha com o método do materialismo histórico-dialético, ancorada nos estudos de Ciavatta e Trein (2007), por meio de uma revisão de literatura, dialogando com Rummert e Ventura (2007), entendendo o Proeja como um caminho possível para a melhoria dos dados estatísticos da educação no Brasil. Como resultados parciais, é possível perceber que o Proeja possui uma importância singular no desenvolvimento regional de onde estão inseridos os câmpus do IFRJ, mas esta notoriedade precisa ser amplamente defendida, pois há um significativo número de Câmpus avançados que ainda não oferecem esta indispensável modalidade para uma educação cada vez mais democrática.

Palavras-chave: Proeja. IFRJ. Interior.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Decreto nº. 5.840 de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, 2006.
- CIAVATTA; TREIN, Eunice. A transformação do trabalho e formação profissional na sociedade da incerteza. 30. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, GT: Trabalho e Educação. 2007.
- RUMMERT, Sonia Maira. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. Revista de Ciências da Educação, p. 35-50, jan. 2007.
- VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. Educar, Curitiba, p. 29-45, 2007.

[1] Doutorando em Educação – PPGEDU/UFF – dionesmotta@hotmail.com.

[2] Doutoranda em Educação – PPGEDU/UFF – juliana.rosouza@gmail.com.

A EMPATIA EM ESPINOSA E GRAMSCI À LUZ DA FILOSOFIA FREIREANA

Gisele Duarte Teixeira ^[1]

O estudo explora a empatia mostrada nas reflexões de Baruch Espinosa (2015) e Antonio Gramsci (1999, 2001, 2007) e explora como ela pode ser aplicada à educação orientada para a afetividade consoante a compreensão filosófica de Paulo Freire (1967, 2001, 2015, 2019). Os espaços escolares são tão importantes para o desenvolvimento de quem por eles passa que o objetivo deste trabalho é discutir um dos temas que deveriam ser centrais nos ambientes educacionais: a empatia. Portanto, este estudo utilizou três filósofos como referenciais teóricos. Espinosa, buscando entender suas concepções relativas aos afetos; Gramsci, para compreendermos a relação que a sua perspectiva de educação pode ter na mudança social e na conquista da hegemonia. Por fim, Paulo Freire para a compreensão de como a presença da empatia durante o ensino e a aprendizagem pode afetar o cotidiano escolar. Para enriquecer tais discussões, analisamos a trajetória do neoliberalismo e seu impacto negativo nos ambientes escolares para compreender a necessidade de despojar a educação de sua natureza humanizadora, transformando-a em mera mercadoria. O estudo também visa interpretar o estado de barbárie que ocorrem nas escolas e como essas experiências afetam as condições de trabalho dos professores e desencorajam os alunos do ambiente escolar. Para tais análises, a escolha metodológica foi a investigação mediante a palavras-chave, prevalecendo, dessa maneira, o método qualitativo de pesquisa. Ao longo da pesquisa, percebe-se que, embora não muito discutidas entre os autores da Educação, a afetividade é uma força motriz muito poderosa e crucial para o processo de ensino-aprendizagem que ocorre ao longo da vida e nos processos escolares. Por último, enfatiza-se a importância da educação racional e da empatia em níveis harmônicos na escola.

Palavras-chave: Afetividade. Educação transformadora. Neoliberalismo.

Referências Bibliográficas

- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- _____. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 52ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- _____. Pedagogia do oprimido. 67ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. Cadernos do Cárcere, volume 2. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Cadernos do Cárcere, volume 3. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SPINOZA, Benedictus. Ética. 2ª ed., 4ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

[1] Doutoranda da linha Filosofia, Estética e Sociedade (FES), Mestra em Educação e Pedagoga pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: gisele_duarte@id.uff.br.

VOZES SILENCIADAS, LUTAS RENOVADAS: EDUCAÇÃO E ATIVISMO EM JARDIM PRIMAVERA ENTRE 1970 E 1980

Lisa Ferreira de Souza Andrade ^[1]

Na Ditadura Civil-Militar os problemas eram diversos. Assim, notamos desinteresse dos governos em investir em educação pública, uma vez que o foco era o capital. Isso determinou uma centralização política que não facilitou os investimentos em educação, pois houve uma redução nesse setor e a desvalorização e oferta do ensino público para os trabalhadores (SPOSITO, 1993). Observamos essa realidade em Jardim Primavera (JP) que sofria com grupos de extermínio e violência do regime militar (SOUZA, 2014). Não existia poder público na região e lutas travadas pelo direito à educação, com a atuação da Associação de Moradores e Amigos de Jardim Primavera (AMAJP) e da Paróquia Nossa Senhora do Pilar (PNSP). O cenário ajudou a definir o objetivo deste trabalho, construído a partir da realidade dos anos 1970 e 1980, pois, amparada pela Teologia da Libertação, a Igreja contribuiu para a formação dos moradores. Mediante um levantamento qualitativo com entrevistas aos membros da PNSP, que ajudaram a construir a identidade e formar os militantes. O levantamento permitiu observar a conexão dos movimentos em JP com lutas em Duque de Caxias e conectá-las ao Museu Vivo do São Bento (MVSB), que é um museu de percurso que se tornou centro de preservação da identidade e cultura. Via balanço historiográfico de obras sobre os anos analisados, o caminho está sendo identificar como esses grupos influenciaram na formação de integrantes que se tornaram militantes de outros movimentos na Baixada Fluminense. O levantamento feito através do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense-CEPEMHEd sobre as escolas com sua sede administrativa no MVSB é um caminho da investigação. Os membros da AMAJP faziam parte da PNSP, que participou da construção e da preservação da história da educação na Baixada Fluminense. Este trabalho contribui para a compreensão dos movimentos sociais como instrumentos de luta pela democracia e por acesso à educação no território.

Palavras-chaves: Ditadura. Escolas. Lutas.

Referências Bibliográficas

- SPOSITO, Marília Pontes. *A Ilusão Fecunda: a luta por educação nos movimentos populares/* São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.
- SOUZA, MarluCIA Santos de. *Escavando o Passado da Cidade. A Construção do Poder Político Local em Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.*

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Comunicação e Cultura- PPGECC pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF)/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ. E-mail: lisa.souzaandrade@gmail.com.

REFLEXÕES SOBRE A RESISTÊNCIA INTELLECTUAL E DOS INTELLECTUAIS FRENTE O AUTORITARISMO

Reinaldo Nicolai Filho ^[1]

A pesquisa em andamento sobre o INEP sob autoritarismo (1964-1974) propõe um estudo crítico sobre a relação entre Estado, Intelectuais e Educação. Enfoca os conhecimentos sobre educação produzidos e debatidos no âmbito estatal, visando principalmente a formulação de políticas públicas educacionais, bem como o perfil e a contribuição dos intelectuais envolvidos nesse processo. A questão problematizadora da pesquisa é a possibilidade de resistência intelectual e dos intelectuais da educação, no âmbito de uma agência estatal de produção de conhecimentos ligada ao MEC. Para fins desse seminário, propõe-se um recorte da pesquisa bibliográfica em 12 exemplares da RBEP, do n.94 (Abril/Junho 1964) ao n.105 (Janeiro/Março 1967): 12 editoriais e 56 artigos publicados nas seções *Editorial* e *Estudos e Debates*. A pesquisa tem um enfoque histórico analítico-descritivo das publicações e toma a RBEP como fonte primária de pesquisa. A hipótese é de que o INEP resistiu ao autoritarismo através de uma *intelligentsia*; sugere-se que logo após o golpe de 1964, mesmo sob exoneração imediata de Anísio Teixeira, o INEP não se transformou “em órgão essencialmente burocrático”, como afirmou Xavier (1999, p.246), tendo em vista que as publicações da RBEP mantiveram-se com regularidade. O objetivo principal nesse seminário é refletir sobre o protagonismo dos intelectuais enquanto agentes de uma resistência possível, para que uma instituição como o INEP continuasse pulsando, tendo em vista o contexto de ambiguidades que envolviam os intelectuais entre resistência e cooptação sob a ditadura empresarial-militar. A discussão teórica orienta-se na história dos intelectuais, na história da educação e na história do autoritarismo brasileiro, a partir de Gramsci (1982), Bobbio (1997), Sirinelli (2003), e de intelectuais como Alves (2012), Dreifuss (1981), Gomes (1993), Gomes e Hansen (2016), Miceli (1979), Napolitano (2010), Paulilo (2015), Pécaut (1990), Ridenti (2014), Vieira (2008) entre outros.

Palavras-chave: Intelectuais. Resistência. INEP.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Claudia. Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural. In: LOPES, Eliane Marta T. e FARIA FILHO, Luciano Mendes. Pensadores sociais e História da Educação. v. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 111-133.
- BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- DREIFUSS, René A. 1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.6, n.11, 1993, p.62-77.
- GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia. *Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*. In: GOMES, A. de C.; HANSEN, P. (Orgs.) Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- INEP. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDO PEDAGÓGICOS (RBEP). n.94 (Abr./Jun. 1964) – n.105 (Jan./Mar. 1967).
- MICELI, Sérgio. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: DIFEL, 1979.

[1] Doutorando em Educação. PPGEDU-UFF. correiodonicolai@gmail.com

- NAPOLITANO, Marcos. “*Vencer Satã só com orações*”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha V. (Orgs.). A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PAULILO, André L. Políticas públicas de educação: a estratégia como invenção: Rio de Janeiro, 1922-1935. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.
- PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- RIDENTI, Marcelo. *Cultura*. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Dir.) História do Brasil Nação: 1808-2010 e AARÃO REIS, Daniel. (Coord.) Volume 5 Modernização, Ditadura e Democracia (1964-2010). Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- SIRINELLI, Jean-François. Os *intelectuais* In: RÉMOND, R. (Org.) Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas: Autores Associados; SBHE, n. 16, p. 64-85, jan./abr. 2008.
- XAVIER, Libânia Nacif. O Brasil como laboratório. Bragança Paulista: IFAN/CDAPH/EDUSF, 1999.

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E SEBRAE: APONTAMENTOS E CRÍTICAS AO CAMPO HEGEMÔNICO DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

Bruna Siqueira dos Santos Señorans ^[1]

O objetivo do projeto é mapear a extensão da influência do empreendedorismo para a educação básica por meio do Sistema de Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) no presente de pesquisa das políticas educacionais que dê conta da totalidade histórica e as mediações necessárias à compreensão do objeto: a Educação empreendedora. Iniciará por meio de reflexões sobre o Estado ampliado e a hegemonia política de classes no sistema do capital, bem como sobre o papel do aparelho de hegemonia (Sebrae) na questão educacional. O projeto de pesquisa norteado por esses princípios deve (1) mapear as estratégias de sistematização que emergem do Sebrae na nova conformação da educação ofertada pelo Sebrae no contexto atual; (2) analisar, se possível for, as principais estratégias de sistematização e divulgação de parâmetros de controle social do 'novo homem empreendedor' para as políticas educacionais; e (3) compreender o novo modo de vida estruturado pelos diferentes sujeitos coletivos do empreendedorismo e conformismo nas relações sociais de produção. Afinal, nos últimos anos, têm ganhado destaque, na discussão das políticas educacionais, a procura da conformação e legitimação do empreendedorismo como solução para o desemprego estrutural e conjuntural da classe operária. É necessário, para além do levantamento de dados documentais jurídico-políticos, buscar entender a estrutura capitalista quando se utiliza as bases do atual bloco histórico 'neoliberal' para garantir a manutenção das taxas de lucro. Garantir a manutenção da existência da burguesia como classe dominante. Desta forma, é mister sair da representação que se tem da realidade para a sua compreensão científica, o real concreto pensado. Apreender a partir de dados, a forma-contéudo das estratégias utilizadas e, em sua influência na sociabilidade, tônica do projeto em busca da compreensão da influência do Aparelho Hegemônico supracitado – na formação pedagógica, o Sebrae.

Palavras-chave: Educação empreendedora. Políticas educacionais. Sebrae.

Referências Bibliográficas

- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: Cadernos do cárcere. vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.
- LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). Dicionário gramsciano (1926-1937). - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. 831p.
- SEBRAE. Quem Somos. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos Acesso em: 27 out. 2023.

^[1] Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do NUPETE (UFF). Bolsista Capes 2023. Atualmente (2023), mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro provisório do Neddete (UFF).

AS CONTRARREFORMAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA: SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Rogério Tauã Mello Machado ^[1]

Ao longo da história, a disciplina escolar Educação Física esteve presente em diferentes planos de governos federais. Apresentada sempre sob formas higienistas, eugenistas, militaristas e esportivistas, visava promover o Estado, ou até mesmo colaborar com um projeto de nação. Na década de 1980, no contexto escolar, a Educação Física começou a perder forças – muito pela nova fase de exploração capitalista, priorizando mais a Matemática, Física e Química – e passou a ser secundarizada, vista apenas como recreação por professores e diretores das escolas e, de modo mais amplo, pela sociedade. Nos últimos dez anos, essa secundarização ou exclusão da Educação Física vem se materializando em políticas públicas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio (NEM), o que nos leva a questionar, por que a educação física deve fazer parte da escola? A partir do método materialista histórico-dialético (MARX, 2011), este trabalho pretende analisar o papel pedagógico da Educação Física escolar dos anos 1990 até 2022. Pretende-se contribuir com a produção do conhecimento no campo do Trabalho e Educação. Para isso, a análise das contrarreformas (COUTINHO, 2012) da Educação Física – BNCC e o NEM –, são primordiais para desvelar o tipo de formação dos sujeitos desejada para a adequação dos trabalhadores aos moldes da nova fase de exploração capitalista. No interior da Educação Física, elas são influenciadas diretamente por aparelhos hegemônicos burgueses, como o sistema CONFED/CREFs (Conselho Federal de Educação Física e Conselho Regional de Educação Física). Por fim, torna-se primordial compreender as concepções de Educação Física que ao longo do tempo permearam a área e as concepções encontradas nos documentos oficiais do governo, que legitimam as contrarreformas.

Palavras-chave: Educação Física. Novo Ensino Médio. Aparelhos hegemônicos.

Referências Bibliográficas

- COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: Revolução passiva ou contra-reforma?. *Novos Rumos, Marília*, v.49, n. 1, p 117-126, jan. – jun., 2012.
- MARX, Karl. *Grundrisse; manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

[1] Doutorando do Programa de Pós Graduação em Educação; Universidade Federal Fluminense; rogeriotaua@id.uff.br.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS A PARTIR DOS IDEAIS DE CIÊNCIA INTEGRADA E INTERDISCIPLINAR

Bruno Venancio (UFF) ^[1]
Sandra Escovedo Selles (UFF) ^[2]

Neste texto focalizamos a defesa de Ciência integrada e interdisciplinar como base para uma licenciatura específica, a partir do que foi proposto no Brasil e que persiste em modelos formativos atuais. Em 1931, quando surge a disciplina escolar Ciências, com o objetivo de apresentar conhecimentos gerais sobre os processos naturais e suas aplicações na vida dos estudantes e as justificativas do desenho integrado dessa disciplina encontraram eco na ideia de um método científico único –ciência integrada– para os propósitos de sua inserção curricular (LOPES; MACEDO, 2011). Porém, a licenciatura plena em História Natural, logo, Ciências Biológicas, se fixou como a que formava os docentes para Ciências. Em 1960-70, esse trajeto foi questionado pela criação das Licenciaturas Curtas em Ciências (LCC), idealizadas na defesa de um método único e integrado para a ciência e sob a alegação de que a formação generalista era a alternativa para ensinar a disciplina escolar Ciências, enquanto a licenciatura plena prepararia os docentes para a disciplina Biologia. Com a aprovação das LCC em período ditatorial, soma-se elementos ideológicos à sua proposição, vindos de segmentos científicos e de educadores, cujos estudos nos advertem que não eram somente epistemológicas as razões que sustentavam essa modalidade. Acompanhamos a persistência de argumentos dessa natureza epistêmica -em princípios integradores e generalistas- para sustentar a existência de um curso específica para Ciências no Ensino Fundamental. Pela atualidade das disputas travadas em torno da formação docente no Brasil, instituindo a BNC-Formação, revisitamos os argumentos anteriores e enfrenta os atuais, analisando propostas de Licenciatura em Ciências da Natureza e entrevistando coordenadores, para compreender conflitos e perspectivas que atravessam a formação para as disciplinas escolares Ciências e Biologia. Resultados preliminares nos mostram que o ideal de integração e de interdisciplinaridade não tem se efetivado conforme sua proposta inicial.

Palavras-chave: Ensino de Ciências e Biologia. Formação de Professores. Integração.

Referências Bibliográficas

LOPES, A. C.; MACEDO, E. F. **Teorias de Currículo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 1.

[1] Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação UFF.

[2] Professora do Programa de Pós-graduação em Educação UFF.

LEV VIGOTSKI NAS MONOGRAFIAS (2012–2021) DE CONCLUSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - NITERÓI

Mateus Thaler Beck ^[1]

Os estudos de Duarte (2004) e Prestes (2010) já apontavam que os livros *A formação social da mente* e *Pensamento e linguagem*, atribuídos erroneamente a Lev Vigotski (1896–1934) – pesquisador bielorrusso muito estudado no Brasil no campo da Educação e da Psicologia desde a década de 80 –, não são fidedignos de seu pensamento pelo fato de possuírem profundas diferenças em relação aos manuscritos originais, tais como uma grande censura de conteúdo, adições feitas pelos editores diretamente ao texto, além de muitas distorções. Apesar dessas investigações que já datam de mais de dez anos, o que se verifica na atualidade é que ambos os livros continuam a ser amplamente vendidos e utilizados por pesquisadores de modo a supostamente fundamentar a teoria desse autor em suas produções, além de ainda serem empregados em disciplinas de cursos de licenciatura. A partir disso, realizamos este trabalho a fim de investigar como a teoria de Vigotski é fundamentada em monografias de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense em Niterói-RJ, visando também observar se as críticas a essas duas obras foram incorporadas nessas produções. Com essa finalidade, efetuou-se a leitura dos resumos das 912 monografias produzidas entre os anos de 2012 e 2021, em que se selecionou pesquisas que remeteram a este autor a partir da seleção de termos-chave anteriormente estabelecidos. A partir disso, após uma análise das referências dos trabalhos selecionados, obteve-se um total de 69 monografias, em que se realizou uma leitura direcionada, com o auxílio de uma ficha analítica. Os resultados mostram uma incidência muito alta de *A formação social da mente* sendo referenciado, presente em mais de 70% das monografias, e que ao menos algum aspecto a respeito da discussão sobre as traduções foi retomado por cerca de 10% dos trabalhos. Entre outras questões, esses dados apontam que, embora não seja nula, a aderência das críticas a esses livros no curso analisado é muito baixa.

Palavras-chave: Vigotski. Tradução. Monografia.

Referências Bibliográficas

- DUARTE, N. Vigotski e o “aprender a aprender” - crítica às apropriações neoliberais e pós-moderna da teoria vigotskiana. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- PRESTES, Z. R. Quando não é quase a mesma coisa: Análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil - Repercussões no campo educacional. 2010. 295 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, Brasília, 2010

[1] Doutorando vinculado à linha de pesquisa Linguagem, Cultura e Processos Formativos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF. Mestre em Educação pela mesma instituição. Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Graduando em Letras: Português e Russo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Membro do grupo de pesquisa Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das obras dos representantes da Teoria histórico-cultural (NUTHIC) da UFF, cadastrado no CNPq. Contato: mthaler@id.uff.br.

OSCAR PRZEWODOWSKI: O INTELLECTUAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA UM PROJETO REPUBLICANO NOS CAMPOS POLÍTICO E EDUCACIONAL (1920-1950)

Bruno Almeida Regis dos Santos ^[1]
Claudia Alves ^[2]

Segundo René Rémond (2003), a História tem como objetivo central analisar os movimentos da sociedade. Para Gomes (2013), o espaço-tempo influenciou os intelectuais brasileiros nascidos na virada do século XIX, que estudaram em tradicionais espaços de sociabilidade intelectual, como o Colégio Pedro II (CPII). Entrelaçado a isto pretendo responder a questão central: Como a trajetória de Oscar Przewodowski contribuiu para um projeto republicano de país? Cabe ressaltar o contexto da trajetória intelectual de Przewodowski, que no início foi discípulo de Fausto Barreto, Carlos de Laet e Rosendo Martins de Oliveira. O bacharelado em Direito fez com que se aproximasse de Sá Vianna e influenciasse sua dedicação à promoção de intercâmbio intercontinental. Além disso, também esteve próximo de Olavo Bilac e Everardo Backheuser, na publicação de artigo na primeira edição da *Revista Pedagógica*. Em 1926 foi nomeado livre docente de História Universal do CPII. Ao obter o grau de doutor em leis, assumiu como professor catedrático de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito de Niterói. Em 1933 foi eleito deputado no estado do Rio de Janeiro pela União Progressista Fluminense, permanecendo no cargo até 1937. Para analisar sua trajetória, utilizarei a análise qualitativa do Diário Oficial, documentos do CPII e suas obras, as quais contribuirão para os objetivos desta pesquisa que perpassam pela identificação das redes de sociabilidade de Przewodowski na ALERJ, no CPII e na Faculdade de Direito de Niterói. A hipótese de resposta para a questão central está na atuação de Oscar nestas instituições. Com suas redes de sociabilidades pôde disseminar sua noção de república que, na ótica de Xavier (2016), as gerações de intelectuais podem constituir-se de continuidades, reorientações e rupturas que muitas vezes não levam em consideração a cronologia, mas o engajamento intelectual e político para as questões do seu tempo.

Palavras-chave: Educação. Intelectuais. Primeira República.

Referências Bibliográficas

GOMES, Angela de Castro. História e historiadores. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013. 22p.
RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.
XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In: GOMES, Ângela de Castro, HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 464-485.

[1] Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Professor Docente I – História na Prefeitura de São Gonçalo – RJ; E-mail: brunoregis@id.uff.br.

[2] Doutora em História Social. Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: cmcalves@yahoo.com.

ENUNCIÇÕES ENTRE VIVÊNCIA ESPACIAL E LITERATURA INFANTIL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Miriam Nogueira Duque Villar ^[1]

Jader Janer Moreira Lopes ^[2]

A Geografia da Infância, enquanto uma área de investigação e conhecimento, reconhece que as crianças nascem em paisagens pré-existentes, vivenciam territórios, lugares e outras dimensões espaciais que são expressões do espaço geográfico. As crianças constroem suas espacialidades de um jeito autoral, diferente das dos adultos, através das interações e das vivências que acontecem em seu cotidiano. Sendo assim, é na espacialização da vida que as crianças através de suas vivências, vão ressignificando e criando suas formas de ser e estar no mundo. Desse modo, é importante destacar que a formação do imaginário espacial, das paisagens, dos lugares não acontece simplesmente pelo contato físico com esses espaços. As narrativas, os enunciados que nos colocam em relações com os outros também levam a isso, mesmo que possuam emoções distintas, vivências diferentes, estão afetando nosso viver (LOPES, 2022). Aqui, podemos pensar na literatura infantil, que através de sua dimensão humanizadora, contribui significativamente para o processo de transformação. Desse modo, essa pesquisa tem como objetivo compreender como as vivências espaciais vão sendo construídas na primeira infância a partir das relações que as crianças pequenas têm com a literatura infantil. Sendo assim, fundamentarei minhas proposições num campo de estudos da Geografia da Infância, além das referências da Teoria Histórico-cultural de Vigotski (2006) e os estudos da Filosofia da linguagem realizados pelo círculo de Bakhtin (2003). Essa investigação faz uso como estratégia, a observação, os registros no diário de campo e de fotografias sendo o local de investigação uma instituição pública de Educação Infantil do município de Juiz de Fora - MG. Fazem parte dessa estudo crianças na faixa etária de 4 a 6 anos de idade. A pesquisa está ainda em construção e por isso não há resultados que possam ser mostrados nesse momento.

Palavras-chave: Infâncias. Geografia da infância. Literatura infantil.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LOPES, JADER. J. M. Como vivência espacial e o enunciar literário em vidas especializadas. Revista Cadernos para o Professor Ano XXIX - nº 44 (ago/dez 2022). Juiz de Fora. Secretaria de Educação / PJF – 2022. 38-50p.

VIGOTSKI, Lev S. Obras escogidas. Tomo IV. Madri: Visor y A. Machado Livros, 2006.

[1] Doutoranda em Educação- Universidade Federal Fluminense. Professora da rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora- MG. E-mail: miriamduquev@hotmail.com.

[2] Doutor em Educação. Professor do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: jjanergeo@gmail.com.

A DEFECTOLOGIA DE LEV S. VIGOTSKI E O ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Natália Capristo Navarro ^[1]

Ao falarmos sobre crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA), partimos do pressuposto de que elas vivenciaram algum tipo de violência em que foi necessário o afastamento do seu núcleo familiar via medida protetiva judicial. Portanto, nos SFA encontramos uma diversidade de crianças e adolescentes, incluindo pessoas com deficiência. Tendo em vista esse cenário, este trabalho teve como objetivo discutir os estudos de Lev S. Vigotski sobre defectologia e tecer as primeiras aproximações com a área do acolhimento familiar de crianças e adolescentes (VIGOTSKI, 2018; 2021). O trabalho é fruto de reflexões oriundas da disciplina *A teoria histórico-cultural e os estudos da Defectologia*, ofertada no contexto do *Programa de Pós-Graduação em Educação*, da Universidade Federal Fluminense – UFF. Compreendeu-se que os estudos de Vigotski têm muito a contribuir com as discussões que se referem às violações de direitos de crianças e adolescentes. Exemplo disto foi o próprio cenário de emergência dos estudos do autor, de suas formulações comprometidas com a realidade e que nos dão subsídios para a reflexão em nossos dias e em várias áreas, principalmente no âmbito das políticas públicas voltadas às infâncias e adolescências. Nesse caminho, ainda há muito o que percorrer para romper com a cultura de institucionalização de crianças e adolescentes que historicamente se consolidou no país. Por fim, defende-se que ainda se faz necessário um mapeamento das práticas de cuidado das crianças e adolescentes com deficiência nas modalidades de acolhimento institucional e familiar para que a discussão possa ser aprofundada com dados que revelem as realidades encontradas nos serviços, a compreensão de como as crianças e adolescentes estão se desenvolvendo nesses espaços e quais práticas estão sendo executadas pelas equipes técnicas.

Palavras-chave: Acolhimento familiar. Pessoa com deficiência. Crianças e adolescentes.

Referências Bibliográficas

- VIGOTSKI. Lev Semionovich. Problemas da defectologia. Trad. Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2021.
- VIGOTSKI. Lev Semionovich. Primeira aula. O objeto da pedologia. 7 Aulas de L. S. Vigotski: Sobre os Fundamentos da Pedologia. (orgs) Zoia Prestes e Elizabeth Tunes, Rio de Janeiro: E-papers, 2018, p. 17-37.

[1] Doutoranda em Educação na Universidade Federal Fluminense – UFF, Mestra em Educação e Psicóloga pela Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep. E-mail: natalia_capristo@hotmail.com.

EDUCAÇÃO FÍSICA E CULTURA CORPORAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA

Giovanna Mozart de Souza Silva ^[1]

Elizandra Garcia da Silva ^[2]

A escola é um espaço de disputa entre o projeto hegemônico, e contra hegemônico por meio do capital e da classe trabalhadora. Há de salientar, a relevância do compromisso do trabalho educativo para uma formação de uma consciência crítica, assim, contribuir com a aquisição do conhecimento por parte dos filhos da classe trabalhadora e no sentido crítico, para sua formação humana. Saviani (2012), aponta que o ato educativo, consiste no atributo de transmissão do saber historicamente produzido pela humanidade de maneira intencional, planejada, sistematizada e dosada. Entendida por esse estudo como cultura corporal, pensamos também ser necessário planejar, sistematizar e dosar os conhecimentos dos jogos, ginástica, esportes, dentre outros, através da Educação Física (EF). Mas durante sua história no Brasil, a EF cumpriu importante papel às classes dirigentes, sendo expressada mais contundente a partir da década de 1980. Logo, emergem diferentes compreensões de EF que buscam superar as anteriores, em especial aqui, a Crítico Superadora, expressada pelo Coletivo de Autores (SOARES, *et al.*, 1992), que defendem a EF como cultura corporal. Embasados nos pressupostos marxistas, da psicologia histórica cultural e nas primeiras elaborações da pedagogia histórico crítica, a fim de incorporar as produções circundantes a EF, e avançar em defesa do ensino sistematizado dos conhecimentos das práticas corporais; disputa travada também no interior da escola. O objetivo do estudo consiste em analisar a temática da perspectiva histórica da EF escolar através da concepção da pedagogia histórico crítica e da cultura corporal. A metodologia proposta no presente estudo, diz respeito a sínteses de uma pesquisa bibliográfica e analítica. Para tanto, encontram-se na escola pública, como resultados, um local privilegiado de função social, diálogos democráticos e promoção dos conhecimentos da cultura corporal produzidos historicamente pela humanidade.

Palavras-chave: Educação física. Cultura corporal. Ensino.

Referências Bibliográficas:

- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
SOARES, Carmen Lúcia et al. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF.

[2] Professora Dra. do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF.

AS DIMENSÕES PEDAGÓGICAS DOS MOVIMENTOS DE MULHERES NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Arlete Gomes dos Santos ^[1]
Inny Bello Accioly ^[2]

O artigo tem o objetivo de analisar as dimensões pedagógicas dos movimentos de mulheres que lutam por direitos na Amazônia brasileira e as suas contribuições para a educação ambiental crítica. No Brasil, o campo da educação ambiental crítica possui uma vasta literatura que se contrapõe à abordagem da educação para o desenvolvimento sustentável (Stahelin et al., 2015; Accioly, 2019) e parte do pressuposto de que a crise ecológica e climática está diretamente relacionada à exploração da natureza e do trabalho inerente ao capitalismo, que reproduz violência, desigualdades, degradação e pobreza extrema. A metodologia de pesquisa foi revisão bibliográfica sobre as lutas das mulheres na defesa ambiental, análise de dados sobre violência na Amazônia e entrevistas com 6 mulheres líderes de movimentos na Amazônia. As entrevistas buscaram identificar as opressões sofridas pelas mulheres, os processos pedagógicos de tomada de consciência da opressão e as estratégias de organização coletiva. A partir das entrevistas, as autoras sistematizaram os problemas sociais que atravessam a questão ambiental na Amazônia. Na América Latina, a insustentabilidade do desenvolvimento capitalista leva ao que Quiñonez (2018) conceitua como "Ecoetnogenocídio". Nesses territórios, as indústrias extrativas transnacionais (mineração, agronegócio e petróleo e gás) impulsionam um neocolonialismo violento contra as comunidades, apropriação de terras e múltiplas violações de direitos humanos, com impacto significativo sobre as mulheres, o que as coloca na linha de frente das lutas ambientais (Accioly, 2021) e expostas a inúmeras formas de violência. Deste modo, entende-se que a educação ambiental crítica deve estar atenta às questões de gênero e que a romantização dos modos de vida dos povos indígenas, camponeses e ribeirinhos não contribui para enfrentar os desafios concretos da preservação da sociobiodiversidade.

Palavras chaves: Educação Ambiental Crítica. Movimentos de Mulheres. Amazônia.

Referências Bibliográficas

- ACCIOLY, I. (2019). Experiências brasileiras de políticas de educação ambiental nos níveis federal e estadual: Trajetórias de Construção da Democracia Participativa. *Revista Coreana de Educação Ambiental*, 32.
- ACCIOLY, I. (2021). Como a Aliança Neoliberal Ultraconservadora no Brasil Ameaça a Vida das Mulheres: Aprendendo a Lutar e Sobreviver. Em Edling, S. e Macrine, S. *Política Feminista Transnacional, Educação e Justiça Social: Post Democracy and Post Truth*. Londres: Bloomsbury.
- QUIÑONEZ, S. A. (2018) Defensa Ambiental, Derechos Humanos y Ecogenoetnocioidio Afrocolombiano. *Research in Environmental Education*, 13 (1).
- STAHELIN, N., ACCIOLY, I. and SÁNCHEZ, C. (2015). The promise and peril of the state in neoliberal times: implications for the critical environmental education movement in Brazil. *Environmental Education Research*, 21 (3).

[1] Mestranda do Programa de Pós -Graduação em Educação/UFF. Assistente Social e coordenadora de Projetos socioambientais da Rede Eclesial Pan-Amazônica. E-mail: gomesdossantosarlete@gmail.com.

[2] Doutora em Educação/UFRJ. Professora da Universidade Federal Fluminense/UFF. Pesquisadora do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX/UFRJ) -E-mail: inn yacciol y@gmail.com.

A PAUTA ANTICAPACITISTA NO DEBATE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Souza Pereira ^[1]

A utilização da terminologia “Educação Inclusiva” explicita sua antítese: a política de educação historicamente reproduz a desigualdade, daí a necessidade de lutar para que o acesso ao direito à educação seja garantido a todas as pessoas, inclusive às pessoas com deficiência. O objetivo deste trabalho não é de negar o avanço que a discussão sobre a educação inclusiva tem ganhado nos últimos tempos, sobretudo no âmbito da educação básica, mas de apontar contribuições de outras áreas do conhecimento – que estudam a relação entre modo de produção, Estado e Políticas Públicas – para situar o direito à educação por pessoas com deficiência a partir de uma análise da realidade que reconhece a desigualdade como fundamento estrutural e estruturante deste modo de produção e que expressa, por consequência, uma política de Educação que fundamentalmente exclui uma parcela da classe trabalhadora. Tem como metodologia a revisão bibliográfica e vale-se do método do materialismo histórico dialético para alcançar esse objetivo. Concluímos que essa perspectiva teórica é política: a pauta anticapacitista nos fornece subsídios para executar políticas de Acesso, Permanência e Êxito afirmando a educação como um meio para emancipação. Portanto, educação inclusiva e acessibilidade não são fins em si, mas parte necessária de um processo essencial para toda a classe trabalhadora, de gozar do que produz.

Palavras-chave: Anticapacitismo. Acessibilidade. Educação.

[1] Assistente Social. Atualmente mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, com bolsa CAPES, e estudante do curso técnico em Tradução e Interpretação de Libras no Colégio Pedro II. E-mail: anasp@id.uff.br.

A VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA (2014-2023)

Lohane Cristina de Castro Dantas ^[1]

O estudo em questão insere-se em uma pesquisa em andamento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O trabalho está sob a responsabilidade de uma docente pertencente ao quadro efetivo da rede municipal de educação do município objeto de análise. O principal objetivo da pesquisa é avaliar o grau de cumprimento da Lei nº 11.738/2008, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) dos profissionais do magistério público da educação básica no Brasil e trata de outras questões relacionadas à valorização da categoria docente (BRASIL, 2008). A análise abrange o acompanhamento dos valores nominais do vencimento base inicial no período que compreende os anos de 2014 a 2023, correspondente ao escopo temporal delineado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), cuja a meta 17 trata especificamente sobre a valorização dos profissionais do magistério (BRASIL, 2014). Importa salientar que esse período foi marcado por desafios significativos, incluindo a interrupção abrupta do PNE devido a eventos políticos, notadamente um processo de impeachment que levou ao poder governos com orientações nitidamente neoliberais. Ao longo da pesquisa, foram empregados métodos de coleta e análise de dados, embasados na perspectiva crítica do materialismo histórico-dialético. Os resultados preliminares indicam a não conformidade do município de Araruama com a Lei nº 11.738/2008. Além disso, identificou-se que a administração municipal adotou estratégias peculiares para atender às demandas de reajuste salarial anual dos professores, incluindo o desvio de recursos próprios para despesas suplementares, como auxílios, a exemplo do auxílio alimentação, em detrimento do redirecionamento de esforços para o pagamento do vencimento base inicial da categoria. Essa constatação suscita reflexões importantes sobre as políticas de valorização docente e o comprometimento com a legislação vigente no país.

Palavras-chave: Vencimento base. Baixadas Litorâneas. Professores.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm >. Acessado em 03 de jan. de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm > Acessado em 12 de ago. de 2022.

[1] Mestranda em Educação, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: lohaneecastro2@gmail.com.

A CATEGORIA DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA PEDAGOGIA DO CENTRO ESTADUAL INTEGRADO DE EDUCAÇÃO RURAL DE VILA PAVÃO – ES

Guilherme Alves Pereira ^[1]

Luciana Garrido Leite ^[2]

Entender a escola como ambiente formador para o trabalho é um elemento de constante discussão na sociedade, na própria escola e demais espaços. Isso se deve porque o trabalho como prática humana detém diversos vieses na sua execução e construção como elemento de promoção do homem macaco para o homem – homem. Por isso trazemos a discussão o Centro Estadual Integrado de Educação Rural (CEIER) situado em Vila Pavão, Espírito Santo. Como o CEIER entende o trabalho na ótica do princípio educativo dentro dessa sua complexidade escola/propriedade? Se há produção, como os estudantes se percebem nessa relação escola/trabalho? Como se dá a relação do trabalho agrícola junto aos componentes curriculares da BNCC? Como os professores dos componentes curriculares da área diversificada dialogam com estudantes no que se refere ao trabalho como princípio educativo? Estas questões são motivadoras de investigação. Sobre essa dominação do homem sobre o ambiente natural podemos compreender o papel do trabalho, “o homem, ao contrário dos animais modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, dominando-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que mais uma vez, resulta no trabalho” (Marx e Engels 2020, p. 431). Nossa investigação terá caráter qualitativo descritivo, onde o pesquisador buscará a compreensão da temática através de caminhos metodológicos que melhor se assemelham para aquela realidade. Ao final da nossa investigação partiremos para análise dos dados coletados. Para tanto buscaremos suporte na “análise de conteúdo que aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p.38). Por se tratar de uma pesquisa que está em andamento possuímos apenas indagações que esperamos com o desenvolver da pesquisa que as mesmas sejam respondidas.

Palavras chave: Trabalho. Educação do campo.

Referências Bibliográficas

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. História, Natureza, Trabalho e Educação. Frigotto, Gaudêncio; Ciavatta, Maria e Caldart, Roseli, Salete (Org). São Paulo, Expressão Popular, 2020.
BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011

^[1] Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA), turma de Demanda Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisador no grupo de pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: pensamento crítico latino-americano de Antônio Gramsci – GPETED – UFF. Pós-graduação em educação do campo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduação em Licenciatura em Ciências Agrícolas Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Email: guilherme.ufrrj@yahoo.com.br.

^[2] Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA), turma de Demanda Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduação em Licenciatura em Música Pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Email: garrido.luciana@gmail.com.

EDUCAÇÃO COMO LIBERDADE: REFLEXÕES SOBRE A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO DE PAULO FREIRE EM DUAS ESCOLAS DO SUDESTE DO BRASIL

Guilherme Alves Pereira ^[1]

Luciana Garrido Leite ^[2]

Paulo Freire, pensador de maior relevância na área da educação. O livro "Pedagogia do Oprimido", publicado em 1968, apresenta uma crítica contundente ao sistema tradicional de ensino e propõe uma abordagem pedagógica transformadora, centrada na conscientização e na libertação dos oprimidos. Analisando o Projeto Político Pedagógico (PPP) de duas escolas distintas no sudeste do Brasil, uma no interior do Espírito Santo e a outra na Capital do Rio de Janeiro, intencionamos responder: É possível que escolas com contextos culturais, geográficos, regionais e sociais diversos possam desenvolver-se por meio da pedagogia de freiriana? Segundo Freire, o currículo escolar deve se conectar às experiências vividas e ao contexto social destes estudantes. Ele precisa ser relevante para o discente, para que ele possa se sentir capacitado a fazer as mudanças positivas e necessárias em sua comunidade. "Todo o projeto pedagógico é político e se acha molhado de ideologia. A questão a saber é a favor de quem e de quem, contra quem e contra quem se faz a política de que a educação jamais prescindir". (Paulo Freire, p 44 e 45, 1991). Através do PPP, junto com um levantamento bibliográfico, iremos identificar, analisar, discutir e compreender quais os efeitos desta pedagogia no currículo destes espaços escolares. Com isso, faremos uma análise onde identificaremos convergências e divergências entre estas realidades e como o pensamento freiriano perpassa por seus currículos. Aos nos depararmos com o PPP, podemos ver o engajamento e comprometimento em tornar a escola em um espaço acolhedor e de protagonismo dos seus estudantes. Ambas as escolas possuem o compromisso de fomentar o diálogo e a participação de toda a comunidade escolar na construção de uma educação de qualidade. Por meio desta análise podemos concluir que o PPP é uma ferramenta poderosa para promover uma educação transformadora e emancipadora.

Palavras-chave: Educação. Educação do Campo. Paulo Freire.

Referências Bibliográficas

FREIRE, P. A educação na cidade. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

[1] Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA), turma de Demanda Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisador no grupo de pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: pensamento crítico latino-americano de Antônio Gramsci – GPETED – UFF. Pós-graduação em educação do campo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduação em Licenciatura em Ciências Agrícolas Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Email: guilherme.ufrj@yahoo.com.br.

[2] Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA), turma de Demanda Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduação em Licenciatura em Música Pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Email: garrido.luciana@gmail.com.

A ÉTICA E O AFETO NA PESQUISA QUALITATIVA

Gabriela Rodrigues de Castro ^[1]
Leon de Alcântara Fernandes ^[2]

Os métodos de investigação quantitativa foram por muito tempo a forma hegemônica de se fazer ciência. É inegável a sua importância para o entendimento do mundo físico e natural, assim como a emancipação do pensamento humano, mas insuficiente quando se refere a uma ciência humana. Dentro da busca por novas perspectivas de investigação científica, emerge o campo da investigação qualitativa, entendida aqui como um guarda chuva que abarca diversos procedimentos metodológicos. Este movimento se caracteriza principalmente pela análise do contexto em que ocorrem as relações humanas e privilegia essencialmente a compreensão dos comportamentos a partir das perspectivas do sujeito da investigação, entendido como coautor da pesquisa. Por mais que a investigação qualitativa se apresente como uma corrente contra hegemônica, há riscos de vícios analíticos. Dessa maneira, o imbricamento entre pesquisa, ética e afeto, se faz necessário para o rigor na produção científica. Ocorrendo por meio da descrição densa de Geertz, do olhar, ouvir e escrever de Oliveira, do comprometimento ético, estético e político para com todos os sujeitos envolvidos no processo, na busca por uma Ciência Outra de Bakhtin. E é aqui que nos encontramos com Luria, que em sua Ciência Romântica defende não reduzir ou fragmentar a realidade para caber em hipóteses pré estabelecidas, ditas como a verdade científica. Nesse sentido, o par ética e afeto na pesquisa se converte em procedimento investigativo, através da compreensão do sujeito em suas relações com o contexto histórico-social-cultural, e nos aproxima desta “riqueza da realidade viva”. Assim, é vital que esta relação seja estabelecida com esses pressupostos, sendo o ato responsivo basilar para o desenvolvimento de relações. É nossa aposta que por meio da ética e do afeto, haja o estabelecimento de uma construção de confiança e reciprocidade entre o pesquisador e o sujeito de pesquisa, na busca coletiva da compreensão do complexo tecido do viver e existir.

Palavras-chave: Ciência Outra. Ciência Romântica. Investigação Qualitativa.

Referências Bibliográficas

- COSTA, Bruno Muniz Figueiredo; LOPES, Jader Jane Moreira; PEREIRA, Luiz Miguel (org.). A ciência romântica de Luria: contextos de uma época e estudos contemporâneos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. *E-book* (237p.)
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal, 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto – Portugal. Porto Editora, 1994.
- GERALDI, João Wanderley. Pelos caminhos e descaminhos dos métodos. Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n.87, p.601-610, 2004.
- LOPES, J. J. ; PAULA, S. R. Órfãos de espaço. Instrumento: Rev. Est. E Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 473-486, maio/ago. 2022
- TALAMONI, ACB. O programa da descrição densa. In: Os nervos e os ossos do ofício: uma análise etnológica da aula de Anatomia [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 53-66. ISBN 978-85-68334-43-0. Available from SciELO Books.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 1996 , v. 39, nº 1 (p. 13-37).

[1] Possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente é mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF). Email para contato: gabrielarc@id.uff.br.

[2] Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF). Email para contato: alcantaraleon@id.uff.br.

UMA PROFESSORA E O MEMORIAL ESCRITO POR MULHERES: RESISTÊNCIAS POLÍTICAS EM IGUAÇU (1930)

Isabela Bolorini Jara ^[1]

O presente trabalho está inserido no campo da história da educação em diálogo com a história local. Em pesquisa à trajetória docente da professora Venina Corrêa (através de jornais da época, acessados por meio da Hemeroteca), identificamos sua participação em uma comissão de mulheres iguaçuanas que tentou influenciar os rumos da política municipal. A professora Venina era nascida e criada na cidade de Niterói e migrou para Iguaçu em 1921, quando foi transferida para lá. Em 1930, em função da escolha do candidato que seria indicado para assumir a prefeitura municipal de Iguaçu, houve uma disputa acirrada entre figuras já conhecidas na política local e representantes das camadas médias da sociedade iguaçuana. Nesse contexto, se insere o memorial redigido e entregue pessoalmente ao interventor estadual por um grupo de 27 mulheres de Iguaçu, cuja primeira assinatura é a da professora primária estadual Venina Corrêa. Ao analisarmos o texto do memorial, vemos diversas estratégias de persuasão, de argumentos políticos velados sob justificativas domésticas, com a intenção de influenciar o interventor a escolher o candidato de sua preferência, em vez do representante da velha política iguaçuana. Como Venina é a primeira a assinar, é possível que tenha sido ela a redatora do texto do memorial. Ao analisar outro memorial escrito no mesmo período numa reunião de professores estaduais, que pedia ao governador melhores condições salariais, na qual Venina estava presente, percebemos elementos de escrita muito similares entre ambos. Partimos da concepção de experiência de Thompson (1981;1987) e de Estado Ampliado, de Gramsci (2001;2007), para tentar compreender a participação da professora Venina neste evento. Tal estudo nos permitiu perceber o quanto o exercício do magistério possibilitou a inserção da professora na sociedade local, de modo a estabelecer redes de sociabilidade e atuar como mediadora cultural numa situação política.

Palavras-chave: Trajetória docente. Resistência feminina. Política iguaçuana.

Referências Bibliográficas

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
_____. *Cadernos do Cárcere*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
THOMPSON, Eduard P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

[1] Doutoranda no PPGEDU/UFF. E-mail: isabelabjara@gmail.com.

CURRÍCULO EM DISPUTA: CONTEXTOS DE PRODUÇÃO DE TEXTO DA BNCC

Jéssica Gomes das Mercês ^[1]

Edinaldo Medeiros Carmo ^[2]

Sandra Escovedo Selles ^[3]

A educação envolve diversos atores e espaços. Em alguns casos, os sujeitos ou grupos envolvidos não fazem parte do contexto educacional, mas adentram os espaços educativos a fim de atingir seus interesses (BALL, 2022). O currículo é permeado de entraves, pois é um importante orientador das vivências escolares. A construção do currículo pelas escolas é mediada por políticas públicas oficiais e por aspectos sociais e culturais relacionados ao tempo e ao espaço no qual ele é produzido. Muitos sujeitos e entidades estão envolvidos no processo de produção curricular, dessa forma, diversas perspectivas são defendidas e ocorrem inúmeras disputas pela fixação de seus discursos. O presente resumo apresenta uma análise das disputas que envolveram a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e que refletem na configuração curricular das escolas de todo o território brasileiro. Esse é um recorte de uma dissertação que teve o ciclo de políticas de Stephen Ball e colaboradores como abordagem teórica-metodológica. Assim, foram analisados os contextos de influência e produção de texto da BNCC. Esta política educacional é uma prescrição para as produções curriculares nacionais, mas abrange também todas as demais políticas, ações e atividades educacionais. Portanto, foi muito disputado desde os contextos que antecederam sua confecção, o que se intensificou no contexto de produção de texto. Estiveram presentes em sua produção organismos, grupos de pesquisa das Universidades, Associações e membros da comunidade escolar, grupos neopentecostais, a iniciativa privada etc. Houve um intenso movimento para o desenvolver os ideais capitalistas e mercadológicos que foi atenuado pela oposição de atores educacionais. Diversos sujeitos se posicionaram contrários desde o contexto anterior à sua produção e apontaram as inúmeras falhas da proposta. Apesar do documento ter sido homologado, as resistências permanecem diante da proposta homogeneizante e excludente desta política.

Palavras-chave: Ciclo de Políticas. Política educacional.

Referências Bibliográficas

BALL, S. J. Educação Global S. A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Trad.: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2022.

[1] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: jessicaa.merces@hotmail.com.

[2] Professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: medeirosed@uesb.edu.br.

[3] Professora titular – Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: escovedoselles@gmail.com.

O ENSINO MÉDIO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO: SENTIDOS PRODUZIDOS PELAS REFORMAS EM CURSO

Hyago Marinho da Silva ^[1]
Jaqueline Pereira Ventura ^[2]

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhecida como modalidade educacional desde 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), historicamente enfrentou a negligência do Estado na implementação de políticas públicas efetivas, relegando-a a uma posição secundária, ou seja, como uma forma de subalternidade reiterada em uma educação de segunda classe (VENTURA, 2011). Conforme apontado por Rummert (2019), nos últimos anos, essa modalidade tem sido afetada por um processo de desmonte do estado que, capitaneado por políticas neoliberais, cada vez mais precarizam as condições de vida dos trabalhadores. O Estado do Rio de Janeiro segue essa tendência nacional na promoção dessas transformações, com destaque para o campo da educação. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo histórico de reformas educacionais neoliberais no campo da EJA, no nível do ensino médio no Rio de Janeiro, buscando compreender seus significados e impactos para a educação dos trabalhadores. Fundamentado teoricamente no materialismo histórico-dialético (Marx, 2008; Gramsci, 2004), a pesquisa prevê como principal procedimento metodológico a identificação e análise das normas jurídicas do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria Estadual de Educação no período de 2010 a 2020. Até o momento, os resultados parciais obtidos por meio de levantamentos estatísticos e documentais destacam a redução de 90 mil matrículas na EJA de nível médio no Rio de Janeiro durante a última década. Nesse mesmo período, 184 escolas deixaram de oferecer essa modalidade. Além disso, devido a um intenso processo de municipalização, novas matrizes curriculares foram criadas para a EJA, que fragmentam ainda mais o conhecimento científico e dificulta o seu acesso de maneira integral pelos estudantes.

Palavras chaves: Educação de Jovens e Adultos. Classe Trabalhadora. Educação.

Referências Bibliográficas

- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 2. Tradução, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução, Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- RUMMERT, Sonia. A Educação de Jovens e Adultos da Classe Trabalhadora sob o fogo cruzado da pedagogia do medo. Educação, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 387-395, set.-dez. 2019.
- VENTURA, Jaqueline. A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores. In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Org.). Trabalho e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Liber Livro; Editora UFF, 2011.

[1] Mestrando em educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense e integrante dos Grupos de Pesquisa CNPq EJA Trabalhadores e Trabalho e Educação Neddate. E-mail: hyagomarinho@id.uff.br.

[2] Doutora em Educação. Professora da FEUFF/PPGE. Vice coordenadora dos grupos de pesquisa CNPq EJA Trabalhadores e Trabalho e Educação NEDDATE. E-mail: jaquelineventura@id.uff.br.

BREVE ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR DO NOVO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ

Rachel Regina Bolgar dos Santos Pimentel ^[1]

A fragmentação curricular sempre foi uma importante questão a ser resolvida na Política Nacional de Ensino Médio. Com base na Lei 13.415/2017 a carga horária foi dividida em Formação Geral e Itinerários Formativos, diversificados. Nessa discussão, o objetivo é analisar a proposta curricular que vem sendo desenvolvida nas escolas públicas da rede estadual do RJ, precisamente no município de Duque de Caxias. Trata-se de um estudo com abordagem quali-quantitativa a partir de um estudo de caso, com análise de conteúdo, pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O estudo é fundamentado no diálogo com autores(as) que abordam criticamente a Reforma do Ensino Médio desde a sua concepção como Ferreti (2018); Krawczyk, Silva e Calçada (2023). As discussões disponíveis em dossiês publicados em revistas científicas e pesquisas desenvolvidas recentemente indicam uma série de elementos importantes para compreender como o “Novo” Ensino Médio vem sendo implementado. Desde o ano de 2022, início da implementação da política na maior parte das escolas públicas do RJ, principalmente em Duque de Caxias, observa-se uma expressiva variedade de formatos curriculares e a constituição de uma formação pulverizada, que está distante da realidade dos sujeitos estudantes para participar do contexto social, para o acesso à universidade ou ingresso ao mundo do trabalho. O atual modelo indicado pela Secretaria Estadual do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) estabelece o Núcleo Integrador por meio de três componentes eletivos: “Ensino Religioso / Reforço Escolar; Língua Espanhola / Estudos Orientados - Componente 1 / Componente 2. Esses componentes estão sendo conduzidos considerando o quadro reduzido de docentes que a rede estadual dispõe. Ampliar o leque para atuação de licenciados em disciplinas que não são equivalentes as habilitações dos docentes é um ponto delicado e merece especial atenção. Ousamos considerar que o “novo” formato vem ampliando a desigualdade educacional, ao invés de minimizá-la.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio. Proposta Curricular.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm Acesso em 22 de outubro de 2022.

FERRETI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (Editora), 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGqJ78s8Pmp5x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

SILVA, Mônica Ribeiro. KRAWCYK, Nora Rut. CALÇADA, Guilherme E. C. Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: o que propõem os currículos das redes estaduais. Revista Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 49, e271803, 2023

[1] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF); Professora do Curso de Pedagogia na modalidade a distância da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO - Consórcio Cederj/UAB; Professora de Filosofia do Ensino Médio/EJA; Orientadora Pedagógica da Educação Básica da rede municipal de ensino de Guapimirim; e-mail: rachelbolgar@gmail.com.

A TRAJETÓRIA DO IDEB EM CAMPOS DOS GOYTACAZES ENTRE 2017 E 2022: O QUE LEVOU AO AUMENTO DOS ÍNDICES DURANTE A PANDEMIA?

Charles Gonçalves Ferreira ^[1]

A proposta da pesquisa tem como objetivo a análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no município de Campos dos Goytacazes, RJ, entre os anos de 2017 e 2022. Neste contexto, embora o cenário nacional aponte uma queda no aprendizado geral, o município apresentou um aumento nos índices durante a pandemia. Isso suscita questionamentos quanto à precisão dos dados do IDEB e os fatores que contribuíram para essa mudança em relação aos baixos índices de 2017 e o apagão de dados registrado em 2019. A pesquisa é motivada pela compreensão da importância da educação em um município com alto orçamento, mas baixos índices educacionais. Além disso, teoricamente, dois autores de destaque fazem parte do embasamento teórico da pesquisa. Entre eles, destacam-se Amartya Sen, que enfatiza a relevância da educação no desenvolvimento humano, e Dermeval Saviani, conhecido por suas análises críticas sobre o sistema educacional brasileiro. Os objetivos da pesquisa englobam a compreensão dos fatores que contribuíram para o aumento do IDEB em Campos dos Goytacazes e a investigação de possíveis inconsistências nos dados. A metodologia combina abordagens qualitativas e quantitativas, envolvendo, a revisão da literatura, análise de políticas públicas e consulta a diversos segmentos da sociedade, incluindo profissionais da educação. Devido a fase inicial da pesquisa, ainda não temos resultados a apresentar.

Palavras chave: Ideb. Educação. Desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. 112p (Coleção Educação Contemporânea).
SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

[1] Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense. Mestrando no programa de pós graduação em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas e Professor de História da rede municipal de educação em Campos dos Goytacazes. Email: charlesgf@id.uff.br.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM COLABORAÇÃO: TRAJETÓRIAS DE UM GRUPO DE PESQUISA

Monica dos Santos Toledo ^[1]

Mônica Vasconcellos ^[2]

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa que investiga a formação de professores em perspectiva colaborativa (MIZUKAMI et. ali., 2021; FIORENTINI, 2019) e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento profissional docente (FIORENTINI e CRECCI, 2013), a partir do trabalho realizado por grupos de pesquisa do Brasil. No contexto desta investigação, em andamento, nos debruçamos sobre a trajetória de um grupo de pesquisa do qual são partícipes a pesquisadora e sua orientadora, em uma perspectiva (auto)biográfica (BRAGANÇA, 2021). Com esse propósito, nossas fontes de dados são diversas: documentos que registram as memórias do grupo, como atas de reuniões, artigos publicados, notícias em jornais e/ou outras mídias, dentre outros; registros em vídeo e áudio de reuniões e atividades do grupo, além das narrativas das próprias integrantes. Os resultados parciais evidenciam reflexões acerca dos significados e das dimensões da colaboração que o grupo considera relevantes e apontam características que o aproximam de uma perspectiva colaborativa, tais como: sua heterogeneidade; o movimento constante de partilha de ideias e de experiências entre os membros; o trabalho conjunto em torno de objetivos comuns; a constituição de relações de confiança e respeito mútuo; a participação do grupo em todas as etapas das pesquisas desenvolvidas, bem como a formação de professores e a produção do conhecimento como pilares do trabalho que desenvolve. Também são evidenciados desafios para a formação de professores em perspectiva colaborativa, dentre eles: a disponibilidade dos membros para a participação nas atividades propostas, o relacionamento entre os membros do grupo e a gestão do tempo no andamento dessas atividades. Pretendemos, ao longo deste trabalho, fortalecer a universidade e os grupos de pesquisa como espaços potentes de formação de professores em perspectiva colaborativa e impulsionar o diálogo com outros coletivos, a partir do horizonte colaborativo que temos perseguido.

Palavras-chave: Formação de professores. Colaboração. Grupo de pesquisa.

Referências Bibliográficas

- BRAGANÇA, I. F. de S. Formação Docente na Escola e na Universidade: Contribuições das Narrativas (Auto)Biográficas. Dossiê: Formação Docente e Prática Pedagógica – Tempos, Tensões e Invenções. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/hW3VtFX5xr8YLLDRk3dTrbw/> Acesso em: 31/10/23
- FIORENTINI, D. Pesquisar práticas colaborativas ou pesquisar colaborativamente? In: BORBA, Marcelo de Carvalho; ARAÚJO, Jussara de Loiola (org.). Pesquisa qualitativa em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 47-76.
- FIORENTINI, D. & CRECCI, V. Desenvolvimento profissional docente: um termo guarda-chuva ou um novo sentido à formação? Formação Docente: Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente. Belo Horizonte, v. 05, n. 08, 2013, p. 11-23. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbfpf/article/view/74> Acesso em: 02/06/22.
- MIZUKAMI, M. DA G. N., ANDRADE, M. DE F. R. DE; LIMA, F. DE P. M. Pesquisa colaborativa: contextualizações, conceptualizações, reflexões e desenvolvimento profissional da docência. Revista Estudos Aplicados em Educação, 6 (12), 2021, pp. 5-21. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/8400/3631 Acesso em: 20/10/23.

[1] Doutoranda em Educação, Universidade Federal Fluminense, monicasantos@id.uff.br.

[2] Orientadora - Doutora em Educação, Universidade Federal Fluminense, monicavasconcellos@id.uff.br.

GRUPOS DE PESQUISA: O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E PROJETOS DE PESQUISA COM A CATEGORIA DOCENTE

Amanda Bersacula ^[1]

Por meio do levantamento de dados dos grupos de pesquisa que têm como objetivo o estudo sobre o Serviço Social na Educação, objetivou-se identificar se havia linhas ou projetos de pesquisa com o propósito de investigar a interlocução entre assistentes sociais e docentes no âmbito da educação escolarizada.. O levantamento de dados teve duas etapas, sendo as duas realizadas na Plataforma Lattes/CNPq. A primeira etapa foi identificar os grupos de pesquisa que têm como objetivo o tema “Serviço Social na Educação”. A segunda etapa foi a busca dos currículos dos/as docentes/coordenadores dos grupos de pesquisa levantados e selecionados na primeira etapa. Em cada currículo, na parte Projetos de pesquisa, houve a busca com as palavras-chave “Serviço Social e Educação e Docente” e também utilizando as palavras-chave “professores e formação docente”. Como resultado, foram identificados 10 (dez) grupos de pesquisa que têm como objeto de pesquisa o tema Serviço Social na Educação, sendo que cinco grupos foram criados de 2006 até 2019, e cinco grupos de 2020 a 2022. Com Lei nº 13.935/2019 o campo de atuação de assistentes sociais nas escolas é ampliado e com isso o maior interesse em pesquisar sobre o tema. Todos os dez grupos de pesquisa estão vinculados à instituições públicas. Na segunda etapa, três projetos de pesquisas foram identificados, sendo os três coordenados pelas docentes/pesquisadoras da UFF, Dra. Kátia Lima e Dra. Eblin Farage. Entretanto, esses projetos tiveram os docentes como objeto de suas pesquisas em relação: aos impactos do Ensino Remoto Emergencial (ERE); os impactos das legislações da educação e; as ações governamentais, no trabalho docente. Conclui-se, portanto, que não foi identificado nos grupos de pesquisa (linhas ou projetos de pesquisa) que tenham como objetivo investigar a interlocução entre assistentes sociais e docentes nas escolas.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação. Grupos de pesquisa.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei Federal nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Presidência da República. Secretaria-Geral. Brasília, DF, 11 de Dez. de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm Acesso em: 20/10/2023.

FARAGE, Eblin Joseph. Currículo do sistema currículo lattes. [Brasília], 28 de set. de 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0001582721310808> Acesso em: 03/11/2023.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Currículo do sistema currículo lattes. [Brasília], 4 de abril de 2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8690759573995048> Acesso em: 03/11/2023.

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGEdu/UFF). Assistente Social do Instituto Federal Fluminense (IFF) campus Santo Antônio de Pádua/RJ. E-mail: amanda_bersacula@id.uff.br.

EXPANSÃO-INTERIORIZAÇÃO-DEMOCRATIZAÇÃO: O DESAFIO DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES TERRITORIAIS E SOCIOECONÔMICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (2003-2015)

Alexandre Ramos de Azevedo ^[1]

Hustana Maria Vargas ^[2]

Este trabalho tem por objetivo identificar estratégias ou ações que possam contribuir para a redução das desigualdades de acesso à educação superior, partindo da hipótese de que – no período entre 2003 e 2015 – teriam sido implementadas ou desenvolvidas iniciativas importantes neste sentido, as quais produziram um ciclo de Expansão-Interiorização-Democratização do acesso à educação superior que não foi a simples continuidade do ciclo de expansão iniciado nos anos de 1990 (SENKEVICS, 2021). A pesquisa foi desenvolvida sob abordagem ao mesmo tempo qualitativa e quantitativa, tendo em vista a associação de pesquisa documental e bibliográfica com análise dos dados produzidos pela Pnad (IBGE). O referencial teórico adotado baseou-se no conceito de “efeitos de lugar” (BOURDIEU, 2012; 2013; AZEVEDO; VARGAS, 2023), que inclui os conceitos correlatos de “espaço social reificado” e “espaço físico apropriado”, considerando a indissociabilidade entre espaço físico e espaço social e que a desenvoltura dos agentes diante dos desafios territoriais irá depender da posse de diferentes capitais – econômico, cultural, social e simbólico. Apesar de considerar as múltiplas dimensões da desigualdade de acesso à educação superior, as análises quantitativas priorizaram as desigualdades territoriais e socioeconômicas, fazendo uso de duas variáveis: localização geográfica e renda domiciliar *per capita*. Como resultado da investigação, consideramos ter comprovado a hipótese de novo ciclo de Expansão-Interiorização-Democratização, fruto de ação intencional operada dentro dos governos Lula e Dilma (HADDAD, 2005; 2008). Contudo, as análises de dados revelaram que a redução das desigualdades de acesso à educação superior, não foram homogêneas para todas as localizações geográficas, principalmente quando acrescentamos a variável renda domiciliar *per capita*, fato que dever ser levado em consideração no planejamento e implementação do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2024-2034).

Palavras-chave: Educação Superior. Desigualdades de Acesso. Democratização.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Alexandre R.; VARGAS, Hustana Maria. Efeitos de lugar nas desigualdades de acesso à educação superior: o caso do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 48, n. 2, p. 358–377, 2023. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/interacao/-/article/view/75439>>. Acesso em: 23 out. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *Efeitos de lugar*. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). *A miséria do mundo*. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300010>>. Acesso em: 19 out. 2023.
- HADDAD, Fernando. Uma visão sistêmica da educação. *Folha de São Paulo*. Opinião, São Paulo, p. 3, 25 set. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/-artigo_haddad260905.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

[1] Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e doutorando em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde também é membro do Laboratório sobre Acesso e Permanência na Educação Superior – LAP/UFF.

[2] Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde coordena o Laboratório sobre Acesso e Permanência na Educação Superior – LAP/UFF.

SAÚDE E EDUCAÇÃO, UMA RELAÇÃO CONFLITUOSA? IMPACTOS DA CONTRARREFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO NA DISCUSSÃO DE SAÚDE NA ESCOLA

Monique Marçal Grossi ^[1]
Giovanni Semeraro ^[2]
Elizandra Garcia da Silva ^[3]

Nas últimas décadas está em curso um intenso processo de privatização e precarização da educação pública brasileira com influência do setor empresarial, a fim de transferir os recursos públicos da educação pública para iniciativas privadas de educação (KOSSAK; VIEIRA, 2022). Na esteira desse intenso processo, foram aprovadas a Base Nacional Curricular Comum/BNCC, BNC Formação e Formação Continuada e Diretrizes do EM (BELTRÃO et al., 2020). No campo da Educação Física/EF o sistema CONFEF/CREF tem sido o principal desferidor dos interesses de setores empresariais, inclusive nas políticas de formação em EF e sua relação com a saúde. O CONFEF/CREF encenam certa neutralidade, ou se posiciona apenas em questões pontuais, que não se descolam de todo dos interesses empresariais, podendo ser exemplificado pela justificativa biologicista e positivista da carga horária dessa disciplina no EM. Desse modo o presente trabalho, ainda em fase inicial, levanta a seguinte questão: Qual a configuração dos debates na construção das concepções de saúde no Novo Ensino Médio/NEM? Buscando assim compreender a contribuição dos intelectuais nos Aparelhos Privado de Hegemonia, como as entidades representativas e os movimentos sociais, diretamente interessados nos debates concernentes ao NEM. Para tanto, tomando como base teórico-metodológica a Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2011) serão analisadas: a) Lei nº13.415/2017; b) Catálogo de Itinerários Formativos do Governo Estadual do Rio de Janeiro; c) Catálogo de Eletivas do Governo Estadual do Rio de Janeiro; d) Páginas eletrônicas e relatórios do Todos pela Educação e do CONFEF/CREF; e) Páginas eletrônicas e relatórios de entidades representativas/movimentos sociais contrários ao NEM. O presente debate contribui para a construção e consolidação de uma concepção de saúde que ancore o trabalho com esse temário no NEM a partir das necessidades da classe trabalhadora e de seu projeto de educação.

Palavras-chave: Educação Física. Novo Ensino Médio. Saúde.

Referências Bibliográficas

BELTRÃO, J. A.; TAFFAREL, C. N. Z.; TEIXEIRA, D. R. A Educação Física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, 2020, p. 656-680.
KOSSAK, A. VIEIRA, N. B. A atuação do empresariado no novo ensino médio. Trabalho necessário, v. 20, nº 42, 2022, p. 1 -26.
SAVIANI, D. Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações. Campinas-SP, Autores Associados, 2011.

[1] Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação; Universidade Federal Fluminense; moniquegrossi0@gmail.com.

[2] Professor Doutor do Programa de Pós Graduação em Educação; Universidade Federal Fluminense.

[3] Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Educação; Universidade Federal Fluminense.

CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO NOVO ENSINO MÉDIO

Marcelo Werneck Guimarães ^[1]

O trabalho a seguir origina-se de uma pesquisa de mestrado em realização pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense. A pesquisa tem como objeto o trabalho docente e suas condições tendo como recorte o Novo Ensino Médio (NEM) na região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Tal pesquisa tem como perspectiva analisar um conjunto de políticas educacionais, trabalhistas, previdenciárias que incidem objetivamente sobre a categoria docente e, posteriormente, realizar entrevistas com professores que lecionam matérias para o Ensino Médio. Dentre as muitas leis que se entrelaçam com a temática, algumas que merecem destaque são: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB); Lei 13.415/2017, conhecida como Reforma do Ensino Médio em que se estabeleceram alterações na estrutura do Ensino Médio; Lei 13.467/2017, conhecida como reforma trabalhista onde flexibilizou-se as relações entre trabalhadores e empregadores. Tais leis estão situadas no contexto de profundas transformações oriundas das crises cíclicas do capital e que desde a década de 70 do século XX encontraram ressonância com o advento do neoliberalismo – expressão ideológica do capitalismo contemporâneo que tem como principais inimigos o Estado e suas políticas que passam a ser entendidas como freios para o desenvolvimento e crescimento econômico (NETTO; BRAZ, 2012). O objetivo deste trabalho é o de investigar como a categoria docente é afetada na materialidade de suas condições de existência e trabalho. Para tal intento, será utilizado o materialismo histórico e dialético como método (MARX, 2008). Embora a pesquisa ainda esteja em fase inicial, alguns apontamentos a partir da literatura são possíveis de se fazer: o trabalho docente e suas condições se apresentam de maneira ainda mais fragmentada, atomizada e precária, embora estas não sejam novidades, com o NEM, passam a adquirir novos contornos e particularidades.

Palavras-chave: Trabalho. Condições do trabalho docente. Novo Ensino Médio.

Referências Bibliográficas

- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução, Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica – 8.ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

[1] Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal Fluminense. Professor na Rede Pública do Município de São Gonçalo (SEMED-SG). Mestrando em Trabalho e Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: mwerneckguimaraes@gmail.com
werneck_marcelo@id.uff.br.

O REFERENCIAL CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Ana Carolina Costa Resende ^[1]
Sandra Selles ^[2]

O resumo é um recorte de uma pesquisa de doutorado que considerou importante para seus fins conhecer o Referencial Curricular para a Educação de Jovens e Adultos (JUIZ DE FORA, 2020). Para tal, utilizamos a abordagem teórico-metodológica de narrativas sistêmicas (GOODSON, 2018) que busca identificar em fontes documentais esforços de reforma e reestruturação em diferentes contextos e como essas narrativas delineiam a produção e mediação do conhecimento escolar. O referencial foi reorganizado em resposta à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) e traz a necessidade de planejamento pedagógico estratégico, considerando a reorganização de tempos e espaços, os interesses dos estudantes e os objetivos da BNCC na revisão do currículo. O documento destaca convergências e divergências com a BNCC, enfatizando a importância das competências gerais da Base, mas ressaltando diferenças teóricas e conceituais. Contudo, aparenta sustentar um discurso apenas retórico. O referencial, como exemplo, traz um quadro esquemático com conteúdos da matemática onde há uma ênfase excessiva em habilidades técnicas, sem abordar reflexões sociais e culturais, inclusive o papel da disciplina no mundo do trabalho. Disputam no texto visões diferentes de educação que tentam ser conciliadas por uma exigência legal. O documento nos remete a uma quimera, que sugere que apesar das aspirações mais críticas e inclusivas do mesmo ele se mostra contraditório por tentar se adequar às influências políticas e econômicas que permeiam a BNCC. E podemos nos perguntar que repercussões essas contradições trazem para o trabalho docente.

Palavras-chave: EJA. Currículo. BNCC.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em 03 nov 2023
GOODSON, I. **Curriculo:** teoria e história. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.
JUIZ DE FORA. Secretaria de Educação. Referencial Curricular para a Educação de Jovens e Adultos. 2020. Disponível em https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/escolas_municipais/curriculos/arquivos/2020/eja.pdf. Acesso em 03 nov 2023

[1] Doutoranda em Educação, Universidade Federal Fluminense, acarolina.rcosta@gmail.com.

[2] Doutora em Educação em Ciências, Universidade Federal Fluminense, sandraselles@id.uff.br.

INFÂNCIA EM LUTA POR MORADIA: OCUPAÇÃO ECOVILA MARICÁ

Ranulfo Cavalari Neto ^[1]

As ocupações urbanas estão cada vez mais visíveis no cotidiano das cidades. Prédios e terrenos que antes estavam sem uma função social, agora são ocupados por mulheres, crianças e famílias e seus objetos, faixas e cartazes com manifestações pelo direito constitucional à moradia (GOBBI, 2021). O objetivo deste resumo apresenta-se como um recorte de uma pesquisa de doutoramento. Para tal recorte conhecer os vestígios da infância em luta por moradia na Ocupação Ecovila Maricá, sustentada a partir da metodologia de uma *conricerca* (ALQUATI, 1993a; 1993b) que aconteceu de setembro de 2022 a fevereiro de 2023. A escolha por acompanhar as crianças nesta pesquisa, busca refletir sobre essas vidas que são ignoradas e tornadas insignificantes na busca pela moradia. Esse campo ainda está em construção, principalmente no campo da educação, deste modo o debate se torna urgente trazendo mais contribuições teóricas e práticas sobre os contextos de lutas as quais as crianças também estão presentes. Para dar corpo a pesquisa, utilizamos a Sociologia da Imagem (CUSICANQUI, 2015) que se utiliza de diversas práticas de representação como seu foco de atenção, as principais delas foram: as fotografias e os desenhos. Além de outras representações mais coletivas, tal qual se apresenta a estrutura do espaço urbano na cidade e os vestígios históricos que se fazem visíveis no urbano. Como síntese dos resultados, podemos destacar que a infância em luta por moradia se fazia presente a partir de construções, diálogos e vestígios deixados no espaço da Ocupação, por meio de desenhos nas paredes, brinquedos espalhados pelo espaço e em instalações produzidas de bambus (jangadas, abrigos e fogueiras) que haviam na área da Fazenda do Rio Fundo, onde era a sede da Ocupação. A presença dessas crianças na Ocupação tensionava o modo de viver naquele espaço, convocando as famílias através do brincar, a refletir seu modo de luta para alcançar um outro modo de viver e constituir o projeto da Ecovila Maricá.

Palavras-chave: Infância. Moradia. Luta.

Referências Bibliográficas:

- ALQUATI, R. Per fare conricerca. Padova: Calusca, 1993b. 124 p.
ALQUATI, R. Sul comunicare. Il Segnalibro: Torino, 1993a. 120 p.
CUSICANQUI, S. R. Sociología de la imagen : ensayos . - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Tinta Limón, 2015. 352 p.
GOBBI, M. A. Infâncias removíveis, crianças descartáveis: ensaio sobre uma remoção de casas e vidas na cidade de São Paulo. ETD - Educ. Temat. Digit. [online]. 2021, vol.23, n.2, pp.466-486.

[1] Doutorando em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e ranulfo@usp.br.

[2] A *conricerca* (termo em italiano), traduzido como co-pesquisa traz contribuições de militância e pesquisa do sociólogo italiano Romano Alquati que trouxe contribuições importantes, a partir de outro modo de fazer se pesquisa, a pesquisa militante.

(DES) VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM SÃO GONÇALO-RJ

Graciane de Souza Rocha Volotão ^[1]

Em dezembro de 2021 a educação pública de São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro recebeu um ataque da gestão municipal. A lei 13.004/2021 dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) e foi aprovada sem diálogo com os profissionais que atuam na educação básica da rede municipal. De forma autoritária, sem considerar as leis que versam sobre a valorização profissional. Com o aporte teórico de Foucault (2012) este texto pretende entender o poder e os seus efeitos, enquanto práticas sociais e discursos que são construídos historicamente. A ideia de múltiplas dominações que se atravessam, reforçam ou fragilizam sobre as formas de um poder menos centralizado. Dentre as muitas perdas encontradas no documento, os profissionais tiveram cerceada a possibilidade automática de progressão por formação continuada e acadêmica, fato que literalmente pôs fim ao processo de valorização dos profissionais da educação instituída, após as lutas dos profissionais, no plano anterior. As relações entre o controle da população e a produção de saberes que fazem o homem sujeito e objeto de conhecimento, colocam questões sobre essa relação entre poder e a verdade em um discurso das ciências e das práticas institucionais. Há a manipulação no processo de dominação e a dependência dos sujeitos, conforme explica Foucault (2012) em que o poder toma corpo por meio das distintas e variadas técnicas de dominação, de controle dos gestos, das atitudes, dos comportamentos, dos discursos, entre outros, que objetivam fazer os corpos dos sujeitos dóceis, se transformando em força de trabalho em um sistema político de dominação. Assim, com o uso do recurso da meritocracia, os profissionais perdem a valorização previstas nas metas 17 e 18 do Plano Municipal de Educação e demais legislações.

Palavras-chave: Valorização do magistério. Foucault. Plano de Cargos. Carreiras e Remuneração.

Referências Bibliográficas

- SÃO GONÇALO. Lei 13.004/2021. Plano de Carreira do Magistério Público Municipal e Funcionários da Educação, 2021.
- SÃO GONÇALO. Plano Municipal de Educação. 2015 – 2014. Publicação em Diário Oficial em 08 de dezembro de 2015.
- FOUCAULT Michel. Microfísica do poder. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado - 25ª Ed., São Paulo: Graal, 2012.
- FOUCAULT Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22ª edição - São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

^[1] Doutoranda; Universidade Federal Fluminense; gracianevolotao@id.uff.br.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ianacilda de Lima Carvalho ^[1]
Valdelúcia Alves da Costa ^[2]

Esta pesquisa, desenvolvida à luz da Teoria Crítica, tem por objetivo analisar as políticas públicas de inclusão educacional de estudantes com deficiência no ensino superior considerando as experiências de universidades federais do Rio de Janeiro. A pesquisa se justifica pelas questões oriundas da minha dissertação intitulada “Assessoria de Educação Inclusiva e Acessibilidade: experiências do curso de Pedagogia da FEUFF na pandemia do Coronavírus”, que teve como resultados a observação da precariedade arquitetônica e material no acesso e permanência de estudantes com deficiência e; os participantes reconhecem a importância das condições de permanência de estudantes com deficiência, mas destacam os limites do processo de inclusão. O estudo instiga-me a conhecer as experiências de outras universidades, considerando que a educação inclusiva possibilita que a universidade se torne um espaço democrático e democratizado, levando o indivíduo a resistir à barbárie histórica da segregação e romper a heteronomia (ADORNO, 2020). Temos por problema “Quais as experiências de inclusão das universidades públicas federais no apoio às (aos) estudantes com deficiência?”. Pretende-se discutir o processo de implementação das políticas de inclusão educacional no ensino superior, visando reconhecimento e acolhimento da diversidade por ser imprescindível, segundo Adorno (2020, p.169), para a desbarbarização, que se tornou a questão mais urgente da educação. Tendo como *lócus* de estudo a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, partindo do pressuposto de que estas universidades impactam diretamente na implementação das políticas inclusivas. Serão adotados como instrumentos de coleta de dados questionários e entrevistas semiestruturadas relacionados às questões das dificuldades educacionais de estudantes com deficiência na universidade, que tem o papel de promover, para além da adaptação social.

Palavras-chave: Políticas de Inclusão. Ensino Superior. Estudantes com Deficiência.

Referência Bibliográfica

ADORNO, T. W. Educação e Emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

[1] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação (UFF) e Mestra em Educação pelo Programa de Pós graduação em Educação (UFF). Membro do Grupo de Pesquisa (CNPq): ‘Formação, Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Violência Escolar’. Contato: ianarj@hotmail.com.

[2] Docente Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Grupo de Pesquisa (CNPq): ‘Formação, Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Violência Escolar’. Coordenadora na UFF do Projeto de Pesquisa (CNPq) ‘Violência Escolar: discriminação, *bullying* e responsabilidade’. Coordenadora do ‘Observatório de Educação: violência, inclusão e direitos humanos’. Contato: valdeluciaalvescosta@id.uff.br.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EJA: EXPERIÊNCIA PILOTO NA REDE DE ENSINO DE DIADEMA – SP

Rafael Sammarco Martins ^[1]

No segundo semestre do ano de 2023, fui convidado a desenvolver um projeto de formação complementar junto a turmas da Educação de Jovens e Adultos na Prefeitura Municipal de Diadema – SP. Eu atuava com esse seguimento naquela rede de ensino através do componente curricular Geografia e o convite que me foi feito era o de que eu realizasse um trabalho sobre “educação financeira”. Fui selecionado porque o idealizador do trabalho sabia que, além de eu ser formado em geografia, eu também economista, então ele avaliou que eu teria condições de conduzir os trabalhos. Aceitei o convite, submeti-me a alguns treinamentos e apliquei o trabalho durante algumas semanas. Este alcançou resultado razoável, sendo que insuficiências no que diz respeito à prática da escrita e à matemática fizeram-se notórias e impediram que os resultados fossem mais satisfatórios, haja vista que, dentro do planejamento, conhecimentos daqueles dois componentes eram requeridos. A fim de suprir essas insuficiências, recorri a orientações para o ensino de matemática dispostas na obra de Duarte (2009) bem como a recomendações encontradas em Freire (2021) e Barros (2015), que discutem a importância de ler e sobre o impacto disso no aprendizado. O trabalho permitiu que alunos acessassem discussões sobre dez tópicos *a priori* sugeridos no programa. Como resultado parcial, observei que muitos alunos disseram que o projeto os ajudou a reconhecer a importância das finanças, mas percebi também que outros tantos manifestaram incomodados quanto percebiam que carregavam carências em suas formações básicas – o que trazia impactos na autoestima daquelas pessoas. O trabalho envolveu metodologia da chamada “pesquisa-ação”, com a qual tenho atribuído maior significado teórico ao meu trabalho na EJA. Através esta metodologia, conforme aponta André (2012), há um entrelaçamento em teoria e prática – que evita tanto uma produção acadêmica livresca quanto uma operacionalização de trabalho sem embasamento teórico.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Financeira. Projeto de Formação Complementar.

Referências Bibliográficas

- ANDRÉ, M. Pesquisa, Formação e Prática Docente. In André, M. (org.) O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores. Campinas, Papyrus, 2012, pp. 55-69.
- BARROS, F.R. Relação entre práticas pedagógicas e práticas de letramento na EJA. In: LEITE, S.A.S. Afetividade e letramento na Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Cortez, 2015
- DUARTE, N. O ensino de matemática na educação de adultos. 11ed. São Paulo: Cortez, 2009
- FREIRE, P. A importância do ato de ler. 52 ed. São Paulo: Cortez, 2021.

[1] Doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: rs_martins@id.uff.br.

A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA NA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: O QUE DEMANDA O SETOR PARA A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR COLETIVO INDUSTRIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Livia Mourino de Mello ^[1]

A partir do viés marxiano de análise dialética, o trabalho ora aqui apresentado intenciona divulgar, em termos gerais, nossa pesquisa de doutorado, ainda em andamento. Tendo como tema a investigação dos processos de empresariamento da educação, temos como objetivo principal desvelar os interesses, concepções e os conteúdos do Projeto Pedagógico Industrial (RODRIGUES, 1998), idealizado e formulado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), para a formação da classe trabalhadora no Brasil contemporâneo. Nossa investigação orienta-se pela premissa de que esse projeto vem sofrendo alterações desde as décadas de 1980 e 1990, quando tem início a implementação sistemática de políticas neoliberais e a reestruturação produtiva de caráter flexível no país, mas que vem sofrendo novas adaptações em função dos impactos da mais recente reestruturação produtiva global, de caráter digital-informacional, a Indústria 4.0. Consideramos, a partir da análise documental, que essas novas alterações têm como referência o ano de 2016, quando a Confederação passa a publicizar de forma sistemática seus interesses e plano estratégico para a Indústria 4.0 (CNI, 2016a. 2016b; SENAI, 2016), seja do ponto de vista econômico - estrutura produtiva e relações de trabalho - seja do ponto de vista da educação e da qualificação profissional. Com base em nossas investigações, defendemos, portanto, que os industriais possuem interesse em adequar a força de trabalho industrial às necessidades e diretrizes do setor pois, ao incorporar novas tecnologias ao trabalho morto (MARX, 2004, 2013), têm buscado a expansão da simplificação do trabalho vivo industrial, ou seja, à ampliação do trabalho simples, que demanda níveis mais baixos ou até mesmo nenhuma qualificação profissional. Consequentemente, buscam o rebaixamento e a formação simplificada dos(as) trabalhadores(as), com vistas a: adequá-los as novas necessidades técnicas e baratear o custo da produção a partir da redução do valor da força de trabalho.

Palavras-chave: Empresariamento da educação. Confederação Nacional da Indústria (CNI). Indústria 4.0.

Referências Bibliográficas

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Sondagem especial 66 - Indústria 4.0: novo desafio para a Indústria brasileira. Brasília, 2016a.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Desafios para Indústria 4.0 no Brasil. Brasília, 2016b.
- MARX, Karl. Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- RODRIGUES. José. O Moderno Príncipe Industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

[1] Possui bacharelado e licenciatura em História pela UFRJ, Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Educação também pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense e bolsista FAPERJ. Professora de História na educação básica da rede privada do Rio de Janeiro. E-mail: livia.mourino@gmail.com.

COSTURAS NARRATIVAS NA FORMAÇÃO INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO NA BAIXADA FLUMINENSE

Cássia Barbosa da Costa ^[1]

Muitos são os entraves que permeiam a área docente, um deles diz respeito à formação de professores que há tempo tem sido tema de debates. Pensando nisso, esse trabalho tem a intenção de contribuir com essa conversa, trazendo para o enredo o desenvolvimento de um projeto de dissertação que tem sido realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal Fluminense. Portanto, esse texto pretende relatar como tem sido o caminhar da pesquisa, suas intenções e como ela colabora com a formação docente através das narrativas (auto)biográficas que nela estão sendo compartilhadas. O tema da pesquisa teve origem em uma inquietação referente à formação docente e visa compreender a Extensão Universitária nesse processo de formação inicial de professores. Para isso, a minha experiência vivida no projeto seria uma das evidências para confirmar essa possibilidade de uma nova forma de compreender a extensão, a partir de um movimento de reflexividade (PASSEGI, 2016). Para auxiliar a refletir sobre essa ideia, o conceito de “Casa Comum” defendido por António Nóvoa (2017) nos dará subsídios para desenvolver a questão. Há duas questões que problematizam e atravessam o tema: como a participação em um projeto de extensão universitária favorece criticamente a formação dos integrantes que por ele passaram? Com quem dialoguei durante minha formação inicial e em quais espaços tive esses entrelaçamentos? Sabendo disso, venho através da experiência vivida na extensão, alinhavando três linhas de costura que têm construído esse conhecimento: uma costura institucional; na tentativa de desvendar os diálogos que ocorreram entre o “eu” licenciando e a instituição UFRJ durante a formação inicial; seguido de uma costura escolar, onde pretendo lançar um olhar focado nos entrelaçamentos que ocorreram nos momentos em que estive em contato com as escolas; e, por último, uma costura profissional, onde buscarei revelar os espaços onde houve contato com a profissão docente através dos professores da educação básica.

Palavras-chave: formação docente. extensão universitária. pesquisa narrativa (auto) biográfica.

Referências Bibliográficas

- DA CONCEIÇÃO PASSEGI, M. Narrativas da Experiência na Pesquisa-Formação: do Sujeito Epistêmico ao Sujeito Biográfico. Roteiro, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 67–86, 2016. DOI: 10.18593/r.v41i1.9267.
- NÓVOA A. (2017). Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. Cadernos De Pesquisa, 47(166), 1106–1133

[1] Professora Especialista em Educação Física Escolar. Universidade Federal Fluminense. email: cassia.brbs@gmail.com.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Gisele Coelho de Oliveira ^[1]

Esta pesquisa pretende investigar e analisar o percurso histórico e a trajetória legal referentes à temática da escola de Educação Infantil em tempo integral no Brasil, que vem ganhando força no debate de políticas públicas para a educação. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o “desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). Objetivando uma melhor compreensão do objeto de pesquisa, foi utilizado o procedimento metodológico de pesquisa bibliográfica e documental acerca da legislação brasileira, a fim de compreender e refletir sobre os desafios, avanços, possibilidades e limitações da proposta de uma educação pública de qualidade em escola de tempo integral. A estrutura desta pesquisa contemplou fundamentos da concepção de Educação Integral em tempo integral desenvolvidos no Brasil ao longo dos últimos 11 anos, com foco na relação entre educação, sociedade e contexto socioeconômico, “alvo estratégico para minorar os efeitos das desigualdades sociais” (ARAÚJO; PEIXOTO, 2017). A partir da pesquisa percebe-se que a educação brasileira caminha no sentido de consolidar uma política pública em favor da ampliação do tempo de permanência na escola de Educação Infantil. Contudo, concluímos que ainda temos um longo percurso para a ampliação com qualidade da escola pública em tempo integral, que supere o conceito de política educacional de caráter assistencialista.

Palavras chave: Educação integral. Educação infantil. Políticas públicas.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, V. C. de; PEIXOTO, E. M. Tempo integral na educação infantil: uma nova arte de governar crianças? *In*: ARAÚJO, V. C. de (org.). *Infâncias e educação infantil em foco*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017. p. 75-92.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

^[1] Dotoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense coelho.gisa@hotmail.com.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INFANTIL: DIÁLOGOS ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO COTIDIANO DOCENTE

Verônica Fabiola Neves Rodrigues ^[1]

Eda Maria de Oliveira Henriques ^[2]

Este trabalho tem como objetivo apresentar a pesquisa de tese em desenvolvimento cujo foco é buscar respostas para as seguintes questões: de que modo os projetos de formação em pedagogia pensam e produzem as formações dos professores que atuam na educação infantil? Qual o lugar e o papel que os contextos e as práticas escolares docentes cotidianas ocupam nestes projetos? Essas perguntas emergem de reflexões e tessituras que compõem a narrativa da minha história de vida como docente que atua na educação infantil de uma rede municipal do estado do Rio de Janeiro, mas que a extrapola pois são também questões comuns a outros professores. A pesquisa acima citada encontra-se em fase inicial, demandando investigações em torno das relações entre teoria e prática e histórias de vida e formação que perpassam os cursos de formação inicial de professores (pedagogia) que atuam na educação infantil, nos quais me incluo. O referencial teórico-metodológico norteador desta pesquisa são: as contribuições da Pesquisa Narrativa (Auto)biográfica, em especial as contribuições acerca da *Pesquisa formação* (HENRIQUES, 2018); Antonio Nóvoa (2014), que em diálogo com o conceito de experiência de Benjamim (1994), nos auxilia a refletir sobre os processos de formação tecidos pelos próprios sujeitos e isto acontece na medida em que há elaboração de um entendimento sobre a sua trajetória de vida, colocando os sujeitos em uma posição de investigadores de seu próprio processo, suscitando “uma nova epistemologia da formação.” (NÓVOA, 2014, p. 155). A produção das narrativas será via diálogo mediado pela entrevista narrativa com 3 professores(as) iniciantes (com menos de 5 anos de trabalho) que atuam na educação infantil e possuem formações em pedagogia.

Palavras-chave: Educação infantil. Formação de professores. Narrativas (Auto)biográficas.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* / Walter Benjamim; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. – 7. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. – (Obras escolhidas; v. 1)
- HENRIQUES, Eda Maria de Oliveira. Dimensões subjetivas, sociais e formativas do aporte (auto)biográfico em educação: alguns aspectos epistemológicos e metodológicos. *Anais do VIII CIPA - Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica*, São Paulo, p. 1- 14, 2018.
- NÓVOA, António. A formação tem que passar por aqui: as histórias de vida no Projeto Prosalus. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias. (Orgs). *O método (auto)biográfico e a formação*. Tradução Maria Nóvoa – 2 ed. - Natal, RN: EDUFRN, 2014.

^[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Mestre em Educação pelo mesmo programa. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da UFF. Atua como docente na Educação Infantil da rede municipal de Niterói-RJ. E-mail: veronicafabiola@id.uff.br.

^[2] Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Docente credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF da Faculdade de Educação da UFF. e-mail: edahenriques@gmail.com.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO PARA POVOS TRADICIONAIS E DO CAMPO

Iaci Sagnori de Mattos ^[1]

Roberta Lopo Bezerra ^[2]

Estima-se que cerca de 4,5 milhões de pessoas fazem parte de comunidades tradicionais atualmente no Brasil, ocupando 25% do território nacional, representados, entre outros, por Comunidades ou Populações Tradicionais, tais como Caboclos, Caiçaras, Extrativistas, Indígenas, Jangadeiros, Pescadores, Quilombolas, Ribeirinhos, Seringueiros, Faxinais. Em recente publicação o Censo 2022 mostrou que a população quilombola no Brasil é de 1.327.802 pessoas. Há mais de 1696 municípios com população quilombola. A escola, que foi um instrumento de “domesticação” de povos indígenas e de classes trabalhadoras, buscou submeter parte da população à sua lógica, ora negando identidade, propondo-se a educar corpos para seu lugar na divisão social do trabalho (GRUPIONE, 2003; CATINI, 2013). A partir da demanda social por uma escola que dialogue com as necessidades locais e a produção de conhecimento das populações tradicionais, o Estado vem se mostrando como arena de disputa por políticas públicas em educação indígena, quilombola, do campo, etc. Nesse contexto, o Plano Nacional de Educação 2014-2024, ao determinar que estados e municípios deveriam elaborar conferências para a realização dos seus planos locais, avaliamos que houve a possibilidade, ainda que mínima, de abertura de diálogo com os movimentos sociais e comunitários, estabelecendo-se uma importante arena política. Nosso objetivo neste trabalho é a realização de uma análise do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Paraty, e da Meta específica para a Educação de Comunidades Tradicionais deste Plano, pioneira no país. Processo em que as autoras participaram como movimento social organizado no Coletivo de apoio à Educação Diferenciada do Fórum de Comunidades Tradicionais em Paraty.

Palavras chave: Educação. Povos Tradicionais. Plano Nacional de Educação.

Referências Bibliográficas

- GRUPIONE, Luiz Donisete Benze. Das leis para a prática: avaliação do cumprimento da legislação da educação escolar indígena no país. Reunião extraordinária sobre educação escolar indígena. Brasília, 12 de março de 2003.
- CATINI, Carolina. A escola como forma social: uma crítica ao modo de educar capitalista. São Paulo, 2013, 258 f. Tese de Doutorado (em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

[1] Graduação em Letras UFRJ / Pós Graduação em Gestão de Territórios e Saberes. Universidade Federal Fluminense / Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação UFF – isagnori@gmail.com.

[2] Graduação em Geografia USP / Pós-graduanda em Gestão de Territórios e Saberes Universidade Federal Fluminense - robertacorreio@gmail.com.

E COMO ANDA A DEMOCRACIA NAS ESCOLAS DAS CLASSES POPULARES? CONVERSA SOBRE OS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS A PARTIR DOS CECs (CONSELHOS ESCOLA COMUNIDADE)

Elcio Arian do Carmo Cunha ^[1]

Os caminhos que se delineiam os direitos democráticos ocorrem em caminhos de lutas e disputas, e a construção de uma escola pública que sirva como espaço de e para a cidadania para as classes populares são exemplificações destes espaços. O problema está relacionado à participação democrática nas escolas públicas, especialmente nas classes populares, pela importância dos Conselhos Escolares Comunitários (CEC) como espaços democráticos de participação popular. O objetivo central do texto é analisar a participação democrática nas escolas públicas, especialmente nas classes populares, com foco nos CECs. Como objetivos específicos, busca-se compreender a importância dos CECs como espaços democráticos de participação. E investigar as limitações que afetam a funcionalidade desta instituição. Como metodologia será realizada uma conversa com uma representante do CEC, segmento dos professores, a fim de evidenciar a relevância da atuação dessa pessoa como cidadã, comprometida em preservar os direitos por meio da participação ativa, e compreender que forma os indivíduos se envolvem no processo de aprendizagem nas escolas públicas, deixando aberto para o inesperado de uma conversa, Gonçalves (2019). Como resultados parciais busca-se uma reflexão sobre a importância da escola pública na democracia, questionando a efetividade do CEC na garantia de uma educação de qualidade democrática. A pesquisa busca entender o papel do CEC na melhoria da qualidade da escola pública.

Palavras-Chave: Conselho Escola Comunidade. Classes Populares. Democracia.

Referências Bibliográficas

- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 46ª ed. Paz e Terra: São Paulo, 2020.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 71ª ed. Paz e Terra: São Paulo, 2019.
- GARCIA, Regina Leite (ORG.). Método. Métodos. Contramétodos. Cortez Editora: São Paulo, 2003.
- GONÇALVES, Rafael Marques. Maneiras de resistir e ressignificar: políticaspráticas de currículos no cotidiano escolar. In: GONÇALVES, Rafael Marques, RODRIGUES, Allan, e RIBEIRO, Tiago. Cotidiano e formação docente: conversas, currículos e experiências com a escola. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Resolução nº 212, de 24 de agosto de 1984. Disponível em <http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1205762/RES.SME_212-1984.pdf> Acesso: 06/03/2022.
- RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, 2014. RIO DE JANEIRO. Prefeitura.rio, 2022. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/sme/destaques/conselhos.htm#cec>> Acesso em 06 de março de 2022.

[1] Doutorando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação UFF, e Mestre em Educação, Cultura e Comunicação, 2016 Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ/FEBF; e-mail: elcioarindoc@hotmail.com.

POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: DIMENSÕES DO CURRÍCULO E A NOVA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Adriana Batista Afonso ^[1]
Sandra Escovedo Selles ^[2]

O presente trabalho é resultado de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal Fluminense, na qual objetivou-se compreender o processo de produção da política curricular de Educação em Ciências para os anos iniciais do Ensino Fundamental, focalizando as mudanças implementadas com a publicação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) a partir de 2017 e por meio da análise das edições anterior e posterior a essas alterações. O objeto de pesquisa se configurou na imbricação dos discursos que influenciaram o contexto de produção dessas políticas e na perspectiva curricular que o programa apresenta. Para a pesquisa foi proposta a abordagem qualitativa, com quadro teórico tecido no campo dos estudos do currículo com as contribuições da abordagem do Ciclo de políticas formulada por Stephen Ball e colaboradores (BALL, 2001; 2006; 2018; 2020. BALL; MAINARDES, 2011; MAINARDES, 2006; MAINARDES; MARCONDES, 2009). Os resultados apontam a ampliação da entrada de organizações da sociedade civil e empresas privadas no setor público. Também é possível observar a ampliação de redes políticas globais engajadas na defesa de conceitos caros à perspectiva neoliberal, além de mudanças na estrutura do mercado editorial brasileiro. Por meio da análise do Contexto da Produção de Texto, percebeu-se que a mudança verificada na nomenclatura do programa aponta a ampliação de sua abrangência e marca mudanças políticas nas definições do PNLD. Foi possível concluir que a edição de 2016 do Programa representou uma versão que concretiza certos progressos no âmbito educacional. Contudo também foi possível vislumbrar, nessa edição, a presença de elementos que dialogam com tendências tecnicistas e se aproximam de discursos neoliberais. Por meio dessa análise, foi possível observar formas como o discurso neoliberal se apresenta em elementos microssociais, como a competição, a performatividade, o empreendedorismo e a individualização.

Palavras-chave: PNLD. Políticas Curriculares. Educação em Ciências.

Referências Bibliográficas

- BALL, Stephen. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, p. 99-116. Jul./Dez. 2001.
- _____. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. Currículo sem Fronteiras. v.6, n.2, p.10-32. Jul./Dez. 2006.
- _____. Política Educacional Global: reforma e lucro. Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa. v.3, p. 1-15, 2018.
- _____. Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2020.
- BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). Políticas Educacionais, questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
- MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: Um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

[1] Mestre – Universidade Federal Fluminense, Niterói (UFF - Brasil) adriana_afonso@id.uff.br.

[2] Professora Titular - Universidade Federal Fluminense, Niterói (UFF-Brasil) sandraselles@id.uff.br.

O ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA NORMAL DE NITERÓI (1900-1911)

Cristiane Kozlowsky Neves ^[1]

O presente trabalho tem como propósito compreender de que forma os alunos da Escola Normal de Niterói, entre os anos de 1900 e 1911, se apropriavam do saber histórico em seu processo de formação. A seleção documental construída para a investigação compõe-se, sobretudo, de exames finais de História Universal e de História do Brasil, realizados pelos estudantes da Escola fluminense. O recorte temporal corresponde a sequência de onze anos de registros dos exames finais que foram localizados no acervo escolar onde está sendo realizada a pesquisa. As provas serão analisadas em conjunto com os manuais escolares utilizados na época, considerados como indícios exemplares do que se ensinava e do que se aprendia sobre História na escola em questão. A análise do material selecionado será realizada a partir da escolha de referenciais teóricos voltados para a história das disciplinas escolares, a história da educação e a história cultural. Com o objetivo de compreender como era o funcionamento interno da escola, bem como as práticas de ensino utilizadas em sala de aula, ou seja, abrir a “caixa-preta” para vir a conhecer o que ocorria nesse espaço particular, nos debruçamos nos estudos de Dominique Juliá (2001). Michel de Certeau (1998) considera que os sujeitos não são receptores passivos e compreende a apropriação como uma possibilidade de exercer certa rebeldia. Dessa maneira, os exames serão analisados como um vestígio onde há a possibilidade de captar as tensões entre o ensinado e o aprendido, indicando brechas e trazendo à tona falas inesperadas. Embora a memorização fosse a tendência para o ensino de história da época (BITTENCOURT, 1993), como leitores e produtores de textos, os normalistas não se limitavam apenas à reprodução. Como resultado parcial da pesquisa, verificamos que, embora a memorização permanecesse como prática predominante, nem todos os normalistas se restringiam a apenas repetir os conteúdos ensinados, sendo possível perceber certo protagonismo discente.

Palavras-chave: Ensino de História. Escola Normal. História da formação de professores.

Referências Bibliográficas

- BITTENCOURT, Circe M. F. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. Tese de Doutorado em História Social.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, p. 9-43, n° 1, jan./jun. 2001.

[1] Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: cris_kozlowsky@hotmail.com. Bolsista FAPERJ.

EDUCAÇÃO NA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA: NOTAS E APONTAMENTOS DE PESQUISA

Adair Jose de Aguiar da Silva ^[1]

O licenciamento ambiental é uma estrutura em disputa pelos grupos dominantes e as camadas subalternas da sociedade de classes. Ações recentes do governo Bolsonaro (2017-2022), intensificaram os "desmontes das políticas ambientais" (ZHOURI, 2020), pautando o discurso da morosidade dos órgãos ambientais nos processos de análise e emissões de licenças para projetos de potencial impacto ambiental. Esses projetos e empreendimento têm como objetivo a exploração de recursos naturais em áreas de proteção ambiental e territórios ocupados por diferentes comunidades tradicionais que têm seus modos de vida estruturados na relação com os recursos naturais. A questão ambiental e o modelo de racionalidade instrumental, que vê a natureza como algo externo ao ser humano, e que, portanto, deve ser dominado, são a base para o discurso do desenvolvimento sustentável e do progresso confrontam os modos de vidas tradicionais. O Estado é o principal agente na mediação desses conflitos ambientais no território nacional, porém há grupos políticos e intelectuais que disputam essas estruturas para assegurar a condição dependente do estado brasileiro. A pesquisa visa identificar a relação entre práticas econômicas e culturais do Quilombo de Santa Rita do Bracuí, território tradicional localizado no município de Angra dos Reis, que luta pelo título de suas terras e sobrevive aos diversos empreendimentos (hidrelétricas, rodovias, turismo, petróleo e gás), que impactam seus *modos de vida* (TIRIBA, 2021). Porém, a comunidade cria suas estratégias para defesa do território e resiste aos avanços do modo de produção capitalista. Partindo da abordagem sob o Materialismo Histórico-Dialético (MHD), o trabalho realiza uma análise bibliográfica e documental, observação participante e em pesquisa no campo do trabalho-educação para verificar as contradições presentes nas condicionantes de *mitigação e compensação*, definidas pelos empreendimentos licenciados pelo Estado. Que base teórico-metodológica orientam as ações pedagógicas dos Projetos de Educação Ambiental (PEA)? No caso do licenciamento ambiental do petróleo e gás, como "reduzir esses impactos ambientais" sem interromper a produção de petróleo? Se a premissa teórica-metodológica da educação ambiental é crítica, "crítica de quê?" (TREIN, 2012).

Palavras-chave: Educação ambiental crítica. Conflito ambiental. Território.

Referências Bibliográficas

- TREIN, E. S. A Educação Ambiental Crítica: crítica de que? Revista Contemporânea de Educação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 304-318, Ago./Dez. 2012b.
TIRIBA, Lia. Modo(s) de vida e modos de produção da existência humana: ensaio teórico-metodológico. Salvador, 2021.
ZHOURI, Andréa. Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. Niterói, 2020.

[1] Mestrando em Educação, a_aguiar@id.uff.br.

“EU JÁ PASSEI POR AÍ!” — REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA COMO FIO QUE CONECTA AS TRAMAS DO ENSINO COLABORATIVO

Luiza Basílio Ricardo ^[1]
Dagmar de Mello e Silva ^[2]
Erika Souza Leme ^[3]

Orientadas pelo paradigma da educação inclusiva, apresentamos uma atividade com uma turma de 3º ano do ensino fundamental em visita ao Museu de Arte Contemporânea – MAC, como uma das intervenções da pesquisa de mestrado: “Ensino colaborativo: educação especial na perspectiva da educação inclusiva”, desenvolvida em uma escola municipal de Niterói. Apoiadas no conceito de Experiência em Larrosa (2002), defendemos que a educação escolar não pode prescindir de uma dimensão sensível, em seus processos formativos. Ressaltamos a importância de práticas ético/estéticas de (auto e alter)conhecimento para construir relações de respeito às diferenças. Nos entrelaçamos com os princípios da cartografia (Kastrup e Passos, 2013), como dispositivo político para investigar como as experiências estéticas influenciam o ensino colaborativo? Com esse olhar, nos dispomos a correr riscos (Argueles, Hughes e Schumm, 2000) junto às professoras (regente e de AEE) e nos lançamos nesta prática instituinte. Apoiada no diário de bordo, trago para o diálogo essa caminhada até o MAC, onde os sentidos e as expectativas de 20 crianças foram se tramando: “- *Eu nunca fui lá!*”, “- *Já vi mas não entrei!*”, “- *Acho que lá dentro tem arte!*”, “- *Entramos no disco voador!*”. Nesse percurso, nos deparamos com a exposição de Cândida Borges e Gabriel Vélez, *Transeuntis Mundi*. Nos vídeos exibidos em *tablets*, admiramos transeuntes de alguns países e incentivamos a turma a compartilhar suas percepções. “- *Ah lá, tia! É o centro de Niterói?*” “- *Olha como a rua está cheia de gente!*” “- *Estão indo para a escola!*” “- *Eu já passei por aí!*”. Esse movimento de compreensão de mundo e de si mesmos, amplia a sensibilidade e os conectam, por meio da construção de partilhas comuns, de modo a se reconhecerem e se (co)moverem em suas experiências. Nos desafiamos em um fazer diferente, guiados pela experiência estética, na visita ao MAC, escolhido por ser um local que muitos educandos não conheciam. Como resultado parcial das reflexões, evidenciamos a importância dessa experiência em consonância com os princípios da educação inclusiva. Os alunos se conectaram com a arte ao seu redor, criando laços entre si e compartilhando percepções e estados atencionais abertos ao reconhecimento de pertencerem a um coletivo, cerzindo as tramas que fiam o ensino colaborativo.

Palavras-chave: Ensino Colaborativo. Cartografia. Experiência estética.

Referências Bibliográficas

- ARGUELES, M. E.; HUGHES, M. T. SCHUMM, J.S. Co-teaching: A different approach to inclusion. *Principal*, v.79, 2000. p. 48-51.
- KASTRUP, V.; PASSOS, E.. Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 25, n. 2, p. 263–280, maio 2013.
- LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20–28, jan. 2002.

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação PPGEDU/UFF. E-mail: luizabasilio@id.uff.br.

[2] Professora do Programa de Pós-graduação em Educação PPGEDU/UFF. E-mail: dmesilva@id.uff.br.

[3] Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: erikaleme@id.uff.br.

“VIDAS NEGRAS IMPORTAM”: IMAGENS E CORPOREIDADES NA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Andreza Cristina Rangel Prevot ^[1]

As reflexões presentes neste trabalho apresentam movimentos teóricos e práticos de pesquisa de doutorado, em andamento, que dentre seus objetivos, busca refletir sobre a formação de professores que *aprendem em si* histórias das relações étnico-raciais com as corporeidades na educação de jovens e adultos - EJA. Azoilda Trindade (2002) nos questiona sobre os corpos que ajudamos a construir como educadores ao tecer indagações sobre como corporeidades negras são vistas nas escolas. Quais imagens dos corpos negros são compartilhadas nas práticas pedagógicas? Corpos *potentes* ou *carentes*? Com Nívea Andrade (2011) assumimos as práticas vivenciadas por professores e estudantes com os cotidianos escolares como *táticas criadoras de currículos*, ou seja, como *táticas*, que segundo Michel de Certeau (2014) podem burlar currículos hegemônicos, e portanto, tensionar currículos silenciadores e discriminatórios das corporeidades negras nas escolas. A metodologia para pensar e pesquisar com as práticas encontra na narrativa a possibilidade de articular as experiências, o *vivido*, às teorias e epistemologias produzidas no campo da educação para relações étnico-raciais. Nesse sentido, o trabalho compartilha, através da narrativa, a experiência de uma prática pedagógica vivenciada na EJA, que em diálogo com as propostas metodológicas de Nívea Andrade e João Guerreiro (2018), se desenvolveu como uma “roda de conversa com imagens”. Nas rodas de conversa, as imagens das corporeidades negras denunciavam a opressão racial e anunciavam possibilidades. Concluímos que o relato da prática contribui para conhecer e refletir *com a escola, com a EJA*, acerca das ausências, silenciamentos e discriminações que ainda moldam currículos e formam professores, e, possibilita conhecer resistências e fabulações, experimentadas por professores e estudantes, na criação de currículos antirracistas.

Palavras chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Antirracista. Corporeidades.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Nívea M. da S. Práticas escolares como táticas criadoras: os praticantes nas tessituras de currículos. 2011. 153 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GUERREIRO, João; ANDRADE, Nívea. Pensando a democracia com jovens da Baixada Fluminense: algumas rodas de imagens e outras rodas de conversa. Políticas Culturais em Revista, v. 11, n. 2, p. 79-100, 2018.
- TRINDADE, Azoilda. Do corpo da carência ao corpo da potência: desafios da docência. In: GARCIA, Regina Leite (org.) O corpo que fala dentro e fora da escola. Rio de Janeiro: DP & A, 2002. p. 65- 88.

^[1] Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Federal Fluminense, na linha de pesquisa Estudos do Cotidiano e Educação Popular. andrezaprevot@id.uff.br.

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA HORTA PEDAGÓGICA E AGROECOLÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL CARIOCA

Yayenca Yllas ^[1]
Heloisa Tozato ^[2]
Heloisa Firmo ^[3]
Ana Lúcia Vendramini ^[4]

O projeto, realizado em colaboração com a Escola Municipal Pedro Ernesto no Rio de Janeiro, teve como objetivo evidenciar a potencialidade da horta escolar como espaço ecopedagógico de ensino-aprendizagem. Sua abordagem, centralizada na pesquisa-ação, foi complementada pela observação participante e por rodas de conversa, durante o projeto de mestrado em Tecnologia para o Desenvolvimento Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/NIDES). Iniciada em maio de 2021, a pesquisa se estenderá até dezembro de 2023. Até o momento, envolveu diretamente 350 estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, 11 docentes regentes de turma, a equipe da gestão pedagógica, merendeiras, pessoal de manutenção, colaboradores e 1 pesquisadora. As práticas ecopedagógicas foram baseadas no planejamento dialógico ecopedagógico (Yllas *et al*, 2023a), promovendo a integração entre a horta, as salas de aula, o laboratório de Ciências, o refeitório, a sala de leitura, a sala de recursos inclusivos, o laboratório tecnológico e os lares das crianças. Além de cultivar vegetais acompanhando seus ciclos de vida, a horta estimulou o desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial das crianças. Promoveu ações coletivas contextualizadas e sustentáveis, fortalecendo o sentimento de pertencimento na comunidade escolar por meio da aprendizagem significativa (Yllas *et al*, 2023b). Ao longo da investigação, foram produzidos diversos resumos para congressos, vídeos institucionais, banners e artigos científicos, que foram compartilhados com a comunidade escolar. Isso promoveu a apropriação coletiva do projeto, gerando memória institucional e enriquecendo a educação pública carioca. A metodologia utilizada poderá servir como fonte de inspiração para outras instituições de ensino, plantando a semente do pensamento crítico em um território fértil para reflexões que vão além dos muros da escola.

Palavras-chave: Ecopedagogia. Educação Ambiental Crítica. Escola Pública.

Referências Bibliográficas

YLLAS, Yayenca; TOZATO, Heloisa; VENDRAMINI, Ana Lucia; FIRMO, Heloisa. Contribuição do Planejamento Dialógico na Construção de Escolas Democráticas Rumo à Cidadania Planetária. SciELO Preprints, 2023a. Disponível em: <https://tinyurl.com/yllas2023a>. Acesso em: 4 jun. 2023.
YLLAS, Yayenca; TOZATO, Heloisa; FIRMO, Heloisa. DO ESPAÇO AO LUGAR: a horta escolar como elemento chave para o estímulo ao sentimento de pertencimento no ensino formal. Revista Espaço do Currículo, v.16, n. 2, p. 1-16, 2023b. ISSN1983-1579. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/67263>

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social. Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil. (yayenca@gmail.com).

[2] Doutora em Geografia. Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Territorialidade e Sociedade, IEA-USP, São Paulo, Brasil. (htozato@gmail.com).

[3] Doutora em Planejamento Energético. Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES-UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. (hfirmo@poli.ufrj.br).

[4] Doutora em Bioquímica. Núcleo Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES-UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. (alvendra@eq.ufrj.br).

A PRÁXIS EM PAULO FREIRE E BELL HOOKS: REFLEXÕES PARA PENSAR UM FEMINISMO DECOLONIAL

Maira Rocha Figueira ^[1]

Sendo o diálogo um ponto fundamental na obra de Paulo Freire, considero fundamental aqui também fazer o diálogo com outras ideias que ampliam a teoria de Freire, personificado no presente trabalho com a figura da autora bell hooks. bell hooks (2017) considera Paulo Freire como mentor e guia, alguém com quem se identifica por compreender que o aprendizado pode ser libertador. Fortemente identificada com os camponeses marginalizados que Freire aborda, hooks conseguiu encontrar na obra de Freire uma linguagem política para formular esse processo. Para Freire (1978), transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. Essa transformação não vai se dar ao acaso, para isso é necessária a práxis, que é reflexão e ação (ação=inserção crítica) dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem a práxis, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Dessa forma, a pedagogia do oprimido é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação. Temos na práxis um ponto de convergência marcante entre Freire e hooks. Na trajetória de hooks (2017), ela descreve essa necessidade de alcançar a libertação por meio da práxis. Dessa forma, a teoria é para bell uma prática libertadora, pois se tornou uma experiência vivida de pensamento crítico, reflexão e análise, uma forma de tentar entender o que estava acontecendo e imaginar futuros possíveis. “Quando nossa experiência vivida de teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática.” (HOOKS, 2017, p. 85-86) Nesse sentido, Freire (1978) coloca que a participação do oprimido “não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis” (p. 56).

Palavras-chave: Práxis. Feminismo. Diálogos.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 6ª edição
HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017

[1] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense. mairafigueira@id.uff.br.

ACESSIBILIDADE DIGITAL: PODERIA A ÉTICA HACKER PRODUZIR ESPAÇOS/TEMPOS SENSÍVEIS A INCLUSÃO?

Maria Paula Magalhães ^[1]
Dagmar de Mello e Silva ^[2]
Helen Ferreira ^[3]

Essas reflexões são fruto da pesquisa, em andamento: “Acessibilidade Digital e Inclusão: O que podemos aprender com a ética hacker?”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF) por Maria Paula Magalhães (mestranda), sendo orientada pela professora Dagmar de Mello e Silva e co-orientada pela professora Helen Ferreira. Destacamos, neste estudo, a importância do acesso livre à informação para a democratização da sociedade. No contexto da cibercultura, em que as informações invadem o nosso cotidiano, intencionalmente ou não, se faz necessário pensar se os espaços/tempos da cibercultura estão atingindo a todos ou promovendo mais segregação e desigualdade. É fato que a internet e as Tecnologias Digitais facilitaram o acesso ao conhecimento, possibilitando novas formas de ensino-aprendizagens, mas esse acesso, sem uma reflexão ética, pode ser perigoso e excludente. Dessa forma, pensamos no importante papel da escola na formação de cidadãos críticos, reflexivos e inclusivos. Nos apoiamos em interlocutores como Pekka Himanen (2001), Pretto (2017), Lèvy (1999), Virginia Kastrup (2010), entre outros, para pensarmos a respeito de uma ética Hacker, conceito que defende que a cultura digital deva ser um espaço aberto de livre acesso e compartilhamento de conhecimentos. Compreendemos, também, a escola como um espaço/tempo potente para fomentar a cultura da inclusão, produzindo novos modos de pensar e agir que promovam o respeito à diversidade, a diferença e a pluralidade de existências. Sob estas perspectivas, através do método cartográfico, que tem como um de seus fundamentos a pesquisa intervenção, foram elaboradas dez oficinas de sensibilização em relação à responsabilidade de tornar acessível a todos, aquilo que produzimos e compartilhamos nas redes digitais. Tais oficinas estão em processo de desenvolvimento com uma turma de 7º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de Niterói. Nosso objetivo consiste, através dessas oficinas, sensibilizar os estudantes a um olhar mais inclusivo, analisando os conteúdos que são veiculados nas redes digitais, tornando-os mais acessíveis, para que possamos formar agentes multiplicadores de práticas sociais mais inclusivas.

Palavras-Chave: Inclusão. Acessibilidade Digital. Ética hacker.

Referências Bibliográficas

- HIMANEN, Pekka. A ética dos hackers e o espírito da era da informação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. 3a. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010
- PRETTO, Nelson de Luca. Educações, culturas e hackers: escritos e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2017.

[1] Mestranda em educação do PPGE-UFF. E-mail: mpgmagalhaes@id.uff.br.

[2] Professora Doutora da Faculdade de Educacao da UFF. E-mail: dag.mello.silva@gmail.com.

[3] Professora Doutora da Faculdade de Educacao da UFF. E-mail: helenpereiraferreira@gmail.com.

ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE MATEMÁTICA PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS E SUA EFETIVAÇÃO NO COTIDIANO ESCOLAR

Márcia Lucas de Oliveira ^[1]
Adriano Vargas Freitas ^[2]

Este resumo se trata de um recorte da minha pesquisa de doutorado. Pesquisa empírica de cunho qualitativo em quatro municípios da região metropolitana do RJ, nos quais serão escolhidas duas escolas municipais. As situações problema que nortearam a pesquisa foram: existe um currículo de Matemática diferenciado para a EJA? Se existe, como foi construído? Com qual periodicidade esse currículo é construído e/ou revisado? Quem participa e/ou participou e de que forma, da elaboração deste currículo? Esse currículo é utilizado pelos professores no cotidiano da EJA? As diferentes formas de participação na construção do currículo de Matemática, podem resultar em diferentes formas de sua efetivação na escola? O Objetivo geral é analisar o processo de construção do currículo de Matemática da EJA, do Ensino Fundamental II, em oito escolas municipais localizadas nos municípios de São Gonçalo, Niterói, Maricá e Itaboraí, e sua efetivação no cotidiano desta modalidade de ensino. Tendo como objetivos específicos: analisar de que forma acontece o processo de construção do currículo de Matemática do segundo segmento da EJA; verificar se há participação dos docentes nesta construção; analisar como se efetiva o currículo oficial no cotidiano da EJA destas redes municipais; analisar as diferenças existentes entre o currículo oficial de Matemática e o currículo real das unidades de ensino nesta disciplina. Como metodologia serão analisados os guias curriculares da EJA dos municípios pesquisados, bem como visitas *in loco* para aplicação dos questionários e realização das entrevistas semiestruturadas junto aos gestores municipais responsáveis pela elaboração do guia curricular, professores da EJA e equipe técnica das escolas pesquisadas. Como referencial teórico utilizei D' Ambrosio (2016), Freire (2011) e outros. A análise dos dados será feita pelo método de Análise Textual Discursiva (ATD). Trata-se de uma pesquisa em andamento e, portanto, ainda não é possível apresentar resultados.

Palavras-chave: Currículo. EJA. Matemática.

Referências Bibliográficas:

D'AMBROSIO, U. Educação para uma Sociedade em Transição. 3. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

[1] Doutoranda em Educação, Universidade Federal Fluminense, marcia.marciocuesta@gmail.com.

[2] Doutor em Educação Matemática, Professor da Faculdade de Educação da UFF, adrianovargas@id.uff.br.

APONTAMENTOS SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA OBRA DE PAULO FREIRE

Valéria Pereira Silva ^[1]

Claudia Maria Costa Alves de Oliveira ^[2]

O presente trabalho parte de um debate sobre a concepção de extensão universitária e o pensamento de Paulo Freire, buscando reafirmar que sua obra marca uma inflexão neste campo, que passa a assumir posições sociais mais críticas e comprometidas com interesses de grupos populares enquanto sujeitos ativos na construção do conhecimento. Temos como objetivo trazer apontamentos sobre a obra de Freire que se relacionam com o conceito e com a prática da extensão universitária atual. Para tanto, nos debruçamos sobre a produção do autor na década 1960, com especial enfoque ao período em que foi diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC/UR), considerando ainda diferentes menções à extensão em sua obra. Realizamos também um breve levantamento histórico da extensão universitária, analisando sua atual concepção no contexto nacional. Desta maneira, entendemos que Freire apresenta os conceitos de extensão e de comunicação, atribuindo ao segundo o potencial de contribuir com processos de conscientização, enquanto o primeiro se caracterizaria como um tipo de invasão cultural. Entendemos que a ausência de uma perspectiva emancipatória e democratizante, bem como a manutenção de uma sociedade profundamente desigual, que não se propunha a romper com as heranças coloniais, faziam com que parte da extensão daquele período cumprisse esse papel. Além de ser “a melhor síntese das aspirações dos movimentos de cultura e educação popular do período” (Favero, 2013, p. 60) a organização do Método Paulo Freire fez diferença para os debates sobre extensão, sua regulamentação e institucionalização posteriores. Atualmente o marco regulatório da extensão universitária carrega concepções freireanas, buscando garantir a construção coletiva do conhecimento a partir da relação entre sujeitos. Por isso, entendemos que, de um lado, a dialogicidade é para Freire a base da prática da liberdade na educação, de outro, a interação dialógica se constitui como a diretriz da extensão universitária que, na atualidade, deve pautar suas ações.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Interação Dialógica. Comunicação.

Referências Bibliográficas

FÁVERO, Osmar. Paulo Freire: primeiros tempos. Em Aberto, v. 26, n. 90, p. 47-62, jul.-dez. 2013.

Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2742/2480>.

FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização – uma nova visão do processo in Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife. v. 4. Recife: Imprensa Universitária, 1962.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Tradução Rosiska Darcy de Oliveira. - [1. ed.] - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2013.

[1] Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Assistente Social e Coordenadora de Extensão no Museu Nacional da UFRJ. E-mail: vpsvaleria@gmail.com.

[2] Doutora em História Social. Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: cmcalves@yahoo.com.

ARANDU MIRIM: A SABEDORIA DAS CRIANÇAS TECENDO PRÁTICAS INSTITUINTES NA EDUCAÇÃO GUARANI MBYA EM MARICÁ

Martinha Mendonça ^[1]
Ana Paula Massadar Morel ^[2]

Este trabalho apresenta as sabedorias das crianças Guarani e como elas orientam práticas instituintes na prática docente na Escola Municipal Indígena Guarani Kyringue Arandua. O Nhemongueta é uma metodologia primordial, operando como lugar de encontro/reflexão onde os Guarani se reinventam a si e às suas realidades através da palavra compartilhada. Nossa proposta é dialogar com os sentidos atribuídos aos movimentos e práticas instituintes para pensar a Educação Escolar Indígena, seus limites e potenciais, refletindo sobre as marcas coloniais e as possibilidades de resistências (LINHARES & HECKERT, 2009). Neste sentido, as práticas instituintes constituem o caminho trilhado por professores com a ampla participação dos estudantes, considerando a sabedoria das crianças e das comunidades, a diversidade e o desconhecimento como parte do processo formativo. A educação para os povos Guarani está presente na construção da pessoa na sua integralidade, o que ultrapassa a educação apenas escolar. Faz-se necessário ressaltar que essa construção do conhecimento está baseada na organização social da aldeia, vinculada ao que denominam família extensa (BENITES, 2015), perspectiva fundante do Mbya reko (modo de ser e viver Guarani) e indispensável para a continuidade da pessoa e do povo Mbya.

Palavras chaves: Educação Indígena. Nhemongueta. Guarani Mbya.

Referências Bibliográficas

BENITES, Sandra. Trabalho de Conclusão de Curso pelo curso de Licenciaturas Indígenas da Universidade Federal de Santa Catarina. Nhe'ê, reko porã rã: nhemboea oexakarê Fundamento da pessoa guarani, nosso bem-estar futuro (educação tradicional): o olhar distorcido da escola. 2015.
LINHARES, Célia; HECKERT, Ana Lúcia. Movimentos instituintes nas escolas: afirmando a potência dos espaços públicos de educação. Revista Aleph, n. 12, p. 5-12, set. 2009.

[1] Mestre em Educação pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FFP UERJ. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense – UFF. mmartynha@id.uff.br.

[2] Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). anamorel@id.uff.br.

AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA EMANCIPAR MULHERES DA EJA EM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS

Lilian Regina Araujo dos Santos ^[1]

Adriano Vargas Freitas ^[2]

As estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) acima de 30 anos representam 58,9% das matrículas da modalidade (INEP, 2022). Ao buscarem atender às múltiplas demandas do cotidiano, elas se veem obrigadas a abrir mão da retomada dos estudos, por não receberem o apoio d@s parceir@s, com @s quais algumas vivem relacionamentos verdadeiramente abusivos. O presente estudo, desenvolvido em uma escola estadual do subúrbio do Rio de Janeiro, analisa as contribuições da Educação Financeira para a emancipação de mulheres estudantes da EJA em situação de dependência socioeconômica. Para tanto, promoveu-se uma palestra sobre o tema na escola, seguida de debate. Em seguida, foram realizadas entrevistas com 10 alunas presentes no evento, nas quais investigava-se a existência de relacionamentos abusivos, e se estas consideravam a Educação Financeira um caminho para sua superação. Todas afirmaram viver ou já terem vivido em um relacionamento abusivo. 80% delas declararam já ter sofrido algum tipo de violência doméstica, enquanto 20% apoiaram amigas que já vivenciaram esta situação. Por fim, a despeito do nível de reconhecimento de sua condição, 50% delas consideraram a escolarização e, mais especificamente, a Educação Financeira, importantes estratégias para a emancipação.

Palavras-chave: Educação financeira Escolar. EJA. Mulheres.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023.
SILVA, A. M.; POWELL, A. B. Um Programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In: Encontro Nacional de Educação Matemática, 11., 2013, Curitiba. Anais... Curitiba, PR, 2013.

^[1] Mestra em Educação Matemática, doutoranda UFF, lilirearaujo@gmail.com.

^[2] Doutor em Educação, docente UFF, adrianovargas@id.uff.br.

AS VOZES NA PESQUISA: REFLEXÕES ACERCA DOS SABERES TRADICIONAIS DO CARIMBÓ

Jully Anne Almeida Lima ^[1]
Zuleide Simas da Silveira ^[2]

De acordo com Thompson (1992, p.10) “a história sobrevive como atividade social apenas por ter hoje um sentido para as pessoas. A voz do passado tem importância para o presente. Mas de quem é a voz – ou de quem são as vozes – que se deve ouvir?”. Assim, entendemos que compreender manifestações culturais como o Carimbó, consiste em escutar as vozes que possam contribuir com uma construção histórica socialmente mais consciente e democrática. Nesta perspectiva, o objetivo desta pesquisa é dar ênfase às experiências sociais e para isto realizamos entrevistas do tipo semiestruturadas com cinco Mestres atuantes no Carimbó de Icoaraci, Distrito do Município de Belém, no Pará. As narrativas trouxeram descrições detalhadas do contexto cultural e das relações entre carimbozeiros de diferentes gerações, nos situando acerca do espaço-tempo e trazendo resultados como o conhecimento a respeito da formação musical dos Mestres, que é desprendida da formalidade do ensino, mas não escapa da educação que acontece nos espaços informais (Brandão, 1981), que podem ser as casas familiares, os barracões das festividades ou as rodas de Carimbó, levando em consideração as interações educativas que permeiam as dinâmicas das relações sociais. É através da tradição oral, da observação, do contato com os “mais velhos” e das vivências, que os Mestres aprendem a tocar, dançar, compor e confeccionar instrumentos artesanais. Na continuidade de seus aprendizados, através do trabalho que continuam desenvolvendo, com suas letras de músicas, oficinas ministradas e contato com os “mais novos”, os Mestres revelam saberes tradicionais que mostram a potência didática do Carimbó e subvertem a lógica hegemônica que possui uma hierarquia de saberes e inferioriza os conhecimentos populares. Em relação a esse trabalho desenvolvido pelos Mestres para a socialização dos saberes chamamos de “desdobramentos práticos” (Fernandes, 1989, p.25), exigidos por uma consciência crítica que não deve ficar na inércia.

Palavras-chave: Carimbó. Cultura Popular. História Oral.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1981.
FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez, 1989.
THOMPSON, Paul. A voz do passado: História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

^[1]Mestra e doutoranda em Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: alimajully@gmail.com.

^[2]Doutora em Educação. Professora na Faculdade de Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: zuleidesilveira@gmail.com.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FAVELA: CAMINHOS PARA UMA PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA

Vitória Santos de Oliveira ^[1]

Este estudo se trata de uma pesquisa-ação realizada através da elaboração e implementação de oficinas de educação ambiental para crianças e adolescentes moradores das favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, no Rio de Janeiro. O objetivo principal desta pesquisa, para além da difusão de conceitos e exposição de conteúdos acerca do desenvolvimento sustentável, se caracteriza na possibilidade de abordar princípios da pedagogia histórico-crítica através da educação popular. Acredita-se que a educação ambiental, aplicada de forma sistemática e processual, seja uma ferramenta de transformação da realidade quando dirigida com posicionamento crítico. Bezerra e Santos (2017), pontuam que a educação ambiental deve ser aplicada de forma transversal, visto que os sujeitos são, também, parte integrante do meio ambiente, por isso, não deve se restringir ao ensino em Ciências, mas deve estar presente de maneira interdisciplinar e estar alinhado ao projeto político pedagógico da instituição. Tratando-se de territórios periféricos marcados pelas diversas expressões da desigualdade social, a educação assume seu potencial conscientizador trazendo à tona a dimensão política implícita ao processo pedagógico. Toda prática educativa deve estar ancorada em um escopo teórico-metodológico bem alinhado à intencionalidade das ações. Buscou-se na literatura de Paulo Freire (2014) os pressupostos teóricos da educação popular que concretizam a dimensão teleológica desta pesquisa. A pedagogia libertadora de Freire se inscreve não apenas nas práticas didáticas no ensino, mas como uma direção política que aponta para a emancipação humana através da educação. Como principal resultado pudemos notar uma melhor compreensão dos jovens acerca dos fatores determinantes na preservação ambiental e sua relação direta com a saúde pública e manutenção da qualidade de vida na comunidade.

Palavras-chave: Educação ambiental. Educação Popular. Sustentabilidade.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Danielle Barbosa; DOS SANTOS, Adriana Cavalcanti. Impactos ambientais no ensino de ciências: (re)leitura e saberes na educação de jovens e adultos. Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, v. 7, n. 14, 2017.
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Editora Paz e Terra, 2014.

[1] Graduada em Serviço Social e mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: tec.vitoria@gmail.com.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PRECONCEITO: EXPERIÊNCIAS NA ESCOLA PÚBLICA

Rita de Cássia Galvão Pavan ^[1]

Valdelúcia Alves da Costa ^[2]

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a educação inclusiva e a manifestação do preconceito na escola pública à luz da Teoria Crítica da Sociedade, por intermédio das experiências docentes quanto à violência escolar, à educação inclusiva e às barreiras à aprendizagem, que corroboram à manifestação do preconceito contra estudantes com deficiência. Este estudo decorre da identificação das causas que permitem esta violência na escola durante a realização de um projeto de pesquisa, resultando na monografia de graduação, na Iniciação Científica e no curso de mestrado em desenvolvimento, tendo como *lócus* uma escola federal, com a participação de professores de sala de aula inclusiva do Ensino Fundamental, e a coordenação pedagógica. Os instrumentos de coleta de dados foram: questionário de caracterização da acessibilidade arquitetônica, pedagógica na escola; entrevista semiestruturada para identificação do que pensam os professores a respeito do preconceito. Os resultados obtidos na monografia; na iniciação científica revelaram avanços quanto ao enfrentamento do preconceito contra estudantes com deficiência, mesmo considerando os limites da educação, sobretudo devido à “Forma padronizada de educação, quando a escola impõe seu poder por meio de uma cultura única que se volta à homogeneização dos estudantes”. (ADORNO,2000, p.141). Observou-se que “A educação inclusiva altera a estrutura e o funcionamento da escola, tendo em vista uma política pedagógica que contemple a todos” (CROCHICK & CROCHICK, 2017, p.42), adotando ações pedagógicas e atitudes docentes centradas nos Direitos Humanos para democratização da educação e a experiência entre estudantes (com e sem deficiência), como antídoto à violência do preconceito contra estudantes com deficiência na escola pública.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Preconceito. Escola Pública.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T. W. Educação e Emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
CROCHICK, J. L.; CROCHICK, N. *Bullying*, preconceito e desempenho escolar: uma nova perspectiva. São Paulo: Benjamin Editorial, 2017.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFF). Bolsista CAPES. Pedagoga pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Grupo de Pesquisa (CNPq): ‘Formação, Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Violência Escolar’. Ex-bolsista de Iniciação Científica (CNPq) do Projeto de Pesquisa (CNPq): ‘Violência Escolar: discriminação, bullying e responsabilidade’. Contato: ritapavan@id.uff.br.

[2] Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF). Atuante na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFF). Coordenadora do Grupo de Pesquisa (CNPq): ‘Formação, Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Violência Escolar’. Coordenadora na UFF do Projeto Pesquisa (CNPq): ‘Violência Escolar: discriminação, bullying e responsabilidade’. Coordenadora do ‘Observatório de Educação: violência, inclusão e direitos humanos’. Contato: valdeluciaalvescosta@id.uff.br.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ARACAJU

Michele Morgane de Melo Mattos ^[1]

Valdelúcia Alves da Costa ^[2]

A educação inclusiva constitui um significativo avanço político no sistema nacional de ensino, visando ao acesso, permanência e participação de estudantes com deficiência, historicamente excluídos e/ou segregados do processo educacional na escola pública. Este trabalho apresenta parte de uma tese de doutorado em andamento, tendo por objetivo central analisar o acesso e as condições de permanência de estudantes com deficiência em escolas de Ensino Fundamental da rede estadual de ensino de Sergipe, tendo como objeto de estudo as condições arquitetônicas, materiais, didático-pedagógicas e curriculares, bem como as atitudes frente à educação inclusiva por intermédio de narrativas docentes e de membros das equipes gestora e técnico-pedagógica sobre a política de educação inclusiva. A pesquisa tem como referencial teórico-metodológico a Teoria Crítica da Sociedade, fundamentando-se nos estudos de Adorno (2021; 2020), Horkheimer (2015) e seus comentadores (Crochík, 2013; 2011; 2006; Costa, 2013), contando com entrevistas com docentes, observação dos espaços escolares e análise dos projetos pedagógicos. Considerando os resultados parciais obtidos, é possível afirmar: (1) o acesso de estudantes com deficiência é assegurado por meio das condições arquitetônicas e materiais das escolas; (2) as(os) participantes reconhecem a importância das condições de permanência de estudantes com deficiência na escola pública como sendo um direito; mas, (3) também destacam os limites do processo de inclusão escolar, (4) bem como a necessidade de apoio à inclusão. Até agora, percebemos que a educação inclusiva, sem deixar de considerar seus limites, é fundamental para oportunizar experiências entre estudantes, com e sem deficiência, para o desenvolvimento humano e social, o autoconhecimento e o fortalecimento de valores universais, como democracia, solidariedade, equidade e justiça.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Estudantes com Deficiência. Escola Pública.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. Indústria Cultural e Sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Tradução: Wolfgang Leo Maar. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2020.
- COSTA, Valdelúcia A. da. Experiências pela Educação – Para quê? Formação e Inclusão na perspectiva da Teoria Crítica. Rev. Educação Especial, Santa Maria, v. 26, n. 46, p. 245–260, mai./ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/8029>. Acesso em: 31 mai. 2023.
- CROCHÍK, José L. Inclusão e Discriminação na Educação Escolar. Alínea: Campinas, 2013.
- CROCHÍK, José L. (org.). Preconceito e Educação Inclusiva. Secretaria dos Direitos Humanos, Presidência da República, Brasília, DF, 2011.
- CROCHÍK, José L. Preconceito, Indivíduo e Cultura. Casa do Psicólogo: São Paulo, 2006.
- HORKHEIMER, Max. Teoria Crítica I: uma documentação. Tradução de Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 2015.

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Membro do Grupo de Pesquisa (CNPq) 'Políticas de Educação: Formação, Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Violência Escolar'. Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: michele_morgane@id.uff.br.

[2] Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuante na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Grupo de Pesquisa (CNPq) 'Políticas de Educação: Formação, Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Violência Escolar'. E-mail: valdeluciaalvescosta@id.uff.br.

EDUFÍLIBRAS: O ESPORTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM LIBRAS

Ingrid Lourenço de Amorim Corrêa ^[1]

Tathianna Prado Dawes ^[2]

Elizandra Garcia da Silva ^[3]

Ao analisarmos a relação dos surdos com o esporte, percebemos sua influência na construção e no fortalecimento das relações sociais da comunidade surda, sendo considerada uma oportunidade de troca de conhecimentos e experiências através da sua língua materna (DI FRANCO, 2021). No contexto educacional, a Libras é uma disciplina curricular obrigatória na formação de professores (BRASIL, 2005), objetivando a diminuição da barreira comunicativa para garantir uma efetiva escolarização de alunos surdos. Contudo, ainda encontramos dificuldades de comunicação nos cursos de licenciatura de Educação Física e em ambiente escolar justamente pelos docentes não possuírem um conhecimento da língua ou terem pouco domínio da mesma. Pupim *et al.* (2016) relatam que devido à Educação Física realizar as aulas em espaços diferenciados, comparado a outras disciplinas, a relação intérprete - aluno surdo se torna deslocada, mencionando situações em que intérpretes ficam afastados ou são dispensados pelo professor que acredita que poderá se comunicar com o aluno surdo através de gestos e cópias de movimentos. Observando as problemáticas encontradas, o trabalho objetivou a proposta de criação de um glossário de sinais em Libras sobre esportes, no intuito de colaborar com a inclusão dos alunos surdos nas aulas de Educação Física. Foi realizada uma pesquisa em diversas bibliografias com a finalidade de coletar e agrupar sinais existentes da temática esportiva. Os resultados foram tabelados, gravados e disponibilizados através da plataforma Libras Acadêmica da UFF. Apesar da crescente produção de glossários e a sua utilização e difusão em formato digital, ainda encontramos um baixo número de materiais disponíveis. A partir deste material, foi realizado o minicurso EduFíLibras, com o foco na formação de professores. Reconhecendo a importância do esporte nas relações sociais dos surdos e a sua influência na divulgação da Libras, enxergamos a urgência da produção e divulgação desses materiais.

Palavras-chave: Libras. Esporte. Educação Física.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Brasília, 23 dez. 2005.

DI FRANCO, M. A. R. Surdolimpíadas (Deaflympics): histórias e memórias dos esportes surdos no Brasil (1993-2017). 2019. 112 p. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202258>. Acesso em: 02 mar. 2021.

PUPIM, N. L. G. *et al.* A educação física escolar e os alunos surdos. Rev. Acta Brasileira do Movimento Humano, Paraná, v.6, n.2, p.34-53, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/actabrasileira/article/view/3180/2338>. Acesso em: 13 out. 2023.

[1] Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade Federal Fluminense. Especialista em Atendimento Educacional Especializado (AEE) - Unintese. Graduada em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: ingridamorim@id.uff.br.

[2] Doutora em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Pedagogia no Centro Universitário Plínio Leite (UNIPLI). Professora Assistente de Libras na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: tathiannapradodawes@id.uff.br.

[3] Possui Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá, mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, doutorado em Educação na Universidade Federal do Amazonas e pós-doutorado em Educação na Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professora no Instituto de Educação Física da Universidade Federal Fluminense. E-mail: elizandragarcia@hotmail.com.

ENCONTROS MULTIESPÉCIES: (RE)IMAGINANDO UMA EDUCAÇÃO MAIS QUE HUMANA NAS CIÊNCIAS

Mayra Velloso Correa ^[1]
Luiza Dantas Benttenmüller Amorim ^[2]

Atualmente, testemunhamos um profundo desequilíbrio biogeofísico do planeta, o qual vem tomando proporções cada vez mais catastróficas e, em grande parte, irreversíveis (DANOWSKI, 2019). São tempos que nos colocam frente a questões sem soluções, e vem carregados, portanto, de profundas incertezas e medos em relação ao futuro da Terra, da “natureza” e dos seres que a habitam. Porém, Latour (2020) nos diz que: “se a natureza se transformou em território, não faz mais sentido falar em ‘crise ecológica’, em ‘problemas de meio ambiente’, em questão de ‘biosfera’ a ser recuperada, salva, protegida. O desafio é muito mais vital, mais existencial” (p. 17). Isso significa que o colapso ecológico também põe em jogo as relações que construímos com seres humanos e não-humanos, fazendo-nos (re)pensar sobre os modos de existência que exibimos diante da catástrofe. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo discutir, no contexto da educação em ciências e biologia, como as temáticas envolvendo o colapso ecológico podem ser abordadas através de exercícios fabulativos de escrita que provoquem vislumbres de outros futuros possíveis para o mundo. Inspiradas por Tsing (2019), que estuda as artes de viver em um planeta degradado, buscamos ocupar “as margens e interstícios das ciências e das paisagens arruinadas no Antropoceno” (p. 11), convocando as regiões abastadas da imaginação e experimentando a criação de novos mundos. Como pisar no terreno das ruínas evocando outras formas de pensar, sentir e criar? Como abrir mão de soluções “fáceis” para criar com os não-humanos? Despret (2022) vai nos dando pistas de como podemos construir ciências mais plurais e mais abertas a outras narrativas. Portanto, neste trabalho, pensamos em propostas de escritas fabulativas multiespécies que não se centralizem em demandas humanas e movimentem o pensamento (SILVA; ESTEVINHO, 2023), abrindo brechas para resistir aos tempos catastróficos que emergem.

Palavras-chave: Educação em Ciências. Fabulação especulativa. Escritas multiespécies.

Referências Bibliográficas

- DANOWSKI, Déborah. Mundos sob os fins que vêm. In: DIAS, Susana Oliveira; WIEDEMANN, S.; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues (orgs.). Conexões: Deleuze e Cosmopolíticas e Ecologias Radicais e Nova Terra e... Campinas: ALB/FE/UNICAMP, 2019. p. 85-96.
- DESPRET, Vinciane. Autobiografia de um polvo. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022. 160p.
- LATOUR, Bruno. Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 160p.
- SILVA, Roberta Paixão Lelis; ESTEVINHO, Lúcia de Fátima Dinelli. Uma biologia mais que humana. Revista ClimaCom, ano 9, n. 23. 2022. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/uma-biologia/>. Acesso em 25 out. 2023.
- TSING, Anna Lowenhaupt. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno. Brasília: Mil Folhas, 2019. 284p.

[1] Licenciada e bacharela em Ciências Biológicas e mestranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense. E-mail para contato: mayraveloso@id.uff.br.

[2] Licenciada em Ciências Biológicas e mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense. E-mail para contato: luizadbamorim@gmail.com.

ENTRELAÇAMENTOS ENTRE O ANTROPOCENO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: É POSSÍVEL A CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA MULTIESPÉCIE?

Ana Paula Valle Pereira ^[1]

Vivemos em um mundo de catástrofes. Nosso tempo inscreve futuros ecológicos incertos e nos provoca enquanto educadores uma incógnita responsabilidade (HARAWAY, 2016). O que podemos aprender quando lançamos um outro olhar para as espécies que habitam este mundo conosco? A educação perpetuou o excepcionalismo humano colocando os alunos e os professores como seres separados da natureza, objetificada por nós e sendo meramente matéria de nossos estudos curriculares. Esta então, pode ser uma possibilidade importante de prestarmos atenção aos encontros e “nos tornar mais sensibilizados aos modos em como afetamos e somos afetados por outras espécies” (TAYLOR, 2017, p. 10). A aposta é entrelaçar a Educação com um recente campo da Antropologia denominado Estudos Multiespécies. Estes estudos buscam abrir “novas possibilidades de leitura e de escrita a partir de alianças não só com outros grupos humanos, mas com animais, plantas, fungos, microrganismos ou fenômenos climáticos” (PEREIRA, 2018, p. 175). Pensar uma pedagogia a partir e com uma virada multiespécie perpassa entender as relações de interdependência entre os seres. Então, o que pode uma pedagogia multiespécie? Imersa nestas questões abertas experimentamos com uma floresta em São Gonçalo – RJ e com produções artísticas a partir de três atividades: uma trilha atenta às diferentes cores, texturas e tamanho das folhas; um desenho efêmero com materiais coletados no percurso; e desenhos com pigmentos naturais de plantas. A partir de dois encontros com grupos de mulheres e crianças conversamos sobre as interações da floresta entre os seres que ali habitam e com a cidade, entendendo esse espaço e suas interdependências como inspiração metodológica para a tese porvir. A oficina reverberou outros aspectos das plantas, escapando de uma visão utilitarista focada em suas funções e no que elas têm a oferecer aos humanos.

Palavras-chave: Educação ambiental. Antropoceno. Arte e educação.

Referências Bibliográficas

- HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016. 313 p.
- PEREIRA, Thais. Estudos Multiespécies: uma breve análise da teoria e de suas aplicações. *Revista Ensaios*, vol. 13, jul-dez de 2018.
- TAYLOR, Affrica. *Beyond stewardship: common world pedagogies for the Anthropocene*, *Environmental Education Research*. 2017.

[1] Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) - E-mail: anapaulavallepereira@id.uff.br.

ENTRELAÇANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM A EDUCAÇÃO POPULAR: QUE PARADIGMAS PODEM SUSTENTAR UMA PERSPECTIVA CRÍTICA QUE DIALOGA COM A DECOLONIALIDADE?

Juliana Gonçalves Moreira Rezende ^[1]

A construção de caminhos com horizonte decolonial (WALSH, 2017), sugerem práticas teóricas e pedagógicas de ação-reflexão/conscientização. Este trabalho parte de uma perspectiva crítica da Educação Ambiental, a qual rompe com o pensamento do desenvolvimento sustentável que reduz sua função às questões pragmáticas e conservacionistas. Neste aspecto a Educação Ambiental Crítica é um caminho decolonial e dialógico (KASSIADOU, 2018). A dialogicidade também está presente nos fundamentos da Educação Popular, a qual busca a emancipação dos sujeitos via a conscientização de suas situações-limites (FREIRE, 2017). Mediante isto fica proposto investigar *que paradigmas podem sustentar uma perspectiva crítica que dialoga com a decolonialidade?* “As ciências sociais redescobrem o território para falar de seu desaparecimento” (HAESBAERT, 2016), e os movimentos sociais trazem em si, na construção de seus caminhos, conflitos e lutas, saberes que constituem multiterritorialidades de resistências. O colapso ambiental que vivemos, marca da “colonialidade como projeto estruturante da crise ecológica” (SALGADO, 2019) traz novas exigências éticas por parte da Educação Ambiental Crítica em atualizar o debate ao cenário socioambiental atual organizado por emergências de luta e resistência de populações invisibilizadas por um projeto desenvolvimentista. Essa mudança na forma de abordar a questão ambiental a partir das lutas e dos movimentos sociais no contexto latino-americano aponta para outras formas de pensar. Neste aspecto, o objetivo deste estudo é compreender como a decolonialidade se caracteriza como um questionamento e uma energia subversiva ao pensamento dominante ligado ao capitalismo, refletindo na “desobediência epistemológica” (MIGNOLO, 2008) que os saberes populares trazem. Para isto o levantamento de referencial bibliográfico é a metodologia deste presente estudo que serve para contribuir no arcabouço teórico fundamental à minha dissertação de mestrado que está em construção.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educação Popular. Decolonialidade.

Referências Bibliográficas

- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2017.
- HAESBAERT, R. As ciências sociais redescobrem o território para falar do seu desaparecimento. In: _____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. p. 26-34.
- KASSIADOU, A. Educação ambiental crítica e decolonial: reflexões a partir do pensamento decolonial latino-americano. In: KASSIADOU, A; SANCHEZ, C; CAMARGO, D. R; STORTTI, M. A, e COSTA, R. N. Educação ambiental desde el sur. Macaé: Editora NUPEM, 2018. p. 25-42.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade, traduzido por Ângela Lopes Norte, nº 34, p. 287-324, 2008.
- SALGADO, S. D. C. A colonialidade como projeto estruturante da crise ecológica e a educação ambiental desde el sur como possível caminho para a decolonialidade. Revista Pedagógica, Chapecó, v.21, p. 597-622, 2019.
- WALSH, C. Entretejiendo lo pedagógico y lo decolonial: luchas, caminos y siembras de reflexión-acción para resistir, (re) existir y (re) vivir. Colômbia: Alternativas. 2017.

[1] Professora de Geografia pela UERJ/FFP, especialista em Educação, Trabalho e Cultura, e mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação da UFF. Email: jurezende@id.uff.br.

ESTUDO DA ARTE: INTERSECCIONALIDADE EM LÉLIA GONZALEZ E PATRÍCIA HILL COLLINS

Neuza Maria Sant' Anna de Oliveira ^[1]

Pensando nos impactos de diversas opressões na vida das mulheres negras, realizamos uma busca no banco de dissertações e teses da CAPES, utilizando a seguinte palavra chave "interseccionalidade". Inicialmente, desejávamos buscar teses e dissertações com a temática dentro do período de 2019 a 2022. Entretanto, o site não apresenta dados do ano de 2019. Por essa razão a pesquisa se deu no período de 2020 a 2022. Considerando o período determinado, buscamos por teses e dissertações dentro da área de Ciências Humanas e Educação. Foram encontrados doze trabalhos com a palavra eleita para pesquisa. Desse total, dez foram dissertações e apenas duas teses; 2021 foi o ano que reuniu o maior número de pesquisas, seis ao total; em 2020 foram encontrados quatro estudos e em 2022 apenas duas publicações, contendo a palavra pesquisada no título e/ou palavras chaves. Após o levantamento de dados, realizamos o rastreamento das referências bibliográficas e apenas sete utilizavam as autoras que priorizo na minha bibliografia; dentro deste universo, três utilizaram ambas as autoras, três utilizaram apenas Patrícia Hill Collins (2019), e apenas um utilizava somente Lélia Gonzalez (2020). Dentro do período pesquisado, não encontramos nenhuma pesquisa que utilizava o conceito interseccionalidade e militância e/ou coletivos nos resumos. Ou seja, dentro do período e dos critérios utilizados para a pesquisa, não foi possível encontrar teses e dissertações que dialoguem com as ideias de Gonzalez e Collins dentro da temática mulheres negras, coletivos e interseccionalidade. Por esta razão, esta discussão é de extrema importância dentro da área de educação, uma vez que os coletivos e as formas de opressões que mulheres negras vivenciam, não podem ser negligenciadas dentro do campo de formação.

Palavras chaves: Estudo da arte. Interseccionalidade. Mulheres Negras.

Referências Bibliográficas

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-Latino-Americano . Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

[1] Doutorando pelo PPGEDU- UFF, Professora Assistente do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ). E-mail: neuka20@yahoo.com.br.

FAZERES E SABERES DE ARTESÃS COM O CAPIM DOURADO DO QUILOMBO DE RAIZ – PRESIDENTE KUBITSCHEK/MG

Kyrleys Pereira Vasconcelos ^[1]
Maria Cecília de Castello Branco Fantinato ^[2]

Esta é uma pesquisa de doutorado em andamento com artesãs do Quilombo de Raiz localizado no município de Presidente Kubitschek, em Minas Gerais, que tem como objetivo descrever e analisar os processos de fazeres e saberes protagonizados por elas ao longo do artesanato com o capim dourado. Para realizar a nossa análise, mobilizaremos os seguintes referenciais teóricos: cultura e etnomatemática Geertz, (2008; 2009); Certeau, (2008); Laraia (2009); D'Ambrosio (2001; 2012; 2018); Vergani (2002); Barton (2004), Knijnik (2004; 2006; 2009), entre outros, aqueles que discutem Comunidade de prática Lave & Wenger (1991); Wenger (2008) e aos processos informais de aprendizagem Chamoux (1978; 1981), Lave & Wenger (1993); Greenfield (1999); De Vargas (2009) Mafra (2022), Fantinato (2016). Como orientação metodológica propõe-se uma abordagem etnográfica e História Oral, que trabalha e faz uso de fontes orais, coletadas por meio de entrevistas. Vislumbramos utilizar como técnicas de pesquisa: a observação participante, com a gravação em áudio e vídeo da confecção dos artesanatos produzidos na associação, diário de campo, fotografias e realização de entrevistas por meio da História Oral com as artesãs. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, ainda não temos resultados. Neste momento, um estudo bibliográfico sobre a Etnomatemática, Cultura e processos informais de aprendizagem está sendo feito e aguardamos a resposta do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para darmos início a pesquisa de campo. Pretendemos contribuir com a compreensão dos modos de fazer e saber da tradição quilombola e refletir possibilidades e desafios no trabalho pedagógico frente às práticas cotidianas das artesãs e a matemática escolar.

Palavras-chave: Cultura e Etnomatemática. Artesãs quilombolas. Fazeres e saberes.

Referências Bibliográficas

- BARTON, Bil. Dando sentido à etnomatemática: etnomatemática fazendo sentido. In: RIBEIRO, José Pedro Machado; DOMITE, Maria do Carmo de Santos; FERREIRA, Rogério. (Orgs). Etnomatemática: papel, valor e significado. São Paulo: Zouk, 2004. p. 39-74
- CERTEAU, Michel de. A Cultura no Plural. 5°. ed. São Paulo: Papyrus. 2008
- CHAMOUX, Marie Noelle. La Transmission des SavoirFaire: un objet pour l'ethnologie des techniques? Techniques & Culture, v. 1, n. 54/55, p. 139-161, 2010.
- CHAMOUX, Marie Noelle. Les Savoir-Faire Techniques et Leur Appropriation: le cas des Nahuas du Mexique'. L'Homme, v. 21, n.3, p. 71-94, 1981
- D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. Um enfoque transdisciplinar à educação e à história da matemática. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho. Educação Matemática em movimento. 4ª ed, São Paulo: Cortez, 2012.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática, justiça social e sustentabilidade. Estudos Avançados, São Paulo, v. 32, n.94, 2018.

[1] Doutoranda em Educação pelo PPG Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF.E-mail: kyrleys.vasconcelos@id.uff.br.

[2] Doutora em Educação. Docente do PPG Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: mc_fantinato@id.uff.br.

- DE VARGAS, Sonia Maria. Estratégias não-escolares de ensino-aprendizagem e formação de professores da EJA. (In) Maria Cecília de Castello Branco. Fantinato (Ed.), *Etnomatemática: novos desafios teóricos e pedagógicos*, p. 193-201. Niterói: Editora da UFF.2009
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GREENFIELD, Patricia Marks (1999). Cultural change and human development. In E. Turiel (Ed.), *Development and Cultural Change: Reciprocal Processes*. *New Directions in Child Development*, 83, 37-60. San Francisco: Jossey-Bass.
- KNIJNIK, Gelsa. *Etnomatemática e Educação no Movimento Sem Terra*. In: *Etnomatemática, currículo e formação de professores*. KNIJNIK, Gelsa; WANDERER, Fernanda; OLIVEIRA, Cláudio José (Org.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 219-238.
- KNIJNIK, Gelsa. *Cultura, currículo e matemática oral na educação de jovens e adultos*. In: MENDES, Jaqueline Rodrigues; GRANDO, Regina Célia (Org). *Múltiplos olhares - Matemática e produção do conhecimento*. São Paulo: MUSA, 2006, p. 31-47
- KINIJNK, Gelsa. *Pesquisa em Etnomatemática: apontamentos sobre o tema*. FANTINATO, Maria Cecília de Castello Branco. *Etnomatemática: novos desafios teóricos e pedagógicos*, p. 193-201. Niterói: Editora da UFF.2009
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 21. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2007.
- LAVE, Jean. *Cognition in Practice: Mind, mathematics and culture in everyday life*. Cambridge USA: Cambridge University Press. 1988
- LAVE, Jean; Wenger, Etienne. . *Situated learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge, USA: Cambridge University Press. 1991
- MAFRA, José Ricardo e Souza; FANTINATO, Maria Cecília. *Artesãs de Aritapera/PA: técnicas e processos em uma perspectiva Etnomatemática*. *Revista Latino-americana de Etnomatemática*, v.9, n 2, 2016, p.180-201. Disponível em: <https://www.revista.etnomatematica.org/index.php/RevLatEm/article/view/305>. Acesso em: 20 mar. 2022
- VERGANI, Teresa. *Matemática & Linguagens*. Lisboa: Pandora, 2002.
- WENGER, Etienne. *Communities of Practice: learning, meaning and Identity*. Cambridge, USA: Cambridge University Press. 1998.

FORMAÇÃO DOCENTE, GÊNERO E SEXUALIDADES: CARTOGRAFANDO AS LICENCIATURAS NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE FEBF UERJ

Carolina Romanazzi Freire ^[1]

Este trabalho objetiva analisar como docentes e discentes das licenciaturas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense FEBF- UERJ avaliam os debates sobre gênero e sexualidade em sua formação inicial. A questão nos move, pois muitas expectativas se instalam sobre os sujeitos no momento em que seu sexo biológico é revelado. Estas determinam algo para alguém que sequer veio ao mundo. Todas essas normas que foram ao longo do tempo naturalizadas resultam de convenções sociais que se tornam padrão para os corpos. Conscias que esses debates afetam todas/os num caráter multifacetado tendemos a pensar na seguinte questão: Como essas certezas reverberam na formação inicial das licenciandas e licenciandos? Nossa pesquisa está dividida em três momentos: análise dos currículos, ementas, conversa com docentes da UERJ e com as/os licenciandas/os. Metodologicamente optamos pelas cartografias que são pensadas conforme Kastrup (2009) e conversas com estudantes de períodos iniciais e finais. Como este trabalho é reflexo de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento, não é possível apresentar resultados.

Palavras-Chave: Gênero. Sexualidade. Formação inicial docente.

Referências Bibliográficas

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In.: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Líliliana da. (orgs.) Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

[1] Doutoranda em Educação pelo PPGedu UniRio, carolina.romanazzi@edu.unirio.br.

HISTÓRIA ORAL E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COM PROFESSORES DE HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO LIMITE ENTRE RIO E MINAS

Ivan Luís Marques Maia ^[1]

O Ensino de História na educação básica tem sido objeto de diversas polêmicas, ataques (CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; MULLET, Nilton., 2021) e também investigações e estudos aprofundados, visando ora a sua deslegitimação de suposta tendência de *doutrinação ideológica*, ora seu aprimoramento, fortalecendo a educação crítica e outras políticas públicas pujantes, como o ProfHistória. Os Direitos Humanos, sejam interpretados como “defesa de bandido” ou como essenciais para o aperfeiçoamento da democracia, estão no cerne da questão. Nesse sentido, o Ensino de História na educação básica ainda se configura como lugar privilegiado (ARAÚJO, Cinthia Monteiro de., 2013) para uma educação em direitos humanos numa acepção emancipatória – mesmo sob o avanço de interesses poderosos (SIQUEIRA, T. V., & LAMOSA, R. de A. C., 2023) (BORGES, Beatriz. G1., 2023)? Esta pesquisa pretende investigar a pluralidade de experiências, vivências, práticas e percepções de professores de História em quatro cidades do interior, entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, quando assuntos que sejam direta ou indiretamente tangenciados pelos Direitos Humanos são trabalhados ou surgem espontaneamente durante as aulas de História. Partindo da interpretação intercultural dos Direitos Humanos (CANDAU, 2012) e assumindo o Ensino de História como *entrelugar*, espaço/tempo em que a relação ensinar/aprender História produz-se na articulação de diferenças culturais (ANDRADE & ANDRADE, 2016), optou-se pela metodologia de História Oral para a coleta do material experimental de vida dos entrevistados. Considerando as trajetórias docentes e a história de vida dos professores-colaboradores, a relação experiência, memória e narrativa, articulada com os Direitos Humanos na interface com Ensino de História, potencializa as investigações e proposições a partir do diálogo público e diverso a fim de contribuir para o fortalecimento de políticas públicas e da educação pública no tempo presente.

Palavras-chave: Ensino de História, Educação em Direitos Humanos, História Oral.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Everardo Paiva de; ANDRADE, Nívea. História pública e educação: tecendo uma conversa, experimentando uma textura. In: MAUAD, A.M.; ALMEIDA, J.R.; SANTHIAGO, R. (Orgs.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo – SP: Letra e Voz, 2016. p. 183.
- ARAÚJO, Cinthia Monteiro de. Alianças entre o PNEDH e o ensino de história: concepções docentes sobre as relações entre educação e direitos humanos. In: Educação (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 1, p. 67-73, jan./abr. 2013.
- BORGES, Beatriz. Enem 2023: bancada do agro diz que há cunho ideológico em 3 questões e quer convocar ministro. g1 — Brasília. 06/11/2023 13h35. Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/11/06/enem-2023-bancada-do-agro-pede-anulacao-de-questoes-com-ideologia-e-quer-convocar-ministro.ghtml>>.
- CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. In: Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan-mar. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>>
- SIQUEIRA, T. V. ., & LAMOSA, R. de A. C. . (2023). Novo Ensino Médio e economia comportamental: fundamentos para modelar o comportamento da classe trabalhadora no contexto de crise. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 15(2), 36–56. <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.54767>.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; MULLET, Nilton. Professores e professoras de história são mesmo doutrinadores? (Artigo) In: Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/professores-e-professoras-de-historia-sao-mesmo-doutrinadores/>. Publicado em: 27 jul. 2021. ISSN: 2674-5917.

[1] Mestrando no Programa de Mestrado Profissional ProfHistória da Universidade Federal Fluminense. ivanmaia@id.uff.br.

IDENTIDADE DOCENTE E UMA TRAJETÓRIA MARCADA PELO RACISMO ESCOLAR

Elizabeth de Souza Corrêa ^[1]

O racismo opera no imaginário social e atua em diversos espaços, entre eles no espaço escolar, acadêmico e científico também reforçado nas produções midiáticas e culturais, afirmativa apoiada no trecho de Silvio Almeida, “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo o momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria e pelo sistema educacional” (Almeida, 2021, p.65). Munanga (2005, p.17), ressalta que apesar da complexidade da luta contra o racismo, que demanda diversas frentes de combate, é incontestável que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa fundamental. Sendo assim este trabalho apresenta reflexões sobre como a identidade racial pode influenciar a construção da identidade docente. Através da trajetória de vida da autora, uma docente de Biologia negra. Aqui foram abordados os atravessamentos da identidade étnica relevantes à mulher negra e seu despertar para sua identidade racial. O objetivo foi buscar uma reflexão sobre como a identidade racial pode influenciar a construção da identidade docente. Para essa reflexão utilizei a metodologia e a perspectiva de narrativa autobiográfica. Trazendo o que Delory-Monberger (2012, p.727), diz sobre “um duplo espaço heurístico” ao questionar: “quem entrevista quem na entrevista biográfica?” atribuindo também neste trabalho autobiografia como “escrevivência”, de acordo com Evaristo (2020, p. 30) o termo “em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras”. Ao fim, concluo com o encerramento do trabalho que a vivência e trajetória escolar, marcada pelo racismo, afetam a formação da identidade seja como aluna, pesquisadora e docente.

Palavras-chave: Formação docente. Professora negra. Narrativas (auto)biográficas.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, S. Racismo estrutural. 7. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- DELORY-MOMBERGER, C. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. Tradução Anne-Marie Millon Oliveira e Fernando Scheibe. Revista Brasileira de Educação; Rio de Janeiro, v.17, n. 51, p. 523- 536. 2012.
- EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Org.). Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.
- MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: MEC, 2005.

[1] Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação PPGEDU da Universidade Federal Fluminense. E-mail: escorrea@id.uff.br.

LITERATURA DE AUTORES INDÍGENAS NAS ESCOLAS CARIOCAS: REPRESENTATIVIDADE (E RESISTÊNCIA) DA CULTURA DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

Roberta Kerr dos Santos ^[1]

A palavra “carioca” tem como origem a expressão “kari'oka”, da língua indígena tupi, significando suas partes: “kara'iwa”, para indicar “homem branco”; e “oka”, para referir “casa” (Houaiss, 2009, n.p.). Desse modo, temos a “leitura” da cidade do Rio de Janeiro como “casa do homem branco”. Trata-se apenas de um exemplo do processo de invisibilização das populações indígenas, num movimento de etnocídio, ou seja, “destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição” (Clastres, 2004, p.56). O seu direito à identidade e à integridade cultural versa sobre “não sofrer assimilação forçada ou destruição de sua cultura” (Nações Unidas, 2008, p.8), exatamente o contrário do que vem ocorrendo desde a invasão dos portugueses em território nacional. Na Educação, somente em 2008, a Lei N.º 11.645 (Brasil) recomenda a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial das redes de ensino. E combater os estereótipos que se consolidaram nos livros didáticos (Silva; Grupione, 1995) podem constituir ações de resistência na formação docente. Nessa perspectiva, a partir dos documentos legislativos e teóricos que embasam a questão (Graúna, 2016; Baniwa, 2017), a presente pesquisa objetiva refletir sobre a inserção da literatura de autores indígenas (Dorrigo; Danner; Danner, 2020) nos cursos do componente Língua Portuguesa para o corpo docente carioca como forma de representatividade (e resistência) da cultura dos povos originários. Como processo metodológico, parte de uma prática vivenciada, como pesquisa *estudo de caso*, para alcançar sistematizações enquanto pesquisa *bibliográfica-documental* (Santos, 2009). E como síntese dos resultados, através de uma proposta para o percurso formativo, visa inspirar ações efetivas pelos professores em diversos territórios da cidade, a serem registradas em *e-book* intitulado “Compartilhando Práticas”.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais. Formação de Professores. História da Educação.

Referências Bibliográficas

- BANIWA, Gersen. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. Revista de Educação Pública, v.26, n.62, 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4996>. Acesso em 22 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 22 out. 2023.
- CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2004.
- DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Org.) Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.
- GRAÚNA, Graça. Impressões de leitura do texto literário. São Paulo: Todas as Musas, 2016.
- HOUAISS. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. CD-ROM. SP Editora Objetiva, 2009.
- NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008. Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf. Acesso em 13 nov. 2023.
- SANTOS, Izequias Estevam. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 6ª ed. Niterói, RJ: Editora Impetus, 2009.
- SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONE, Luís Donisete Benzi (Org.). A temática indígena na escola: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: Ministério da Educação, 1995.

[1] Doutora em Educação (UFF); Professora Formadora da Escola de Formação Paulo Freire (SME/RJ); roberta_kerr@hotmail.com.

MEU BAIRRO, MINHA ÁFRICA: PEDAGOGIA DECOLONIAL, EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E RESSIGNIFICAÇÃO DA HISTÓRIA

Marcus Vinicius Rocha Vieira ^[1]

O trabalho apresenta uma experiência antirracista que está sendo desenvolvida na Escola Municipal José Emygdio de Oliveira, em Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, como parte do projeto de mestrado em Ensino de História da Universidade Federal Fluminense. Parto dos estudos do grupo transdisciplinar Modernidade/Colonialidade para problematizar conceitos como patrimônio, memória, e história local, promovendo diálogos dos estudantes com diferentes gerações e com o patrimônio local, a fim de ressignificar espaços e narrativas, fortalecendo identidades a partir das memórias compartilhadas pela comunidade escolar. A projeção é elaborar um espaço de pertencimento na unidade escolar produzido pelos estudantes e protagonizado pelas suas histórias e raízes africanas representadas na Portela, no quilombo Agbara Dudu e na Feira das Yabás. Aposta-se na história local para aproximar a escola da realidade, ofertando sentido ao ensino e ao aprendizado de História e potencializando as leis 10.639/03 e 11.645/08. Para isso, é necessário destacar a história dos sujeitos populares, como afirma Bittencourt. A prática pedagógica antirracista é construída na percepção da colonialidade presente no imaginário e na rotina, desenvolvendo a interculturalidade crítica, conceito explorado por Walsh. Acreditando na construção colaborativa do conhecimento, oferto minha escuta para ouvir vozes capazes de potencializar as legislações reparadoras da Educação Básica. Histórias outras protagonizadas por sujeitos outros que não se calam com a violência do processo colonial, gerando uma dinâmica que desafia o eurocentrismo e inspira permanentes práticas descolonizadoras interdisciplinares.

Palavras-chave: Antirracismo. Decolonialidade. ProfHistória.

Referências Bibliográficas:

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- WALSH, Catherine. "Interculturalidade e decolonialidade do poder. Um pensamento e posicionamento outro a partir da diferença colonial." In *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas*. V. 5, N. 1, Jan-Jul 2019, p. 6-39.
- Sanjay Seth. "Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?" In *História da historiografia*. Ouro Preto, número 11, abril 2013, p. 173-189.

[1] Mestrando em Ensino de História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Educação Básica na rede municipal do Rio de Janeiro e na rede estadual do Rio de Janeiro. Email: marcusprofjr@gmail.com.

MULHERES NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA: PELO DIREITO DAS MULHERES OCUPAREM OS ESPAÇOS QUE QUISEREM NA UNIVERSIDADE

Juliana Silvestre Louven Ferreira ^[1]

Nos últimos anos, as mulheres conquistaram seus espaços na sociedade, onde a sua participação extrapolou o âmbito doméstico e familiar, hoje atuam também como profissionais de diferentes carreiras e assumiram a sua emancipação. Os dados de 2020 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apontam o crescimento do número de doutoras entre os anos de 2013 e 2019, ou seja, em 2013 eram 8315 doutoras tituladas e no ano de 2019 esse número subiu para 13419 mulheres. Apesar do número de mulheres qualificadas em nível de Pós- graduação ser superior que o de homens, a presença feminina vai diminuindo conforme as mulheres sobem de posição em suas carreiras, sobretudo quando ocupam cargos de gestão universitária, onde evidenciamos que a presença de mulheres atuando como reitoras ou Pró-reitoras, é menor que de reitores e Pró- reitores, evidenciando assim que, é no topo que a desigualdade de gênero é acentuada. O objetivo desse trabalho é identificar se a participação das mulheres como Pró- reitoras na UFF ocorre de maneira equitativa em relação aos homens e quais são os fatores limitadores de ingresso, avanço e consolidação da carreira científica e acadêmica das mulheres, contribuindo para aprofundar a análise sobre essas questões complexas que permeiam a carreira acadêmica feminina. Para isso, foi realizada em 2022 a entrevista com a Pró- reitora de Graduação da UFF na época, professora Alexandra Anastácio (in memoriam), em que foi empregada a metodologia de pesquisa narrativa, onde, através do compartilhamento de sua história de vida, foi possível identificar os desafios que ela enfrentou ao longo de sua trajetória acadêmica, conciliando a maternidade com a carreira universitária, trazendo um recorte de gênero para o trabalho. A entrevista apontou desafios enfrentados durante a gestão universitária, evidenciando que a trajetória das mulheres na carreira universitária é baseada numa cultura de “modelo masculino de carreira” (VELHO, 2006) que envolve compromissos de tempo integral para o trabalho, produtividade em pesquisa, relações academicamente competitivas e a valorização de características masculinas que, em certa medida, dificultam, restringem e direcionam a participação das mulheres nesse contexto. Nesse sentido, é fundamental que mulheres sejam inseridas, aumentando a sua participação nesses postos de decisão, desse modo, outras mulheres também poderão participar, diminuindo essa discrepância e falta de representatividade.

Palavras-chave: Gestão universitária. Desigualdade de gênero. Educação.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Mapa da Educação Superior. Brasília, 2020.
VELHO, Léa. Prefácio. In: SANTOS, Lucy Woellner; ICHIKAWA, Elisa Yoshie; CARGANO, Doralice de Fátima (Orgs.). Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento. Londrina: IAPAR, 2006.

[1] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Email: july_bff@yahoo.com.br.

O CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO E A EDUCAÇÃO POPULAR: DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES

Pedro Dumont de Carvalho Silva ^[1]

Em uma era de expectativas decrescentes, onde o horizonte se encurtou e a utopia foi sequestrada por um pragmatismo do possível, parte da nossa imaginação política se restringiu a pensar no menos pior. Nesses tempos em que vivemos, observamos de maneira global, a volta da extrema-direita, as catástrofes climáticas, a pandemia, o acirramento das disputas geopolíticas, etc. Porém, há na agonia do velho mundo um novo sendo parido. No Oriente Médio, mais especificamente no norte da Síria, os curdos – etnia historicamente oprimida na região da Mesopotâmia – protagonizaram uma profunda transformação e sistematização de outro modelo de organização social, a partir da Revolução de Rojava, o Confederalismo Democrático. Impulsionou-se a autonomia do território sobre os pilares da democracia de base, libertação das mulheres e ecologia, trazendo uma nova oxigenação de um futuro digno. O trabalho busca refletir as bases de elaboração do projeto comunal do Confederalismo Democrático em contexto e o processo educativo para a aplicação desse modelo, a partir de revisão bibliográfica e documental. Assim como, evidenciar as aproximações e diferenças de princípios e práticas de Educação Popular no Brasil, tal qual a iniciativa da Teia dos Povos, que através de uma de suas principais lideranças, Mestre Joelson, sinaliza a importância de uma aliança com o povo curdo. Este trabalho esforça-se em contribuir para a construção dessa ponte e expandir a compreensão dos projetos citados na sociedade civil.

Palavras-chave: Autonomia. Confederalismo Democrático. Educação Popular.

Referências Bibliográficas

AYBOĞA, Ercan; FLACH, Anja; KNAPP, Michael. Revolution in Rojava: Democratic Autonomy and Women's Liberation in Syria KUSDISTAN. Londres: Pluto Press, 2016.
BIEHL, Janet. Revolutionary Education in Rojava. New Compass, 2015. Disponível em:
<http://new-compass.net/articles/revolutionary-education-rojava> . Acesso em: 1 de agosto de 2022.

[1] Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: pdumont@id.uff.br.

O TEATRO E O AUDIOVISUAL NA EDUCAÇÃO

Ravelly Machado ^[1]
Luísa Reis ^[2]
Nivia Maria da Silva Andrade ^[3]

Este texto narra a experiência de três professoras e pesquisadoras do campo dos estudos com os cotidianos (2019), com a produção de roteiros produzidos por um grupo de estudantes de uma escola pública da periferia do Rio de Janeiro. A proposta era realizar um filme sobre a Revolução Industrial, mas os/as estudantes fizeram releituras das condições dos trabalhadores a partir das suas referências. Cada grupo ficou responsável por encenar uma parte do processo revolucionário. Neste texto, narramos a experiência da criação de um roteiro criado sobre o tema da expulsão dos camponeses e o cercamento dos campos na Inglaterra, que gerou mão de obra disponível para o trabalho nas fábricas. Na releitura, o cenário inglês deu lugar ao Nordeste do Brasil para denunciar a miséria e a opressão no campo e na cidade. No curta-metragem, trabalhadoras do campo reclamam das longas horas de trabalho sob o sol, enquanto o patrão as escuta. O embate entre elas e o proprietário das terras termina com todas abandonando seus postos ao som de *Romaria*, de Renato Teixeira. Todo o roteiro, figurino e atuação foi de responsabilidade dos/das estudantes. Dialogando com bell hooks (2013), Boal (2010) e Paulo Freire (1981), este trabalho busca refletir sobre desafios, possibilidades e contradições da experiência da produção teatral/audiovisual como formação política de estudantes da escola pública. Nessa conversa, nos propomos a pensar a noção de conscientização, tensionando a ideia de desvelar a realidade. A exploração do trabalho, o machismo estrutural da sociedade, a má distribuição de terras e a luta de classes aparecem nos corpos das/os estudantes, produzindo conhecimentos e significações a partir de outros *espaçotempos*. Com estes autores, o que este trabalho propõe é pensar como a produção dos roteiros possibilita pensar que a consciência corporal se constitui na consciência social, na compreensão do papel de cada um/uma na coletividade e nas relações de poder.

Palavras chave: Juventudes. Audiovisual. Cotidianos.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Nivea; ALVES, Nilda; CALDAS, Alessandra. Os movimentos necessários às pesquisas com os cotidianos: após muitas 'conversas' acerca deles. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PEIXOTO, Leonardo Ferreira; SUSSEKIND, Maria Luiza (orgs). Estudos do cotidiano, currículo e formação docente: questões metodológicas, políticas e epistemológicas. Curitiba: CRV, 2019. p. 19-45.
BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Paz e Terra, 1981
hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

[1] Mestre e doutoranda em Educação no PPGE - UFF. professora de Ciências e Biologia na Seeduc. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas Juventudes, Infâncias e Cotidianos (JICs), da UFF.

[2] Professora de teatro no Projeto Teatro Nômade e de artes cênicas no bacharelado de Produção Cultural no IFRJ Nilópolis. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas Juventudes, Infâncias e Cotidianos (JICs), da UFF.

[3] Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Juventudes, Infâncias e Cotidianos (JICs), da UFF.

OS MODOS DE LUTA DAS CULTURAS AFRODIASPÓRICAS

Miza Carvalho ^[1]

A problemática da invisibilização, apagamento, diminuição e ridicularização da população afrodiaspórica brasileira é de longa data. Ainda hoje, as alteridades afrodiaspóricas sofrem processos de colonialidades como a domesticação dos corpos, imposição de narrativas, desqualificação dos modos de viver e processos de uma sutil e ainda presente violência colonial que hierarquiza as culturas. A proposta de pesquisa é conhecer e tentar compreender os signos das culturas do Mandê, de forma que tais signos me ajudem a ver e escutar os signos dos repertórios culturais em Santa Rosa dos Pretos, na tentativa de compreender os sentidos que eclodem no meu encontro com tais os signos, e também de criar um trabalho de (re)existência e fortalecimento dos discursos contra hegemônicos. A pesquisa tem como objetivos: investigar imagens, marcas, signos, resíduos e ruínas das vozes do Mandê que insistem em se fazer escutar nos fragmentos esquecidos, anacrônicos e desprezados em Santa Rosa dos Pretos; propor uma semiótica da cultura que, seguindo os passos da busca por poéticas históricas-sociológicas consiga escutar as vozes desses tempos fantasmas e ainda criar suas sobrevivências a partir do diálogo de imagens e narrativas tradicionais e contemporâneas. A filosofia da linguagem marxista é a fundamentação teórica-metodológica que assumimos para buscar compreender os repertórios culturais de Santa Rosa. Portanto, é fundamental para nós a compreensão de que o campo da cultura é um campo com capacidade de criação. Com Volóchinov, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2018), pude compreender que estar imerso na cultura significa estar situado em algum campo ideológico, um mundo particular que cria signos. Para Volóchinov, “cada campo da criação ideológica possui seu próprio modo de se orientar na realidade, e a refrata a seu modo” (Volóchinov, 2018, p. 94). Para além de pensar a cultura pelos seus modos de vida, vamos penetrar na compreensão dos repertórios culturais africanos e afrodiaspóricos, buscando seus modos de luta, seus modos de sobrevivência e compreendendo que, apesar de sofrerem tantas ameaças e violência, tal população e suas produções na dimensão cultural e simbólica jamais serão destruídas.

Palavras chaves: Bakhtin. Culturas afrodiásporas. Mandê.

Referências Bibliográficas

- ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. Maranhão: terra mandinga. CMF- BOLETIM DO FOLCLORE, n. 20, ago. 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Introdução e Tradução de Paulo Bezerra; Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africana. Prefácio: kabenguele Munanga e texto de Elisa Larkin Nascimento e Valdecir Nascimento. 3 ed rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- PONZIO, Augusto; CALEFATO, Patrícia; PETRILLI, Susan. Fundamentos de filosofia da linguagem. Trad. De Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2007.
- VOLOCHÍNOV, Valentin; BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec Editora. 16ªed.

[1] Doutoranda da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: mizacarvalho@id.uff.br.

PEGUE DE VOLTA O QUE TOMARAM DA TUA CRIANÇA QUEER: PROFESSORES REVISITANDO SUA INFÂNCIAS

Danielle Ferreira Bastos ^[1]
Marília Etienne Arreguy ^[2]

Parafrazeando Santos (2016), poetas, professores, passarinhos e criança *queer* morrem quando domesticados. Partindo dos estudos *queer* e de conceitos da psicanálise, será investigado em que momento o professor perdeu sua criança *queer* e se deixou levar por normatizações, expondo a criança que atende hoje a viver experiências sob as normas. A infância faz parte da história da psicanálise e da constituição do adulto que somos hoje. Enquanto a infância refere-se a um tempo da realidade histórica, o infantil é atemporal e remete-se a conceitos como pulsão, recalque e inconsciente. O que os acontecimentos da infância produzem no pensamento hoje? Traumas “(...) como uma experiência que leva à vida num curto espaço de tempo e acarreta perturbações duradouras” (Freud 2014, p.275). O trauma aparece como resposta a acontecimentos ocorridos a partir da linguagem e do que se cria através dela, podendo levar o professor a tolher a criança em nome da norma. “Ideologia de Gênero”, “Escola sem Partido”, “Base Nacional Comum Curricular”, “*Kit gay*” etc., são apresentados na pesquisa como dispositivos de controle que limitam os professores em seus fazeres. A pesquisa objetiva investigar como o infantil e as normatizações influenciam o professor ao impedir que a criança se apresente fora da norma. Ranniery (2016) defende que a metodologia *queer* é aquela que utiliza diferentes caminhos para produzir informações que reascendem o caráter de criação da pesquisa. A criança *queer* da qual sabemos pouco e queremos controlar é rememorada em nossa história e permitir que ela se revele é possibilitar que a diferença se apresente. Portanto, se faz necessário falar da criança que dotada de uma valentia esbarra nas falas e comportamentos dos professores como uma renovação do desejo que não retrocede ante a realidade: a criança *queer* existe e a criança *queer* dentro de cada professor um dia existiu.

Palavras-chave: Teoria Queer. Criança Queer. Normatização. Psicanálise e Educação.

Referências Bibliográficas

FREUD, Sigmund. (2014) Conferências Introdutórias à Psicanálise. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho originalmente publicado em 1916/1917).
RANNIERY, Thiago. No meio do mundo, *aquendar* a metodologia: notas para *queerizar* a pesquisa em currículo. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, n 2, vol. 11, p. 332-356, 2016.
SANTOS, Nivaldo Brito dos. *A revolução dos feios*. São Paulo: Editora Povo, 2016.

[1] Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense UFF/RJ, Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/RJ e Professora II na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias/RJ, daniellefbastos@hotmail.com.

[2] Pós-doutorado em Sciences de l'Éducation pela Université Paris 8, Professora Associada do Mestrado e Doutorado da Universidade Federal Fluminense UFF/RJ e Chercheuse-associée CRMPS/École Doctorale Études Psychanalytiques - Université de Paris, mariliaetienne@id.uff.br.

REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Tatiane Rezende Nunes de Souza ^[1]

Valdelúcia Alves da Costa ^[2]

O acesso de estudantes com deficiência à educação superior é restrito no Brasil. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 (IBGE, 2021), apenas 5% de pessoas com deficiência de 18 anos ou mais concluíram o ensino superior, o que expressa a relevância de pesquisas sobre os avanços na implementação de políticas públicas de inclusão educacional de estudantes com deficiência no ensino superior. Este trabalho se propõe a analisar as convergências e dissonâncias dos resultados de pesquisas acerca da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, por meio de levantamento realizado na base de dados Scielo. Foram selecionados 7 artigos: Moreira, Bolsanello e Seger, (2011); Duarte et al. (2013); Moreira e Dias (2013); Castro e Almeida (2014); Martins, Leite e Lacerda (2015); Pletsch e Leite (2017); Cabral, Orlando e Meletti (2020). Como resultados, observou-se dificuldade na obtenção de dados estatísticos, sendo a coleta de dados de estudantes com deficiência algo recente, havendo necessidade de dados qualitativos quanto às especificidades desses estudantes. Percebe-se crescimento expressivo do quantitativo de matrícula a partir de 2009 nas instituições de ensino superior (IES) públicas em decorrência de políticas públicas. O quantitativo absoluto de matrículas de estudantes com deficiência é maior no setor privado, proporcionalmente maior no setor público, em razão do maior crescimento de IES privadas. Nesses estudos nota-se a relevância do núcleo de apoio para o percurso educacional, como também a modificação no comportamento de professores ao longo dos anos, embora os estudantes ressaltem necessidade de qualificação docente. Como desafios se apresentam: romper barreiras existentes como as atitudinais, prever e prover acessibilidade e superar práticas excludentes. Por fim, considera-se o impacto das políticas de inclusão ainda limitado mesmo com aumento quantitativo de matrícula de estudantes com deficiência a exclusão ainda predomina.

Palavras-chave: Educação superior. Inclusão escolar. Estudantes com deficiência.

Referências Bibliográficas

- CABRAL, V. N. de; ORLANDO, R. M.; MELETTI, S. M. F. O retrato da exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão. *Educação & Realidade*, v. 45, p. e105412, 2 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-6236105412>.
- CASTRO, S. F. D.; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 2, p. 179–194, jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000200003>.
- DUARTE, E. R.; RAFAEL, C. B. da S.; FILGUEIRAS, J. F.; NEVES, C. M.; FERREIRA, M. E. C. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 19, p. 289–300, jun. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000200011>.
- IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde 2019: ciclos de vida. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

[1] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Analista de Gestão em Saúde na Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa (CNPq) 'Formação, Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Violência Escolar'. E-mail: tatiane.souza@fiocruz.br

[2] Professora Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação. Coordenadora do Grupo de Pesquisa (CNPq) 'Formação, Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Violência Escolar'. E-mail: valdeluciaalvescosta@id.uff.br

MARTINS, D. A.; LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. de. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 23, p. 984–1014, dez. 2015.

<https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000400008>.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R. G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. *Educar em Revista*, p. 125–143, set. 2011.

<https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000300009>.

PLETSCH, M. D.; LEITE, L. P. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro. *In: Educar em Revista*. Curitiba, Brasil, v.33, n. especial 3, p-87-106, dez. 2017. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/er/a/HXgzbFY4WGCBsKPBrJgww3R/>>. Acesso em: 04 mar. 2023.

REFLEXÕES SOBRE CONSCIENTIZAÇÃO E RACISMO: A EXPERIÊNCIA DO RAPLAB COM ESTUDANTES DO QUINTO ANO

Dudu de Morro Agudo ^[1]

O objetivo deste trabalho é narrar a experiência de encontros com crianças do quinto ano de uma escola municipal no bairro Ramos, no Rio de Janeiro, para a realização de uma atividade de produção de conhecimento em rede através do rap, chamada RapLab, refletindo sobre os processos de conscientização desses estudantes, para a pesquisa de doutorado em andamento, cujo título é "RapLab e suas redes: uma rima entre arte e formação política". A ideia dos encontros era refletir com as crianças sobre o racismo e suas consequências, tentando entender a consciência delas sobre o tema, abordando-o de forma diferenciada a partir de provocações através de perguntas específicas, como: "Qual é a sua raça? O que é o racismo? Quem já sofreu racismo?". Incentivando-as a compartilhar seus pontos de vista sobre o tema, instigando a participação de outros estudantes e produzindo um rap coletivamente a partir do RapLab, uma atividade horizontal de produção de conhecimento em rede através do rap. Nesse processo, os participantes refletem sobre o tema em questão, compõem a música, ensaiam e gravam, tudo dentro de um período de até três horas. A metodologia utilizada para a produção deste trabalho foi a conversa e a narrativa. Dialogando com Frantz Fanon, Jacques Rancière e Paulo Freire sobre raça, democracia e conscientização, seguindo a orientação de Nilda Alves (2001) de "beber em todas as fontes" para dialogar com autores de pressupostos diferentes, desde que essas diferenças fossem marcadas. Concluindo, as crianças, por meio das músicas que compuseram e gravaram, mostraram um entendimento profundo sobre o tema complexo que é o racismo, proveniente de suas vivências. A partir desse processo, compreendemos que não podemos negar o "cotidiano como *espaçotempo* de saber e criação, de prazer, inteligência, imaginação, memória e solidariedade", como defendido por Alves (2001, p. 16), e que "a conscientização é um processo pedagógico que visa dar ao ser humano a oportunidade de descobrir-se através da reflexão sobre a sua existência" (Freire, 2021, p. 17).

Palavras-chave: rap. juventude. conscientização.

Referências Bibliográficas

- ALVES, N. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: Oliveira, Inês Barbosa de & ALVES, N. Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.13-38.
FREIRE, Paulo. Conscientização. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

[1] Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF), flavioeduardo@id.uff.br

REPRESENTATIVIDADE E FORTALECIMENTO DA CULTURA NEGRA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL CARIOCA

Carla Vidal ^[1]
Helena Ferreira de Araújo Langoni ^[2]
Roberta Kerr dos Santos ^[3]

A presente pesquisa objetiva apresentar de que forma a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) compareceu na pauta da formação continuada do componente Língua Portuguesa na educação pública municipal do Rio de Janeiro (SME/RJ). Considerando a importância da representatividade da cultura negra, especialmente por conta da Lei 10.639 (Brasil, 2003), urge promover reflexões acerca de práticas pedagógicas em que se aborde a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. A delimitação deste estudo valoriza a identidade afrodescendente dos alunos cariocas por meio da literatura de autores negros, fortalecendo a etnia com fins de combate ao racismo. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (Durães, 2023), “Agressões verbais e físicas contra pessoas negras no estado [do Rio] quase dobraram de 2021 para 2022”, ou seja, denúncias de crimes de injúria racial cresceram cerca de 40% em apenas um ano. Por isso, a educação antirracista deve se fazer presente nas escolas. E o diálogo estabelecido com os docentes, através de encontros presenciais promovidos pela Escola de Formação Paulo Freire, da SME/RJ, foi uma oportunidade singular de refletir sobre teorias e práticas acerca da questão. Segundo Trindade (2012), “Para educar é necessário olhar, perceber, sentir – do contrário nós não estamos trabalhando para o desenvolvimento dos estudantes na vida e desconsideramos sua potência”, ideia que ratifica o propósito da inserção da ERER nos estudos realizados com os professores. A metodologia desta investigação abrangeu uma revisão crítica da literatura, incorporando estudos acadêmicos recentes sobre educação antirracista (hooks, 2013; Adichie, 2019), literatura de autores negros (Cárdenas, 2010) e formação de professores (Brasil, 2019; Nóvoa, 2019; Mesquita, 2023). Como resultados parciais, realizaram-se ações inspiradas nas vivências da formação docente, registradas em momentos intitulados “Compartilhando Saberes”.

Palavras-chave: Relações Étnico-Raciais. Formação de Professores. História da Educação.

Referências Bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei N.º 10.639. Brasília, MEC, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 31 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2019/124721-texto-referencia-formacao-de-professores/file>. Acesso em: 22 out. 2023.
- CÁRDENAS, Teresa. Cartas para minha mãe. RJ: Editora Pallas, 2010.
- DURÃES, Giovanna. Crimes de injúria racial cresceram em quase 40% em um ano; relembre Casos recentes de racismo no RJ. Extra, Rio/Casos de Polícia. Disponível em: <https://extra.globo.com/rio/casos-de-policia/noticia/2023/04/crimes-de-injuria-racial-cresceram-em-quase-40percent-em-um-ano-relembre-casos-recentes-de-racismo-no-rj.ghtml>. Acesso em: 31 out. 2023.

[1] Mestra em Literaturas Hispânicas (UFRJ); Professora Formadora da Escola de Formação Paulo Freire (SME-RJ).

[2] Mestra em Língua Portuguesa (UERJ); Professora Formadora da Escola de Formação Paulo Freire (SME-RJ).

[3] Doutora em Educação (UFF); Professora Formadora da Escola de Formação Paulo Freire (SME-RJ).

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. SP: Martins Fontes, 2013.

MESQUITA, Daniele de Lima. O texto literário na formação continuada de professores: A necessária sensibilização entre números e sujeitos. Monografia (Especialização em Saberes e Práticas na Educação Básica com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa) - Faculdade de Educação, UFRJ. Rio de Janeiro. 2023.

NÓVOA, António. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v.44, n. 3, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/DfM3JL685vPJryp4BSqyPZt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

TRINDADE, Azoilda Loretto. Olhando com o coração e sentindo com o corpo inteiro no cotidiano escolar. In: TRINDADE, Azoilda Loretto; SANTOS, Rafael dos (Orgs.). Multiculturalismo: mil e uma faces da Escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DPSA, 2012, p. 7-16.

RESPOSTAS INDÍGENAS AO ANTROPOCENO: APREENSÕES A PARTIR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ALDEIA VERTICAL, UM ALDEAMENTO EM CONTEXTO URBANO NO RIO DE JANEIRO

Diego Xavier ^[1]

Os enunciados de Paul Crutzen sobre o Antropoceno afirmam a inauguração de uma era geológica marcada por intervenções predatórias da humanidade que, ultrapassando as capacidades de regeneração da Terra, ocasionam a acelerada degradação do planeta. Ainda que o Antropoceno seja uma questão global, seus efeitos nefastos acometem de forma mais violenta comunidades vulnerabilizadas pelo avanço do capitalismo. Levantamentos do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia indicam que as terras indígenas apresentam 3% em área desmatada e 8% de focos de calor em todo território brasileiro em 2020, evidenciando sua relevância vital na preservação ambiental. Apesar deste caráter próprio de seus territórios como áreas de proteção ambiental, as vozes indígenas permanecem soterradas em detrimento das formulações da branquitude do Norte Global sobre o Antropoceno. Dedicando maior atenção a este cenário assimétrico e injusto, esta pesquisa objetiva investigar as proposições indígenas sobre um dos temas caros ao debate científico ocidental e estabelecer uma análise das atividades pedagógicas de protagonismo indígena sensíveis às questões ambientais contemporâneas. A apreensão dos diálogos e possíveis respostas ao Antropoceno ocorre através da imersão em ciclos de trabalho e atividades em educação ambiental desenvolvidas no âmbito de um aldeamento multiétnico em contexto urbano no Rio de Janeiro, a Aldeia Vertical. Após etapa de levantamento e análise bibliográfica, a referida pesquisa se articulará em três frentes: imersão no plano de trabalho na horta indígena Dja Guata Porã; análise das ações pedagógicas executadas na órbita de Dja Guata Porã; e exame das atividades educativas do Museu da Cultura Puri. Resultados preliminares desta pesquisa emergem da análise de produções bibliográficas de autoria indígena, tais como Ailton Krenak, Davi Kopenawa e Kaká Werá Jecupé, indicando a incidência na literatura indígena acerca do Antropoceno.

Palavras-chave: Antropoceno. Educação Ambiental. Epistemologias indígenas.

Referências Bibliográficas

- CRUTZEN, Paul & STOERMER, Eugene. *The "anthropocene"*. Global Change Newsletter, 41, 2000.
- FOLHA DE SÃO PAULO (FSP). *Terras indígenas concentram apenas 3% do desmatamento na Amazônia, aponta estudo*. Acesso em 15 jun. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/03/terras-indigenas-concentram-apenas-3-do-desmatamento-na-amazonia-aponta-estudo.shtml>
- JECUPÉ, Kaká Werá. *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio*. São Paulo: Peirópolis, 2020.
- KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.
- KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020c.

[1] Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando em Educação na Universidade Federal Fluminense. E-mail: diegoxavier@id.uff.br.

TEMAS SENSÍVEIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA: DISPUTAS ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A COALIZÃO CONSERVADORA

Carine Valiente Costa Viannay ^[1]

Sandra Selles ^[2]

Este trabalho tem como objetivo investigar de que formas a restauração conservadora (APPLE, 2001 apud BORBA; ANDRADE; SELLES, 2019) e as conquistas de movimentos sociais e grupos oprimidos tensionam as práticas pedagógicas de professores e professoras de Ciências e Biologia no que tange à abordagem dos temas sensíveis (ANDRADE; GIL; BALESTRA, 2018; ALBERTI, 2014; GIL; CAMARGO, 2018; SIMONNEAUX, SIMONEAUX, 2012). Esta investigação parte das disputas pelos currículos escolares e pelas políticas nacionais e regionais de educação discutindo os tensionamentos entre os movimentos que buscam descolonizar currículos escolares e promover uma educação crítica com respeito à diversidade de gênero, raça e sexualidade e os movimentos conservadores que buscam expurgar dos currículos escolares e das práticas docentes temáticas atravessadas por controvérsias socioculturais com o intuito de ferir os princípios da escola autônoma, democrática, laica e plural. Para além dos efeitos práticos nas políticas e nos currículos, este trabalho discute os possíveis efeitos do clima persecutório exercido sobre os docentes e o reflexo da instauração do pânico moral promovido pela coalizão conservadora nas práticas pedagógicas dos professores de Ciências e Biologia. Para tal, analisamos os relatos de trinta docentes de Ciências e Biologia, colhidos através da plataforma Google forms, a respeito da abordagem dos temas sensíveis. Os resultados deste trabalho apontam que o clima persecutório e a sensação de constante vigilância permanecem presentes entre professores e professoras, o que impacta suas escolhas de abordagem no que tange aos temas sensíveis. Por outro lado, os relatos dos docentes participantes deste estudo indicam que existe um movimento de resistência individual e coletiva a esses ataques, que se expressa na larga abordagem das temáticas sensíveis bem como no entendimento da sua importância para a formação dos estudantes.

Palavras-chave: Temas sensíveis. Ensino de Ciências e Biologia. Conservadorismo.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. In: Palestra proferida no IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades. Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Caicó (RN), p. 1-11, 17 a 21 de nov. de 2014.
- ANDRADE, Juliana Alves de; GIL, Carmem Zeli de Vargas; BALESTRA, Juliana Pirola da Conceição. Apresentação: ensino de história, direitos humanos e temas sensíveis. Revista História Hoje. Anpuh-Brasil. Vol. 7, n. 13 (jun. 2018), p. 4-13, 2018.
- BORBA, R. C. do N.; DE ANDRADE, M. C. P.; SELLES, S. E. Ensino de ciências e biologia e o cenário de restauração conservadora no Brasil: inquietações e reflexões. Revista Interinstitucional Artes de Educar, v. 5, n. 2, p. 144-162, 2019
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; CAMARGO, Jonas. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. Revista História Hoje, v. 7, n. 13, p. 139-159, 2018.
- SIMONNEAUX, Jean; SIMONNEAUX, Laurence. Educational configurations for teaching environmental socioscientific issues within the perspective of sustainability. Research in Science Education, v. 42, n. 1, p. 75-94, 2012.

^[1] Mestre em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFF. Contato: valientecarine@gmail.com.

^[2] Prof^a. Dr^a. do Programa de Pós-graduação em Educação da UFF. Contato: escovedoselles@gmail.com.

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: A CRISE DO TRABALHO REPRODUTIVO EDUCATIVO NO CONTEXTO NEOLIBERAL NO BRASIL

Danielle Sampaio Albuquerque ^[1]

O presente texto é um acúmulo de debates entre as feministas marxistas que ressurge hoje como campo de convergência entre diferentes intelectuais e militantes que estão pesquisando essa imbricação teórica sobre o trabalho reprodutivo a partir da Teoria da reprodução social (TRS) e o avanço do projeto neoliberal no Brasil, na sua especificidade no campo educacional. Essa renovação histórica no campo do marxismo nos permite fazer uma conexão com a educação e como esta impacta a vida das mulheres trabalhadoras, compreendendo que as condições e transformações da reprodução social da força de trabalho são muito férteis para a produção e legitimação do capitalismo. A crise do neoliberalismo no campo da reprodução social é a destruição do trabalho reprodutivo na esfera assalariada. Isso se materializa da seguinte forma, com a falta de creches públicas, escolas, postos de saúde, maternidades, hospitais, entre outros serviços dos direitos sociais. O presente artigo tem por objetivo analisar a Teoria da Reprodução Social, enquanto feminismo marxista que toma o trabalho reprodutivo a base para entender contradições sociais sobre um corte de classe, gênero e raça sobre a ordem do capital. Em particular, buscando examinar seus reflexos sobre as políticas educacionais, entendendo a educação como parte do Trabalho reprodutivo, portanto, tomando a crise da educação como parte da crise do trabalho reprodutivo. A presente pesquisa será de natureza teórico-bibliográfica, coleta de dados em sites, revistas, jornais. O presente artigo procurou demonstrar as principais características e contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS). Desta forma, observamos a redução dos serviços sociais públicos e como isso impacta no trabalho reprodutivo, em particular no trabalho feminino na educação em tempos de crise do trabalho reprodutivo no Brasil.

Palavra Chave: Crise do neoliberalismo. Educação. Teoria da Reprodução Social.

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: daniellesampaio@id.uff.br.

[2] Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. mariliaetienne@id.uff.br.

UM OLHAR PARA A AUSÊNCIA: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DE HISTÓRIA DA BNCC

Emanuelle Tavares Barreto dos Reis ^[1]

O presente trabalho tem como empiria o currículo de História estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular, a BNCC (BRASIL, 2018), para os anos finais do ensino fundamental. Através de análise documental e da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2000), buscou-se perceber como este documento incorpora questões relativas ao meio ambiente no âmbito do ensino de História. Os resultados encontrados revelam uma ausência da temática no campo, tendo a natureza como objeto do conhecimento histórico apenas em uma ocorrência: no currículo do sexto ano, ao se trabalhar as supostas “origens” e “desenvolvimento” da humanidade, com foco para o domínio da natureza pelos povos humanos. Constatou-se assim que, apesar de atualmente a educação ambiental ser colocada como um eixo transversal, ela permanece ausente no currículo de História. Além disso, a ocorrência da temática revela uma abordagem que reafirma o discurso hegemônico e simplificador do domínio humano diante da natureza e sua respectiva separação como se fosse quase que um “impulso natural” da humanidade diante do progresso. Assim, o estudo reitera aquilo que Silva e Loureiro (2020) averiguaram em pesquisas anteriores: o sequestro da educação ambiental na BNCC e sua redução a um caráter puramente instrumentalista, sem subsídios concretos para uma abordagem crítica das relações entre a sociedade, a história, o meio ambiente e as relações de poder e produção que atravessam a problemática ambiental na modernidade. Essa ausência no currículo de história não se coloca como uma novidade para o campo, uma vez que, como afirma Miranda (2008), o currículo hegemônico de História é oriundo de uma concepção de história - originária do século XIX - que tem por principal enfoque a construção de um sentimento de identidade nacional, legitimando a modernidade capitalista e seu respectivo discurso de progresso.

Palavras-chave: Currículo. Educação Ambiental. Ensino de História.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: LACLAU, Ernesto. Nuevas Reflexiones Sobre la Revolución de Nuestro Tiempo. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- MIRANDA, Sônia. Sob o signo da Memória: cultura escolar, saberes docentes, História ensinada. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2008. 231p .
- SILVA, Silvana; LOUREIRO, Carlos. O sequestro da Educação Ambiental na BNCC (Educação Infantil - Ensino Fundamental): os temas Sustentabilidade/Sustentável a partir da Agenda 2030. In: XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XII ENPEC, 2019, Natal. XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XII ENPEC. Natal: UFRN, 2019. v. 1. p. 1-7.

[1] Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: emanuelle.tbreis@gmail.com.

UMA PESQUISA COM: DA POÉTICA TRIVIAL ÀS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS DAS CLASSES POPULARES

Fabiano Soares da Silva ^[1]

Este resumo propõe algumas reflexões sobre uma dimensão educativa construída pelas classes populares, particularmente marcadas por experiências vividas, narrativas de interações sociais e contexto, e as memórias reconstruídas junto com os sujeitos da pesquisa. A pesquisa que orientou este resumo buscou compreender as experiências educativas evidenciadas em contextos formais e não formais, dos sujeitos das classes populares em Belford Roxo/RJ. Tomando, assim, as práticas culturais e a experiência estética como aspectos comuns que atravessam e são produzidos nos espaços educativos no convívio com os sujeitos; além da produção audiovisual realizada por jovens. A abordagem metodológica baseou-se nos Estudos do Cotidiano da Educação Popular, linha de pesquisa do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Tomando como instrumento da pesquisa o diálogo com os sujeitos para o fortalecimento das lutas cotidianas que constroem fissuras no muro da *cultura do medo*(FREIRE,1982;1986) e nas práticas de dominação material e simbólica. As reflexões sobre as narrativas testemunhais surgidas no percurso da pesquisa colaboraram para pensar os movimentos pedagógicos, frutos de interações de saberes e da realidade dos sujeitos. Neste sentido, o contexto sociocultural e o saber da experiência dos sujeitos produzem redes de relações culturais, de afeto e possibilidades criadoras de *inéditos viáveis*(FREIRE,2014;2015) em contraposição à realidade opressora de uma sociedade estratificada e hierarquizada. Desta feita é perceptível o jogo de ambivalências no *território usado*(SANTOS, 2007), tensões e contradições que se confrontam com as experiências populares. Seja por não abandonarem as *rugosidades*(*id.*2020) históricas em que vivem produzindo movimentos de microresistências; seja por reinventarem nas experiências e saberes de forma simples por ignorarem o medo de dizer a palavra e radical nas proposições do diálogo que inicia entre as experiências educativas, solidárias, de saber partilhados.

Palavras chaves: Classes Populares. Estudos com o Cotidiano. Experiências Educativas .

Referências Bibliográficas

- ESTEBAN, Maria Teresa. "Sujeitos Singulares e tramas complexas – desafios cotidianos ao estudo e à pesquisa", 2003.
- FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1982. _____.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- _____. *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GARCIA, R.L.(org.). *Método, Métodos e Contramétodo*. Rio de Janeiro: Cortez, 2003.
- GINZBURG, Carlos. *O fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, Milton. "Território e Dinheiro". Santos, M., Becker, B. K.[et ali]. *Território, Territórios: ensaio sobre o ornamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
- _____. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.
- SHOR, I. e FREIRE, P.. *Medo e ousadia: O cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

[1] Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, E-mail: fabiano.soares@id.uff.br.

VIOLÊNCIA ESCOLAR E FORMAÇÃO DOCENTE: CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Lívia de Lima Miranda ^[1]
Valdelúcia Alves da Costa ^[2]

O presente texto deriva-se da dissertação de Mestrado em Educação (MIRANDA, 2021) defendida no PPGEd/FEUFF e, desde 2022, é objeto de estudo no Doutorado em Educação (PPGEd/FEUFF) tendo como tema a formação e manifestação da violência escolar contra estudantes com deficiência em situação de inclusão na escola pública. Com base no pensamento de Adorno (2001, 2002, 2005, 2020) e Horkheimer (1975), autores da Teoria Crítica da Sociedade, e como método, a pesquisa social empírica (ADORNO, 2001), investigamos as categorias de formação e violência. Considerando a sociedade de classes organizada sob a égide do capital, temos por questão central: quais as causas que permitem a manifestação da violência na escola contra estudantes com deficiência em situação de inclusão? Com objetivo de investigar a formação docente e as raízes da expressão do preconceito contra estudantes com deficiência na escola pública, estamos analisando o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), com destaque para educação inclusiva (Meta 4) e formação (metas 14-15), articulado ao Plano Municipal de Educação (PETRÓPOLIS, 2015) e ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH (UNESCO, 2007), e entrevista com docentes e equipe gestora da escola como instrumentos de coleta de dados. Nos estudos preliminares de cunho bibliográfico, considerando a execução do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), é possível verificar o insipiente alcance das Metas traçadas nacionalmente. Sendo que, de acordo com dados de 2020 (BRASIL, 2022), da Meta 4 cerca de 82,5% dos 100% foram contemplados, da Meta 15 pouco mais de 70% dos 100% foram alcançados e, da meta 16 cerca de 40% dos 50% foram atingidos, revelando necessidade do alcance das Metas da formação no sentido de contemplar o desenvolvimento da sensibilidade das(os) professores na afirmação da educação inclusiva na escola pública e no combate à manifestação do preconceito.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação Docente. Preconceito.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, T. W. Educação e emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
ADORNO, T. W. Teoria da semicultura. Porto Velho: EDUFRO, 2005.
ADORNO, T. W. Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
ADORNO, T. W. Epistemología y ciencias sociales. Ediciones Cátedra, 2001.
BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em 31 de out. de 2023.
BRASIL. Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em 02 de nov. de 2023.
HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. Textos Escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

[1] Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda em Educação (UFF). Membro do Grupo de Pesquisa (CNPq) 'Formação, Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Violência Escolar'. Professora em Sala de Recursos Multifuncionais na Prefeitura Municipal de Petrópolis.

[2] Professora Titular; Orientadora. Universidade Federal Fluminense (UFF). Programa de Pós-graduação em Educação. Coordenadora do Grupo de Pesquisa (CNPq) 'Formação, Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Violência Escolar'.

MIRANDA, L. L. Educação inclusiva e violência escolar: experiências de uma Escola Municipal de Petrópolis/RJ. 2021. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

PETRÓPOLIS. Plano Municipal de Educação. Lei nº 7334 de 23 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/servicos-cidadao/diario-oficial?task=download.send&iid=3787&catid=183&m=0> > Acesso em 31 de out. de 2023.

UNESCO. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>> Acesso em: 31 de out. 2023.

VISUALIDADES E CONTRAVISUALIDADES SOBRE CORPOS DIVERGENTES EM CONTEÚDOS DE PLATAFORMAS STREAMING

Daniel Zürcher ^[1]
Dagmar da Silva e Melo ^[2]

O projeto é fruto de uma pesquisa em andamento e busca analisar os processos de subjetivações dos corpos com deficiência, tendo como base a análise das representações midiáticas. O projeto nasce de uma angústia pessoal de não compreender o porquê de corpos com deficiência, como o meu, estarem à margem da sociedade. Para compreender a questão posta em relação aos corpos com deficiência, busco analisar em autores como Agamben (2014) e Foucault (2014) como os corpos vêm sendo postos como instrumentos biopolíticos. O projeto é dedicado a compreender as violências simbólicas ou mesmo concretas sofridas ao longo de toda minha trajetória escolar. Sendo assim utilizo de meu trauma como uma ferramenta de denúncia, com o filósofo Agamben (2014) e o seu conceito de testemunho abre uma possibilidade para expor os meus traumas e torná-los assim objetos estéticos de análise, expondo as violências que os corpos com deficiência são sujeitados a passar. Utilizando o conceito de contravisulidade (Mirsoeff 2016) discuto o papel dos conteúdos de plataformas streaming no processo de subjetivação e formação das pessoas influenciando diretamente na criação de um imagético da pessoa com deficiência, e seus respectivos corpos. Apresento o documentário Crip Camp: Revolução pela Inclusão, como uma contravisualidade à hegemonia da maioria dos conteúdos presentes nessas plataformas.

Palavras-Chave: Visualidades. Contravisualidades. Capacitismo. Testemunho.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. O Uso dos Corpos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
MIRZOEFF, N. O direito ao olhar. Revista ETD - Educação Temática Digital, 18(4), 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646472>

[1] Graduado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense/ ICFH. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação PPGE/UFF.

[2] Professora Associada da Universidade Federal Fluminense/ FEUFF. Membro permanente dos programas de Pós-graduação em Educação PPGE/UFF e Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inclusão - PGCTIn.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Rua Professor Marcos Valdemar Freitas Reis, s/n, São Domingos, Niterói, RJ. CEP: 24210-201. Campus
Gragoatá, Bloco D
<http://ppgeducacao.sites.uff.br/>
E-mail Representação Discente: ppgeduffrd@gmail.com

ISSN 2965 - 0119

